



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**RAFAELA DOS SANTOS MOTA DA SILVA**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE ÀS  
FORMAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE A  
REALIDADE DE MURITIBA/BA.**

**CACHOEIRA/BA**

**2016**

RAFAELA DOS SANTOS MOTA DA SILVA

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE ÀS  
FORMAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE A  
REALIDADE DE MURITIBA/BA.

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em  
Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para  
a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Professor Orientador: Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo.

CACHOEIRA/BA  
2016

RAFAELA DOS SANTOS MOTA

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE ÀS  
FORMAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE A  
REALIDADE DE MURITIBA/BA.

Cachoeira – BA, aprovada em 24/02/2016.

BANCA EXAMINADORA

Francisco Henrique da Costa Rozendo

Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo  
(Orientador – UFRB)

Fabrizio Fontes de Andrade

Prof. Ms. Fabrício Fontes de Andrade  
(Membro Interno – UFRB)

Elisângela de Souza Santos

Prof.<sup>a</sup> Ms. Elisângela de Souza Santos  
(Membro Interno – UFRB)

*Dedico este trabalho a todos os Assistentes sociais que tem seu cotidiano profissional carregados de desafios, mas que ainda assim não desistem de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus sem Ele sem dúvidas eu não conseguiria chegar até aqui.

Aos meus pais Noemia e Edvaldo, pelo amor, pela compreensão, por estarem sempre comigo me apoiando. Serei eternamente grata.

Ao meu irmão e “moto-táxi” exclusivo Rafael, pelo carinho.

A toda a minha família (avós, tios, tias, primos/as) pelo apoio e incentivo.

Ao meu namorado João, obrigada pelo carinho, pelo seu amor e por ter paciência e suportar minhas “crises” nesses últimos tempos.

Ao queridíssimo orientador Henrique Rozendo, só tenho a agradecer pelas contribuições, pelo o apoio, paciência, e compromisso. Muito obrigada!

A todos os amigos e colegas de turma, tenho certeza que grandes amizades foram construídas. Desejo sucesso a todos!

Aos amigos da UFRB para a vida, Ane, Lulu e Cris. Nem sempre estivemos juntos, mas quando juntamos nunca mais separamos, e não tenho dúvidas que assim permanecerá. Obrigada pela parceria e pela amizade de vocês. Tchuka te agradeço pela bondade e pelo carinho, quero tua amizade para sempre.

As meninas da “república belvedere” pelo carinho, e por estarem com as portas sempre abertas a me receber.

Agradeço a todas as amigas e os amigos pelo incentivo, em especial a minha amiga/irmã Keu, que sempre se fez presente.

As meninas do “TCCendo com Rozendo” agradeço pela paciência, tenho certeza que compartilhamos de muitas experiências.

A todos os professores da UFRB, que contribuíram ao longo desses anos na minha formação acadêmica, meu agradecimento e meu respeito.

E um agradecimento especial aos Assistentes Sociais da Assistência social de Muritiba, que foram essenciais para a construção desse trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir como a precarização do trabalho se manifesta no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais inseridos na política de Assistência Social no Município de Muritiba. O interesse por esse estudo surgiu durante o Estágio supervisionado em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo que neste período também tive uma vivência de estágio na Secretaria de Desenvolvimento Social do Município, o que me permitiu ter contato com os demais profissionais de Serviço Social que compõem a Assistência Social. O contato com essa realidade de trabalho me fez refletir sobre os principais dilemas por estes enfrentados, enquanto trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho, e que depende do órgão empregador para a efetivação do seu trabalho. Assim, consideramos que estes profissionais estão inseridos em espaços marcados por formas precárias de trabalho e que mesmo que esse profissional tenha autonomia no exercício de suas atribuições é o empregador que estabelece as condições para que isso ocorra. Para a construção desse trabalho considerei as transformações societárias ocorridas a partir da década de 1970, marcada pelo processo de reestruturação da produção, neoliberalismo e mundialização do capital. É a partir desse período que o mercado de trabalho vai sofrer diversas alterações com inúmeras implicações para o trabalhador, vão ocorrer mudanças nas leis que regulam a alocação da força de trabalho, reduzindo os direitos trabalhistas, aumentando o número de contratações temporárias e terceirização, que permitem o capital garantir os baixos salários e a submissão do trabalhador a seus interesses. A pesquisa de campo foi realizada com 06(seis) assistentes sociais que corresponde a 100% dos assistentes sociais que compõem a política de Assistência Social de Muritiba, onde através da análise de discurso percebemos que estes tem encontrado no seu cotidiano profissional dificuldades para a efetivação do seu trabalho, por estarem em espaços de trabalho cobertos de precarização, inseridos por via de contratos temporários e terceirização, ainda tem tido sua atuação impactada pela falta de recursos materiais, como sala de atendimento, e transporte para realizar visitas domiciliares. Esperamos que esse trabalho contribua no processo de reflexão sobre a realidade de trabalho vivenciada por estes profissionais e assim traçar possíveis estratégias tendo em vista melhorias nas condições de trabalho.

**Palavras-chave:** Assistente Social. Precarização do trabalho. Transformação societárias.

## ABSTRACT

This paper aims to discuss how job insecurity manifests itself in the daily work of Social Workers entered in the Social Assistance policy in the City of Muritiba. Interest in this study arose during the internship supervised in Social Work at the Reference Center for Social Assistance (CRAS), and in this period also had an internship experience in the Social Development Department of the Municipality, which allowed me to have contact with the other professionals of Social Services that make up the Social assistance. The contact with the reality of work made me reflect on the main problems faced by them while employed person who sells his labor power, and that depends on the employer body for the execution of their work. We therefore consider that these professionals are inserted in spaces marked by precarious forms of work and that even if this professional has autonomy in the exercise of its duties is the employer who establishes the conditions for this to occur. For the construction of this work considered the societal transformations that have occurred from the 1970s, marked by the restructuring of the production process, neoliberalism and globalization of capital. It is from this period that the labor market will undergo several changes with many implications for the worker, will be changes in the laws governing the allocation of the labor force, reducing labor rights, increasing the number of temporary contracts and outsourcing, which allow the capital guarantee low wages and workers' submission to their interests. The field research was conducted with 06 (six) socais assistants corresponding to 100% of the social workers who make up the policy of Social Assistance Muritiba where through discourse analysis we realized that they have found in their daily professional difficulties for the realization of their work, being in workspaces covered precarious, inserted via temporary and outsourcing contracts, also has had its performance affected by the lack of material resources, such as consulting room, and transportation to make home visits. We hope this work will contribute in the process of reflection on the reality of work experienced by these professionals and thus trace possible strategies with a view to improvements in working conditions

**Keywords:** Social Worker. Precarious work. Corporate transformations.

## **LISTAS DE SIGLAS**

BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especial da Assistência Social  
CFESS – Conselho Federal de Estudante de Serviço Social  
CF/88 – Constituição Federal de 1988  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
NOB – Norma Operacional Básica  
ONGs – Organização não governamental  
PDRE – Plano Diretor de Reforma do Estado  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA.....	13
2.1 Crise do capital, reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho.....	13
2.2 Neoliberalismo e o processo de mundialização do capital.....	26
2.2.1 Brasil Neoliberal – uma breve análise sobre a “reforma” do Estado. ....	29
2.2.2 Mundialização do capital.....	36
2.3 Precarização do trabalho como estratégia de dominação .....	37
3 A INSERÇÃO PROFISSIONAL NA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	43
3.1 Transformações societárias, políticas sociais e seus reflexos no trabalho dos assistentes sociais. ....	43
3.1.1 Transformações societárias e política social.....	47
3.1.2 Transformações societárias e serviço social.....	58
3.2 O trabalho do assistente social dentro da politica de assistência social .....	66
3.3 A realidade da Assistência Social em Muritiba/BA.....	74
4 O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM MURITIBA/BA.....	76
4.1 Análise sobre as formas precarizadas de inserção profissional na política de Assistência Social .....	76
4.2 Os desafios postos ao exercício profissional em Muritiba/BA.....	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	100
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	109
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	111

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações societárias, ocorridas a partir da década de 1970, nas formas de reestruturação da produção, neoliberalismo, e mundialização do capital demarcam mudanças no mundo do trabalho, resultando em sérias consequências para a classe trabalhadora. O capital tendo em vista superar sua própria crise busca retomar seu crescimento e dominação, com mudanças nas formas de exploração da força de trabalho.

Essas transformações vão rebater diretamente no trabalhador assistente social, que por um lado precisa criar propostas de intervenções para as demandas sociais que surgem em decorrência das mudanças no mundo do trabalho, e por outro, como trabalhador que vende sua força de trabalho, sendo também, atingido pela flexibilização e precarização do trabalho.

É a partir dessas inquietações que se desenvolverá o presente trabalho, que tem como objeto de estudo a precarização do trabalho dos Assistentes Sociais inseridos na Política de Assistência Social no Município de Muritiba/BA. Com o objetivo de entender como vem ocorrendo a atuação dos Assistentes Sociais frente às formas de precarização do trabalho.

O interesse por esse estudo surgiu durante o estagio curricular obrigatório em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo que neste período, também tive uma vivência de estágio na Secretária de Desenvolvimento Social, o que nos permitiu ter contato com os demais profissionais de Serviço Social que compõem a Assistência Social de Muritiba, e perceber através das vivências, assim como, através de conversas informais com os profissionais após o estágio supervisionado, que os assistentes sociais têm enfrentado no seu cotidiano profissional uma série de desafios, pois precisam atuar na perspectiva da garantia do direito, ao mesmo tempo em que tem tido seus direitos negados enquanto trabalhadores.

Para uma melhor compreensão desse processo, utilizamos da pesquisa qualitativa que permitirá compreender de forma mais precisa os aspectos relacionados ao tema da pesquisa. As técnicas utilizadas são: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e pesquisa de campo com entrevista semiestruturada.

Para Marconi e Lakatos (2001) a pesquisa bibliográfica é feita através de levantamento de bibliografia já publicada, em formas de livros, revistas, e

publicações avulsas. Permitindo o contato direto com tudo que já foi escrito sobre determinado assunto, podendo inclusive ser considerada como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Assim sendo a pesquisa bibliográfica subsidiará a nossa análise sobre as categorias trabalho, precarização e assistência social. Para tal, recorreremos a alguns autores tais como: Harvey, Antunes, Alves, Druck, Behring, Yamamoto e Raichelis.

Utilizamos da pesquisa documental para ter acesso às legislações pertinentes ao tema de estudo, assim como aos dados presente nesse trabalho. Para Gil (2008) a pesquisa documental segue o mesmo processo da pesquisa bibliográfica, devendo-se considerar que esta é feita a partir da exploração de fontes documentais, caracterizadas como de primeira mão, aqueles que ainda não receberam nenhum tratamento, e de segunda mão as que já foram analisados de alguma forma.

A pesquisa de campo tem caráter investigativo, realizada através de coleta de dados junto a pessoas procurando aprofundar o conhecimento sobre uma realidade específica. Para Marconi (1990:75 apud Andrade 1998, p. 107) a pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações e ou adquirir conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou uma hipótese que se pretende comprovar, é utilizada ainda para descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Utilizamos para a coleta de dados a entrevista semiestruturada (ver Apêndice A) que permite maior liberdade na entrevista, assim como, permitiu que fossem feitos novos questionamentos de acordo as respostas. As entrevistas foram realizadas individualmente e gravadas mediante aceitação do entrevistado, sendo entregue a estes um termo de consentimento (ver Apêndice B). A fim de preservar as identidades dos/as entrevistados/as estes serão identificados no trabalho como: Neve, Pôr do sol, Chuva, Eclipse, Arco-íris e Vento.

Em relação ao processo da pesquisa de campo, foram feitos alguns contatos com os assistentes sociais, até conseguirmos marcar um dia e horário para serem feitas as entrevistas, a princípio não foi apresentado nenhum problema, porém percebemos o receio quando avisados/as que a entrevista seria gravada, consideramos que a própria forma como estão contratado/as<sup>1</sup> representa um fator

---

<sup>1</sup> A maioria das entrevistadas são terceirizadas como veremos mais adiante nas análises da pesquisa.

para o “medo” da entrevista, o que acaba influenciando inclusive no posicionamento crítico frente à realidade de trabalho. Mas, ainda assim, do universo de 06 (seis) Assistentes Sociais que atuam no município de Muritiba/BA, 05 (cinco) concordaram em ter a entrevista gravada, e apenas 01 (uma) não concordou, mas encaminhou as respostas do roteiro da entrevista por escrito. Para a sistematização e análise dos dados coletados, recorreremos à análise de discurso<sup>2</sup>.

Os profissionais de Serviço Social que compõem a Assistência Social de Muritiba estão alocados da seguinte forma: 02 (dois) no CRAS, sendo um na condição de coordenador da instituição, consideramos interessante entrevista-la, por identificarmos no período de estágio que a coordenadora acaba fazendo atendimentos na falta do assistente social na instituição. Os demais profissionais estão distribuídos 01 (um) no CREAS, 01 (um) no CadÚnico/Bolsa Família e 02 (dois) na Secretaria de Desenvolvimento Social, sendo que ambos responderam está na instituição na condição de assessoria, porém um/a das assistentes sociais durante a entrevista, em várias de suas falas, enfatiza que está na condição de consultoria.

Buscamos no primeiro momento apreender algumas das características gerais dos/as assistentes sociais, com isso percebemos que o quadro de Assistentes Sociais no Município é relativamente jovem, com idades que variam de 24 anos a 38 anos, 83% são do sexo feminino e apenas 17% do sexo masculino.

Os/as assistentes sociais entrevistados/as não são apenas residentes do município de Muritiba, mas também de cidades circunvizinhas, com isso, apenas 02 (duas) assistentes sociais residem no município que trabalha, estando os outros residindo em 04 (quatro) diferentes cidades, dentre elas: Cachoeira, São Félix, São Felipe e Governador Mangabeira.

Em relação à formação profissional, as profissionais concluíram seu curso no período que vai de 2007 a 2014, sendo a maioria com formação entre 2011 e 2014. O tempo de exercício profissional aponta, que os/as assistentes sociais assim que se formaram, foram imediatamente para o mercado de trabalho, sendo inclusive o primeiro emprego de alguns/as dos/as entrevistados/as.

---

<sup>2</sup> “A análise do discurso pressupõe que tal discurso não se restrinja à estrutura ordenada de palavras, nem a uma descrição ou a um meio de comunicação, nem tampouco se reduz à mera expressão verbal do mundo. O discurso é a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua identidade (quem sou, o que quero) e social (com quem estou) e expõe ação primordial pela qual constitui a realidade” (CHIZZOTTI, 2010, p. 120-121).

Não nos preocupamos em saber em que modalidade de ensino estes assistentes sociais foram formados. Mas nos atentamos a entender sobre a formação continuada dos assistentes sociais, com isso verificamos que 83% dos assistentes sociais fizeram ou fazem especialização e 17% não fazem.

Diante disso, o presente trabalho encontra-se estruturalmente dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, "*Transformações societárias e suas consequências para a classe trabalhadora*", apresenta brevemente sobre o taylorismo/fordismo e, logo em seguida, trata de forma geral sobre a crise do capital, apresentando a proposta do capital para a saída da crise, na sua forma de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, buscando principalmente evidenciar as principais consequências para a classe trabalhadora.

Ainda nesse capítulo, são apresentadas as mudanças no papel do Estado a partir do neoliberalismo, mostrando suas principais características e como esse é instituído no Brasil, sinalizando o processo de "reforma do Estado", a seguir é feita uma breve apresentação sobre a mundialização do capital e no final do capítulo é feita uma breve explanação do que entende-se por precarização do trabalho.

O segundo capítulo, "*A inserção profissional na política de assistência social*", busca apontar como as transformações societárias vêm interferindo nas políticas sociais e na garantia dos direitos, a partir da contrarreforma (BEHRING, 2011). Evidenciando as principais características assumidas por essas, na forma de focalização, privatização, e descentralização. Apresenta os rebatimentos das transformações societárias no serviço social, bem como se desenvolve a atuação profissional do Assistente Social na Política de Assistência Social. E por fim trata da realidade do trabalho profissional na Assistência Social em Muritiba.

Já no terceiro e último capítulo apresentamos "*O processo de precarização do trabalho do assistente social em Muritiba*", onde serão tecidas algumas análises sobre as formas precarizadas de inserção do profissional na política de Assistência Social e os desafios postos ao exercício profissional em Muritiba/BA.

Assim a relevância desse estudo está em suscitar o debate acerca das condições de trabalho destes profissionais no município de Muritiba, evidenciando os principais elementos que tem interferido na atuação profissional dos assistentes sociais e na efetivação dos direitos. Além disso, o presente estudo visa contribuir no reconhecimento dos assistentes sociais enquanto trabalhador assalariado que é diretamente impactado pelas transformações societárias.

## **2 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA.**

Como forma de facilitar nossa discussão sobre a precarização do trabalho no Serviço Social, buscaremos nesse primeiro capítulo compreender as transformações societárias ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970. O sistema capitalista se remodela, a fim de criar novos processos de acumulação do capital e de exploração da força de trabalho. Desta forma, tentaremos, a seguir, fazer uma breve explanação do que significou tais mudanças para a classe trabalhadora diante da resposta do capital a sua crise, com mudanças no modo de produção, no papel do Estado, e na economia e por fim explicar sobre o significado da precarização do trabalho para a classe trabalhadora.

### **2.1 Crise do capital, reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho.**

Seguiremos nossa análise tendo como recorte temporal o período pós-crise de 1970, porém para uma maior compreensão deste processo, precisamos retomar as décadas que antecedem, a fim de compreender a própria dinâmica capitalista. Para tal, a apropriação da leitura de Harvey (1992) e Pinto (2007) serão essenciais.

O capitalismo como forma de garantir o processo de acumulação, se reconfigura continuamente conforme as necessidades do capital. Este passa a adotar novos modos de produção como forma de garantir sua expansão e o aumento da exploração da força de trabalho. O que queremos considerar aqui, é que o capitalismo se remodela a fim de garantir seu crescimento e com isso muda toda a dinâmica do trabalho. A adoção de novos modos de produção nem sempre vão significar uma ruptura com o antigo modo, mas sim uma continuidade com o incremento de novas técnicas, novas formas de organização, e conseqüentemente novas formas de precarização do trabalho.

Apontaremos, a seguir, algumas características principais do modo de produção taylorista/fordista o que permitirá compreender, posteriormente, seus elementos de continuidade e descontinuidade no sistema implementado como forma de superar a crise - o toyotista.

As principais características do sistema taylorista idealizado por Frederick Taylor são a subdivisão das funções tanto na produção quanto na administração, o

rigoroso controle do tempo da produção, e a especialização do trabalhador, com isso o sistema garante a intensificação e o controle do ritmo de trabalho. Pinto (2007) aponta que o sistema fundamenta-se na especialização das funções, atividades e de todos os movimentos necessários para a execução, evitando o dispêndio de tempo na troca de operações.

O fordismo foi um modo de produção idealizado por Henry Ford, baseado na racionalização das antigas tecnologias e numa detalhada divisão do trabalho preexistente, fazendo o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, buscando o aumento da produtividade, a partir de processos de trabalho rigorosamente calculados e padronizados. A produção no modo fordista esteve pautado na produção em grande escala ou produção em massa. Harvey (1992) demarca que a visão de Ford era de que a produção em massa gerava consumo em massa<sup>3</sup>.

Pinto (2007) aponta que as propostas do sistema taylorista/fordista<sup>4</sup> levaria ao aumento das especializações das funções em um nível de limitação e simplificação tão extremo que acabaria transformando o trabalhador em uma máquina, através da repetição de um mesmo movimento na fase de produção, o que permite que trabalhadores sem nenhuma experiência possa assumir o posto, isso representa uma arma em relação ao trabalhador, que se vê submisso ao empregador mediante o risco de ser substituído a qualquer momento.

O fordismo se expande no período pós-guerra, período em que há uma expansão da produção de bens de consumo duráveis como carros por exemplo. Porém será através das mudanças<sup>5</sup> no papel do Estado que o fordismo irá se disseminar.

---

<sup>3</sup> Com a propagação da ideia de produção em massa, e consumo em massa o sistema fordista exercia controles tanto no modo de produção como controle na vida dos trabalhadores. Segundo Harvey (1989,) Ford, em 1916 enviou um exercito de assistentes sociais as casas dos trabalhadores para orientar estes a padrões de consumo compatíveis com as necessidades e expectativa da corporação, mas tal prática não durou muito tempo.

<sup>4</sup> Usamos do termo taylorista/fordista justamente para enfatizar que os sistemas não são substituídos e sim continuados a partir do incremento de novas técnicas capaz de garantir o a produtividade. Assim esse binômio é utilizado para demarcar a articulação da produção em série do sistema fordista atrelado ao cronômetro taylorista, sob uma rígida linha de produção com nítida separação entre elaboração e execução, em outras palavras significa a junção de estratégias da produção taylorista a produção fordista. “[...] essa forma de organização – o chamado *taylorismo/fordismo* – acabou por se tornar o padrão para toda produção industrial e universalizou-se no “*anos dourados*” do *imperialismo*” (NETTO, 2008, p. 198).

<sup>5</sup> As mudanças no papel do Estado vão ocorrer a partir das ideias keynsianistas. Buscando encontrar respostas para a crise de 1929, John Maynard Keynes(1883-1946), através do seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, vai contra as práticas liberais e passa a defender a necessidade de intervenção estatal como forma de retomar a produção. O Estado a partir do keynsianismo tornou-se o

Apropriando-me das palavras de Harvey (1992), a reformulação dos poderes do Estado só ocorreu depois de 1945. O que levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação acabado e distintivo, com o modo de produção fordista fortalecido, o capitalismo alcançou fortes taxas, mesmo que estáveis de crescimento econômico, seguido de elevação dos padrões de vida, além de conseguir conter as tendências de crise. Porém, seguindo a própria dinâmica do capital o período de expansão capitalista vai dá lugar à estagnação.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do Keynsianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavras: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora - o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972 (HARVEY, 1992, p. 135).

Assim, a fase expansiva do capital<sup>6</sup> começou a dá sinais de esgotamento no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, proveniente do confronto com a rigidez acumulada e das práticas e políticas de governo implantadas no período fordista, período em que o mundo capitalista avançado caiu em uma profunda recessão, com baixas taxas de crescimento econômico. É diante disso que o capital lança novas

---

produtor e regulador sem abandonar o capitalismo. Para Keynes a demanda efetiva depende de meios de pagamento suficiente para o acesso a bens e serviços, quando não se têm esses meios de pagamento em circulação, a uma queda na demanda efetiva o que conseqüentemente leva a crise, é diante disso que Keynes coloca que o Estado deve intervir como forma de garantir a demanda. A política Keynesiana passa atuar na produção e regulação das políticas econômicas e sociais. É a partir desse momento que a classe de trabalhadores vão ter uma melhoria efetiva na condição de vida, com melhores acesso ao consumo e ao lazer, assim como a sensação de estabilidade no emprego diante da política de *pleno emprego* de Keynes, além de maior investimento e expansão dos serviços sociais e de práticas intervencionistas, teremos, portanto, a partir da política de Keynes um “Estado de bem estar social”. Ver Behring e Boschetti (2011).

<sup>6</sup> Período marcado pela associação do fordismo ao keynesianismo, que constituíram as bases para o processo de acumulação acelerada do capital, no período pós-guerra, “[...] com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de interconexão do capital” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 88). Para melhor compreensão, ver David Harvey (1992) e Behring e Boschetti (2011).

estratégias para retomar o crescimento, e expande-se atrelado a mudanças na produção e no papel do Estado.

Para Alves (2007) torna-se importante salientar que a *ideia de crise* é complexa. Dentro da lógica do capital, as crises do sistema não possuem apenas sentido negativo, sendo o contrário, é por meio delas que o sistema de produção de mercadorias cresce e se expande, recompondo suas estruturas de acumulação de valor. A crise faz parte da dinâmica do capitalismo, torna-se, assim, parte constituinte deste modo de produção contraditório e marcado por períodos expansivos, períodos recessivos e de estabilidade sempre relacionados à sua própria estrutura, ao seu desenvolvimento e aos determinantes conjunturais.

[...] não existe capitalismo sem crise. São próprias deste sistema as *crises cíclicas* que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente. E que, seja dito de passagem, não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta... mais capitalismo (NETTO, 2012, p. 415).

A crise não significa o fim do capitalismo, mas vai representar uma fase de restabelecimento do capital. E o que vamos ter a partir de 1970, são novos mecanismos, novos elementos que permitam a retomada da acumulação do capital, porém o sistema em si não muda, este permanece em sua gênese, criando novas formas de dominação e exploração do trabalho, com consequências diretas à classe trabalhadora aumentando as desigualdades sociais e a precarização do trabalho.

Como modo de combater a crise instalada nos anos 1970<sup>7</sup> e retomar seu crescimento, o capitalismo apresenta uma mudança estratégica na dimensão do trabalho, pautada no toyotismo japonês, chamado de acumulação flexível por Harvey (1992), que substitui o modelo de produção taylorista/fordista. O modo de produção será marcado pela flexibilização do trabalho através do incremento de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho.

---

<sup>7</sup> A crise vivenciada em 1970, refere-se segundo Motaño e Duriguetto (2011) a uma crise estrutural/geral, que faz parte do capital, e tem como raízes o excesso de capacidade de produzir sem retorno nas vendas, o que leva a uma queda na taxa de lucro em 1970, levando assim a uma série de crises particulares.

Pinto (2007) enfatiza que o toyotismo nasce a partir da fábrica Toyota, baseado no *just in time*<sup>8</sup>, e no sistema *kanban*<sup>9</sup>, que diferentemente do fordismo de produção em massa e do trabalhador especializado, pauta-se na flexibilização das formas de produção e do trabalhador, de modo que a produção seja diversificada e pronta para suprir o consumo, e o trabalhador capaz de assumir diferentes tarefas dentro da empresa.

As inovações apresentadas pelo sistema toyota, além de marcar mudanças na sua forma de organização material, representa mudanças objetivas e subjetivas à classe trabalhadora, através do incremento de novas tecnologias e suas novas ideologias. Buscaremos apontar, a seguir, algumas dessas mudanças que permitirão uma maior compreensão do que elas representam nas formas de relação e de produção dentro da fábrica e que, conseqüentemente, expandem-se para fora dela manifestadas na forma de precarização do trabalho.

À *acumulação flexível*, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...] (HARVEY, 1992, p. 140).

Ainda segundo Harvey (1992), a acumulação flexível na medida em que é uma forma própria do capitalismo, mantém três características principais: a primeira é voltada para o crescimento, a segunda de que esse crescimento se apoia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, terceiro que o capitalismo tem uma inseparável dinâmica tecnológica e organizacional, decorrentes das leis coercitivas que impelem ao capitalismo a busca do lucro.

Para Antunes (2007) o toyotismo penetra, ou mesmo substitui o padrão fordista dominante em várias partes do capitalismo globalizado, ocorrem mudanças

---

<sup>8</sup> “organizar-se sob o regime *just-in-time* significa produzir somente o que é necessário (seguindo exatamente as especificações do cliente), na quantidade necessária (nem mais, pois se deve abolir o estoque, nem menos) e no momento necessário (nem antes, o que significa ter um “estoque” na forma de capacidade produtiva ociosa, nem depois)” (PINTO, 2007, p. 83).

<sup>9</sup> Para Pinto (2007), o sistema *Kanban* permitiu descentralizar as atividades relativas ao controle encomendas e das fabricações, não sendo mais necessário um setor especializado para tal, cabendo agora aos chefes de equipe.

de produção, e seus desdobramentos são também agudos, no que se refere aos direitos do trabalho, esses por sua vez são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital de instrumento necessário para adequar-se a sua nova fase.

A adequação dos direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora ao “novo” modo de produção do capital apresenta-se como estratégias utilizadas pelo sistema para promover o seu processo produtivo. A flexibilização dos trabalhadores, pode ser entendida como algo imprevisível para se efetivar a flexibilização do aparato produtivo.

Antunes e Druck (2013) apontam que em suas características mais gerais, é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de *continuidade* e de *descontinuidade*, do padrão taylorista/fordista de acumulação, que estão pautados em um mesmo interesse, a acumulação do capital por meio da exploração da força de trabalho.

Os autores apontam ainda que o taylorismo/fordismo se diferencia do modo de acumulação flexível pelas seguintes razões:

- 1) é uma produção diretamente vinculada à demanda, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo;
- 2) depende do trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3) ela se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas, diferentemente da relação homem/máquina em que se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4) tem como princípio o *just in time*, isto é, a produção deve ser efetivada no menor tempo possível;
- 5) desenvolve-se o sistema de *kanban*, senhas de comando para reposição de peças e de estoque, uma vez que no toyotismo os estoques são os menores possíveis, em comparação ao fordismo;
- 6) as empresas do complexo produtivo toyotista têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% e a terceirização/ subcontratação passa a ser central na estratégia patronal. Essa *horizontalização* estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, *acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de subcontratação*. E essa tendência vem se intensificando ainda mais e nos dias atuais, nos quais a empresa flexível defende e implementa a terceirização não só das atividades-meio, mas também das atividades-fim;
- 7) desenvolve a criação de círculos de controle de qualidade (CCQs), visando a melhoria da produtividade das empresas e permitindo às empresas apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava (ANTUNES E DRUCK, 2013, p. 216-217).

Observamos que apesar da novidade trazida pelo toyotismo, permanecem ainda características do fordismo que são essenciais para o capitalismo, pois mesmo através do novo modo de flexibilização de produção, e da força de trabalho, o que continua a predominar, assim como nos antigos modo de produção, é a estratégia para a acumulação do capital, que agora se pauta na forma dos contratos de trabalho, dos salários, horários, local e formas de realização do trabalho de maneira flexibilizada.

O toyotismo possibilita que um só operário passasse a conduzir várias máquinas no processo produtivo, atividades que antes eram subdivididas foram aglutinadas, como programação da máquina, manutenção, planejamento e a coordenação da produção, os trabalhadores passaram a ser multifuncionais dentro da empresa, exercendo tais atividades dentro da mesma carga horária e com o mesmo salário.

A ideia é de que os trabalhadores passassem a ter o conhecimento sobre as diversas fases de produção e, com isso, passassem a ter reponsabilidade pelas várias fases do processo produtivo, ocorre aqui como consequência deste movimento a desespecialização dos operários, em decorrência dos trabalhadores multifuncionais, que representa um ataque ao saber profissional, com o objetivo de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade de trabalho, aumentando com isso a produtividade.

Temos ainda, segundo Pinto (2007) a incorporação da chamada “células de produção” ou “celularização” dentro da fábrica que significa organizar o conjunto de trabalhadores em diversos postos em conjuntos abertos diferentemente do fordismo, a fim de concentrar ali cada etapa do processo de produção, com sua estrutura aberta, os trabalhadores podem alternar-se em seus postos de acordo com o volume da produção, ocorre aqui à sincronização dos postos de trabalho. Dentro de cada célula existe um líder que tem o papel de assegurar o funcionamento adequado dos postos, além da comunicação entre uma célula com a outra e com a administração da empresa.

Porém, outras características também são resultados da celularização, pois estas apesar de serem em espaços mais abertos manifestam o controle efetivo do trabalho e das ações dos trabalhadores, mais uma vez manifesta-se a estratégia do capital, pois esses espaços impedem a comunicação dos trabalhadores sem serem

vistos o que dificulta qualquer tipo de articulação entre eles, o que mostra um objetivo principal do capital, a desarticulação da classe trabalhadora e com isso a quebra do poder sindical como veremos posteriormente.

A propagação da ideia do envolvimento operário, da maior participação dos trabalhadores no processo produtivo, é também uma estratégia do capital. O que segundo Alves (2007) podemos chamar de “captura da subjetividade” do trabalhador, que representa um processo contraditório, formado por um conjunto de simulações que articulam mecanismos de coerção e de consentimento, uma forma de manipulação que perpassa não apenas o local de trabalho, mas as instâncias da reprodução social. É nesse processo que se observa mais ainda o estranhamento do trabalhador frente ao seu trabalho, permitindo ao capital apropriar-se da sua atuação.

Alves (2007) aponta ao se referir a essa forma mais participativa, que a integração “orgânica”, para o capital, aparece como “fragmentação sistêmica” da classe dos trabalhadores assalariados, isto é, “fragmentação” de consciência de classe e de seus estatutos salariais com a constituição do precário mundo do trabalho a partir da proliferação dos contratos de trabalho irregular.

Antunes e Alves (2004) lembram que no toyotismo, a alienação *ou estranhamento* do trabalho permanece em sua essência preservada. Ainda que minimizada pela redução da separação entre a elaboração e a execução, pela redução da hierarquia no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas acaba a ser a expressão de uma *existência sem autenticidade* e estranhada.

Ocorre, ainda, em meio à propagação de um trabalho de grupo e em equipe, a pressão coletiva exercida pela própria equipe de trabalho (ALVES, 2007). No trabalho com grupos, se um integrante falha, todo o grupo perde, assim os trabalhadores passam a ser chefes uns dos outros. O que permite desenvolver a manipulação através da supervisão e do controle, exercido pelos próprios trabalhadores, dispensando a “[...] presença física de uma burocracia de enquadramento especialmente formada e paga para se consagrar a tarefas de controle, de medida e de avaliação da conformidade dos trabalhos efetuados em relação aos objetivos determinados” (CORIAT, 1994 apud ALVES, 2007, p. 196).

Sobre isso

A constituição das equipes de trabalho é a manifestação concreta do *trabalhador coletivo* como força produtiva do capital. Além disso, é resultado da “captura” da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulatória (ALVES, 2007, p. 197).

Segundo Alves (2007) O toyotismo representa uma das mais interessantes formas de organização social da produção de mercadorias, que atua de forma adequada às necessidades da acumulação do capital na época da crise, desenvolvendo suas potencialidades de flexibilização e de manipulação da subjetividade operária.

O toyotismo mais uma vez acaba por reintroduzir as práticas tayloristas/fordistas através do que Alves (1999) chama de *captura da subjetividade operária pela produção do capital*. Para ele “é uma via de racionalização do trabalho que instaura uma solução diferente – que, a rigor, não deixa de ser a mesma, mas que na dimensão subjetiva é outra – daquela experimentada por Taylor e Ford” (ALVES, 1999, p. 102). Essa nova maneira que o modo de produção apresenta é pensada justamente para solucionar um problema estrutural da produção de mercadorias, “o consentimento operário”, já que esse se manifestava em forma de resistência às formas de valorização do capital, o que se objetiva agora é romper com essa resistência.

O que de fato ocorreu, já que as mudanças nas formas de organização da classe trabalhadora resultaram na destruição da base objetiva da luta de classes, fazendo perder o poder de reivindicação e organização dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Ocorre, ainda, o distanciando dos sindicatos em relação aos movimentos sociais de classe, que passaram a aderir ao sindicalismo de participação e negociação, que se submetem as ordens do capital e do mercado.

A *crise sindical*, como é chamada por Antunes (2007), tem como um de seus elementos a barreira existente entre trabalhadores estáveis e aqueles que estão submetidos ao trabalho precarizado, que faz reduzir consideravelmente o poder sindical. Para Antunes (2007, p. 72) isso “dificulta ainda mais as possibilidades do desenvolvimento e consolidação da consciência de classe”. Tal *crise sindical* resulta na crescente individualização das relações de trabalho, o que faz perder grandes conquistas históricas do movimento sindical, além disso, a flexibilização e

fragmentação dos trabalhadores permite que o empregador se aproprie do seu trabalho aumentando as formas de exploração, de forma consentida.

O que percebemos é que o modo de produção toyotista na sua forma de flexibilização, buscando retomar o crescimento econômico e aumento da produtividade acaba por ter claros rebatimentos para a classe trabalhadora, ao atingir todo o mercado de trabalho, manifestando-se em diferentes formas de precarização. Segundo Almeida e Alencar (2011)

A flexibilidade do processo de trabalho vai implicar, por sua vez, uma organização também flexível do trabalho de modo que o trabalhador deva ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de material, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho. Requer, ainda, a flexibilidade da força de trabalho, tratando do afrouxamento das condições jurídicas (legais ou convencionais) que regem o contrato de trabalho e da possibilidade de se recorrer ao trabalho parcial e ao trabalho temporário; a flexibilidade do tempo de trabalho adequando-o aos imprevistos da produção, configurando com mais frequência o uso do trabalho parcial; e, ainda, a flexibilização do salário direto, tendendo a ser abolido os limites mínimos e de indexação dos salários aos preços e à produtividade. Passam a ser adotadas novos mecanismos de formação do salário direto, de natureza mais concorrencial, vinculando-os à situação econômica, aos resultados da empresa e, principalmente, aos desempenhos individuais de cada trabalhador (p. 22).

O mercado de trabalho torna-se perverso tanto para os trabalhadores, que já estão ocupando o mercado de trabalho, como para àqueles que não conseguem ser absorvidos por tal. Ocorrem variadas formas de contratação como: sem carteira assinada, subcontratação, trabalhador temporário, terceirizado já que essa se apresenta como umas das formas de diminuição dos gastos para o capital, os trabalhadores encontram-se em situações irregulares, sem direitos trabalhistas garantidos, refletindo também, no salário, e na perda do poder de reivindicação e organização dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, ocasionado pela fragmentação dos trabalhadores.

Ocorre, ainda, a insegurança do trabalho, já que o trabalhador encontra-se submetido às oscilações do mercado, em tempos de crescimento e maior demanda o capital absorve esses trabalhadores e em tempo de queda da produção esses são dispensados sem nenhuma responsabilidade para o empregador.

No Brasil, a terceirização é uma das formas de precarização do trabalho que mais marcam as mudanças na esfera produtiva e do trabalho.

[...] constata-se uma verdadeira epidemia nas últimas duas décadas, que contaminou a indústria, os serviços, a agricultura, o serviço público, generalizando-se também não só para as chamadas atividades-meio, mas também para as atividades-fim. Nesse campo – da organização do trabalho –, se evidencia, através da terceirização, condições de trabalho e salariais que definem trabalhadores de primeira e segunda categorias, como porta para o trabalho análogo ao de escravo, e em que a discriminação se dá não apenas por parte da empresa contratante, mas também entre os próprios trabalhadores contratados diretamente e os chamados “terceiros”, cuja denominação já revela a distinção ou a condição aparte, de fora, externa. As diferenças entre uns e outros se explicitam no tipo de treinamento, que, em geral, é menor para os terceirizados, no acesso limitado às instalações da empresa (a exemplo de refeitórios e vestiários), nas revistas na entrada e saída da empresa, nas jornadas mais extensas, na intensificação do trabalho, na maior rotatividade, nos salários menores, nas mais arriscadas condições de (in) segurança, dentre outras (ANTUNES e DRUCK, 2013, p. 220).

A terceirização representa uma nova forma de uso do trabalho, que obscurece a relação de compra e venda da força de trabalho, atingindo principalmente o setor de serviços, que articula uma rede de subcontratação de empresas, nas formas de trabalho precarizadas, substituindo assim o trabalho formal pelo trabalho informal, com perda de direitos trabalhistas e exposição do trabalhador a uma vulnerável condição de trabalho.

Recentemente no Brasil, o processo de terceirização tornou-se importante nos espaços de discursão a partir da proposta do Projeto de Lei nº 4.330/2004 que visa regulamentar a terceirização no país<sup>10</sup>. Pereira (2015) coloca em uma de suas discussões sobre o tema que este

É um projeto de lei muito mais maléfico para os trabalhadores. Nele também se estabelecem possibilidades infinitas de subcontratações de empresas, inclusive a legalização da figura dos PJs, empresas de uma pessoa só, sem qualquer direito trabalhista, porque nessa modalidade o trabalhador vira pessoa jurídica. E empresas não adoecem, nem tiram férias e licenças, ou se aposentam. Ou seja, na terceirização ilimitada todos os riscos são transferidos para os trabalhadores. A escolha política de reorganizar a produção é das

---

<sup>10</sup> Não será nosso objetivo tratá-lo especificamente aqui, mas cabe salientar como tal projeto de lei representa uma regressão de direitos para a classe trabalhadora, que ficam sujeitos às oscilações do mercado.

empresas, mas os riscos totais são transferidos para os trabalhadores, que ainda por cima sofrem com os constantes calotes. Como se não bastasse, esse projeto ainda define a responsabilidade entre contratadas e contratantes apenas como subsidiária (s/p).

Sobre isso Maior (2015) aponta que,

Mas nada disso interessa para os defensores da terceirização. O que interessa mesmo é formalizar um ajuste entre os interesses econômicos e políticos em torno do comércio de gente. O econômico caracterizado pela a lógica da redução do custo, o aumento da exploração e a destruição concreta das possibilidades de resistência por parte da classe trabalhadora. O político pela preservação do poder, o que é favorecido pelo ato de agradar ao poder econômico, sem desconsiderar os interesses orçamentários dos entes públicos, que se dá com a redução do custo da mão-de-obra que a terceirização possibilita e com a manutenção da eficiência em termos de arrecadação. Veja-se, neste último aspecto, que, nos termos do projeto, ao contrário do que se passa com os direitos trabalhistas, é solidária a responsabilidade das empresas tomadoras no que se refere às contribuições previdenciárias.

O Projeto de Lei nº 4.330/2004 representa, portanto, a intensificação das formas de precarização do trabalho, e reafirmam todas as formas de precarização postas com a as mudanças no modo de produção, em que o empresariado busca a extração de lucro por intermédio da exploração do trabalho, deste modo a terceirização traz consigo todas as formas de precarização anteriormente já citadas como redução de salários, precariedade das condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas, que representam para o capital uma diminuição dos gastos e aumento do lucro.

O desemprego significa outra consequência do modo de produção toyotista, pois com o incremento de novas tecnologias e a exclusão de postos de trabalho, ampliam-se a exploração dos trabalhadores que permanecem, além disso, diante da flexibilização dos contratos, tira-se o trabalhador da condição de estáveis, e deixam os trabalhadores facilmente sujeitos a condição de desempregados, a mesma facilidade para a contratação se coloca para a demissão, isso é notório ao observamos em épocas de crise o aumento exacerbado de demissões.

O desemprego representa também um ganho para o capital, já que o trabalhador se vê obrigado a adequar-se as novas exigências colocadas por esse sistema, ficando sujeito a tais condições de trabalho precarizadas como, por exemplo, baixos salários.

Nas palavras de Pinto (2007)

O desemprego serve ainda a outros dois propósitos. Além de garantir a manutenção de baixos salários, viabiliza o intenso uso de trabalhadores contratados temporariamente, os quais, num período de crescimento da economia, são exauridos em longas jornadas para atender a níveis altíssimos de produtividade, para, num momento de recessão, voltarem à condição de desempregados por representarem capacidade produtiva ociosa. Ou seja, o desemprego é um dos fatores que garantem as jornadas flexíveis de trabalho, elemento vital no acoplamento da escala de produção à demanda dos mercados de consumo, proposta central do toyotismo (p. 97-98).

Nenhum setor de trabalho está imune ao desemprego e as diferentes formas de precarização do trabalho, que atinge não apenas aos trabalhadores desqualificados, mas também, aos mais qualificados, perceberemos isso mais adiante ao tratarmos do/a Assistente Social.

Druck (2011) diz que a lógica que propõe o incremento de novas tecnologias, atinge a força de trabalho diretamente, transformando os trabalhadores em descartáveis que devem ser substituídos por outros mais modernos, ou seja, mais flexíveis, “[...] É o tempo de novos (des) empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato” (Ibid, 2011, p. 43). O desemprego torna-se a categoria dominante para o capital. Para Mézaros (2006, p. 32) “a globalização do desemprego e da precarização, até o momento, não pode ser remediada sem a substituição radical do sistema capitalista”.

Com as novas tecnologias e formas organizacionais implantadas por esse regime a capacidade de centralização e acumulação do capital tornou-se ainda maior, o capital cresce na medida em que os trabalhadores são explorados e submetidos às formas de precarização.

Ao nos referirmos as mudanças no modo de produção como apresentadas até aqui, precisamos refletir sobre como essas se gestam em todo o mercado de trabalho, e não apenas no interior da fábrica, pois mesmo que essas tenham estratégias direcionadas para o setor de produção, acabam por ser espalhadas para todo o contingente de trabalhadores. Com a exigência de produtividade, com trabalhadores desempenhando mais de uma função em troca de um mesmo salário, e outra, talvez a mais recorrente característica assumida no mercado de trabalho em geral, advindas da forma de organização flexível do trabalho, está relacionado à forma como os trabalhadores atuam de modo, terceirizados, subcontratados, sem

contrato, sem direitos trabalhistas, com salários também flexíveis, e com carga horária flexível.

Tal percepção de que as transformações produtivas, não se limitam ao chão da fábrica representa um importante passo para o fortalecimento da classe trabalhadora, pois com isso caminhamos no sentido de entender, que as contradições capitalistas dentro da sociedade atinge todos os sujeitos de variadas formas de exploração da força do trabalho, que é a forma pela qual o capitalismo se sustenta.

Para seguirmos nossa análise, consideramos que as mudanças capitalista nos modos de produção por si só não foram capazes de atender as necessidades do capital, fazendo-se necessário, também, mudanças estratégicas no papel do Estado. Isso se dará no contexto da crise através da implementação do ideário neoliberal. Abordaremos a seguir, como com o advento do chamado neoliberalismo, o Estado passa a interferir por meio de ações que buscam manter sua subordinação ao capital e desconstrói os direitos e conquistas sociais históricas da classe trabalhadora.

## **2.2 Neoliberalismo e o processo de mundialização do capital**

O neoliberalismo, conforme Anderson (2003) nasceu após a II guerra mundial, na região da Europa ocidental. Ele foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social<sup>11</sup>. Trata-se de um ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ameaça a liberdade, não apenas a econômica, mas, também, política. O *caminho da servidão*<sup>12</sup>, de Friedrich Hayek, lançado em 1944, pode ser considerado como um documento de referência do movimento neoliberal.

---

<sup>11</sup> Refere-se a uma forma estatal assumida e organizada a partir da realidade europeia, sendo que no cenário brasileiro não temos a configuração de um Estado de bem-estar social. Assim, o Estado de Bem estar social significou uma das mais importantes conquistas para a sociedade, marcado pela expansão nas políticas sociais. No entanto Esping-Andersen (1991 apud DELGADO e PORTO, 2007, p. 50) aponta “que o Estado de bem-estar social significou, historicamente, muito mais do que o “mero” desenvolvimento das políticas sociais, posto que representou também a reconstrução econômica, moral e política das nações”. Farias (2007), coloca ainda, que Esping-Andersen ao definir o Estado de bem-estar social, aponta para a necessidade de superar a ideia de ‘política social/welfare State’ agregando a estes questões como salário, emprego, controle macroeconômico e a influência dos mecanismos de bem-estar dentro da estrutura da sociedade.

<sup>12</sup> O *caminho da servidão* é um livro que tem por alvo Segundo Morais (2001) “aos socialistas de todos os partidos”. Não dirige seu fogo apenas contra os partidários da revolução e da economia

O início da crise do modelo econômico na década de 1970 fez o neoliberalismo encontrar um cenário propício para seu desenvolvimento. Para os neoliberais tornava-se importante aproveitar o período de recessão econômica, com uma das suas consequências mais devastadoras, o desemprego, que resultou no enfraquecimento do movimento sindical organizado, o que levou a perda de direitos e vantagens conquistadas nas décadas anteriores.

Vale salientar que a experiência de cada país nos processos em curso na cena mundial a partir da crise do capital de 1970 e seus desdobramentos é diferenciada, em relação às suas particularidades históricas e temporais, quanto às formas diversas de seus sistemas econômicos, social, político e cultural.

Para Harvey, as origens da crise estavam no poder excessivo dos sindicatos, que tinham corroído o processo de acumulação com suas reivindicações sobre o salário e as pressões para que o Estado aumentasse os gastos sociais, o que fez diminuir os níveis de lucro das empresas, e aumentar a inflação. Anderson (2003) coloca que diante disso a estratégia para superação da crise estava também na redefinição do papel do Estado, redimensionando suas ações de modo para que ele se mantivesse forte para romper com as forças sindicais, mas fraco em relação aos problemas sociais, e nas intervenções econômicas a favor do mercado e do capital.

Anderson (2003) infere que a ideologia neoliberal pautou-se nas mudanças orçamentárias, com a contestação dos gastos com bem-estar social e a restauração da taxa de desemprego, em outras palavras, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos.

O ajuste neoliberal da crise propõe a defesa do mercado livre, rejeitando a influência pública sobre os investimentos e a distribuição da renda. Na perspectiva neoliberal é o mercado que determina a legitimação do Estado, pois propagam a ideia de necessidade de desregulamentação e flexibilização das normas trabalhistas para garantir a competitividade e produtividade.

A reestruturação do Estado ocorre como estratégia para que o mesmo tenha sua função de garantidor da acumulação capitalista, sendo que o fundamento da reestruturação é a concepção de que o único regulador societário legítimo e eficiente

---

globalmente planejada, mas a toda e qualquer medida política, econômica e social que indique a mais tímida simpatia ou concessão para com as veleidades reformistas ou pretensões de fundar uma "terceira via" entre capitalismo e comunismo.

é o mercado, onde Estado aparece como mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

Assim é colocado

*O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando a reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional (ANTUNES, 2007, p. 179-180).*

Temos agora a reconfiguração do capitalismo e seus mecanismos, como forma de romper com o Estado de bem-estar, que pauta-se na substituição pela mundialização da economia de mercado, de maneira privatizada, desregulamentada e livre de todas as instituições que regulavam suas ações.

Morais (2001) aponta que o neoliberalismo pauta-se na privatização das empresas estatais, dos serviços públicos, e desregulamentação do poder do Estado de forma que este não interfira nos poderes do mercado, tem fortes ações direcionadas ao rompimento do poder sindical. As práticas neoliberais constituem em serias consequências para a classe trabalhadora.

O que vamos ter em contrapartida a implantação da política neoliberal, é o aumento alarmante da desigualdade, através da concentração e acumulação de riqueza, aumento do excedente de mão de obra, da perda de direitos trabalhistas e implementação de novas relações de trabalho cada vez mais informais.

Para Mendes (2014) o Estado neoliberal não reduz sua intervenção na economia, ele apenas reduz a sua intervenção nas áreas sociais, priorizando as necessidades de autovalorização do capital. Consequentemente, os direitos sociais se perdem, a concepção de cidadania se reduz, a legitimação estatal se submete ao assistencialismo e a legislação trabalhista é atingida.

Entendemos, portanto, que a configuração do Estado neoliberal interfere intensamente no desenvolvimento e operacionalidade das políticas sociais, com grande restrição de recursos, focalização e abandono de sua universalidade, de sua lógica de direito social. Que se apresentarão como desafios para a atuação dos assistentes sociais, como veremos no próximo capítulo.

Anderson (2003) aponta que economicamente, o neoliberalismo não teve sucesso, não conseguindo nenhuma revitalização do capitalismo avançado, já socialmente, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades visivelmente mais desiguais. Política e ideologicamente, contudo, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais imaginaram, difundindo a simples ideia de que não há alternativas para seus princípios, que todos, sejam confessando ou negando teriam de adaptar-se a suas normas. O neoliberalismo para Alves (2007) não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado político, por isso, mesmo com mudanças no governo à dinâmica neoliberal continua se impondo.

Cabe aqui fazermos uma breve contextualização da reorganização do Estado ocorrida no Brasil, sobre as orientações neoliberais, principalmente a partir da década de 1990, como modo de entender as influências que essas tiveram principalmente para as políticas sociais.

### **2.2.1 Brasil Neoliberal – uma breve análise sobre a “reforma” do Estado.**

Buscaremos nesse tópico fazer algumas reflexões sobre o que significou a reforma do Estado brasileiro, a fim de apontar suas principais consequências para a sociedade e assim evidenciar que as transformações societárias ocorridas a partir da década de 1970 foram, também, ocorridas no contexto Brasileiro e tem representado novas relações entre o Estado e a classe trabalhadora.

Para tratar do contexto brasileiro, precisamos situar que o neoliberalismo adentra em cada país de maneira diferenciada, mediante suas próprias particularidades, assim enfatizamos desde já, que o Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países desenvolvidos. Pontuaremos a seguir alguns dos elementos que marcam o desenvolvimento do país, e os ganhos daí decorrentes, que darão sentido as mudanças no papel do Estado no Brasil.

Montaño (2010) enfatiza que o desenvolvimento da industrialização capitalista na América Latina, decorrente da sua característica de países dependentes, exigiu a constituição de alianças, um “pacto social” (LAURELL, 1998; MONTAÑO, 2010) entre capital nacional, Estado e a classe trabalhadora. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, desenvolve-se a industrialização por substituição de importações (ISI), que exigia uma forte intervenção estatal, além da participação

dos trabalhadores enquanto consumidores, e a adoção de tecnologias dos países centrais.

Desse modo, em meio ao processo de industrialização exigia-se a ampliação do emprego e o aumento da produção e elevação do salário para proporcionar o consumo. Surge segundo Montaño (2010), uma espécie de “estado intervencionista”. Laurell (1998) vai considerar como um Estado de bem estar restrito e limitado.

Montaño(2010) aponta que foi a partir da década de 1964, período do autoritarismo, que se consolidou a estrutura politico-institucional das políticas sociais brasileiras. No período que vai de 1964 a 1970 desenvolve-se as políticas de massa, onde vamos ter a ampliação dos benefícios e direitos dos trabalhadores. O período que vai de 1985 a 1988 vão ser marcados por transformações nas políticas sociais, além da Constituição de 1988, que representará um ganho para a sociedade, decorrente das lutas sociais do setor democrático.

Essas mudanças sociais, apesar de representarem uma forma de legitimação do Estado, constituíram ganhos para a classe trabalhadora e para a população em geral diante do caráter tardio e dependente que temos. Porém, ocorrem no país, no período em que o cenário internacional, questionava as formas de intervenção estatal. O neoliberalismo já consolidado nos países centrais na década de 1980 manifestava-se contra o Estado keynsiano<sup>13</sup>- Estado de bem-estar social (MONTAÑO, 2010).

É então proposto pelas agências financeiras internacionais e aceitas pela maioria dos governos, os programas de ajuste estrutural, que significaram na adoção de uma pacote de políticas tendo em vista garantir o processo de acumulação (LAURELL, 1998)

---

<sup>13</sup> Montaño (2010) coloca que constantemente tratamos do neoliberalismo como um projeto que se contrapõe ao keynsianismo, mas o que temos que nos atentar é o fato desses representar também um projeto econômico que busca garantir junto às outras mudanças societárias o processo de acumulação do capital, torna-se importante salientar isso, visto que no Brasil não se constituiu um estado de bem estar, portanto o que as mudanças neoliberais aqui pretendem é fomentar a acumulação capitalista através das mudanças na relação estado e sociedade, é diante disso que Montaño aponta que o problema do Brasil não é a existência de um estado social, mas sim sua inexistência, com seu desenvolvimento tardio, onde não é a presença do Estado que constitui o problema, mas a longa privatização. Justamente quando caminhamos para a construção de um estado de bem estar social brasileiro, os setores ligados ao grande capital, como forma de rompê-lo instituem na reforma do Estado.

Assim, a partir do desenvolvimento da mundialização do capital, das crises capitalistas, e das novas exigências do capital internacional de ajustamentos estruturais, se inicia o processo de reestruturação capitalista no Brasil. Daremos início ao processo de “reforma do estado” eliminando direitos trabalhistas e sociais que principalmente resultará no esvaziamento das conquistas da Constituição de 1988 (MONTAÑO, 2009).

Segundo Moraes (2001), as primeiras experiências de "ajuste" neoliberal foram ensaiadas na América Latina em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez de Hoz. Já nos anos 1980, as orientações neoliberais de ajuste econômico foram impostas aos demais países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Ocorre no Brasil desde 1989, a partir do governo Collor e continua ganhando mais força no governo FHC.

Assim, o novo “pacto social” adotado no país conformados pelos setores democráticos, é rapidamente substituído na década de 1990, período que irá se disseminar no país a hegemonia neoliberal, diante das pressões do consenso de Washington (MONTAÑO, 2010).

Deste modo os países periféricos, como no caso do Brasil, teve a proposta de “reforma” orientada a partir do Consenso de Washington<sup>14</sup>, que tem por base as agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os Bancos Internacionais, que busca colocar os países dentro de uma única dinâmica econômica internacional.

Segundo Montaña (2010), a reforma do Estado, a qual ele considera uma contrarreforma, esteve relacionada ao projeto de liberar e desregular a acumulação do capital, retirando a legitimação e o controle social da “lógica democrática” passando para a “lógica da concorrência” do mercado, assim se constitui parte da reforma a flexibilização e precarização das bases de regulação social. É diante disso que Montaña (2010) considera que esse processo de fato

---

<sup>14</sup> Em 1989 foi realizada uma reunião entre os organismos de financiamento internacional (FMI, Banco Mundial, Bird) além de economistas do governo da América Latina e funcionários do governo americano. A reunião teve como intuito avaliar as reformas econômicas da América Latina. As recomendações postas nessa reunião eram da necessidade de disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, regime cambial, abertura comercial, eliminação de controle sobre os investimentos direto estrangeiro, privatização, desregulação das leis trabalhistas, institucionalização da propriedade privada intelectual (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

significa uma contrarreforma que busca reverter às reformas desenvolvidas historicamente através das lutas sociais e dos trabalhadores.

É, portanto, mediante o processo de mundialização do capital que a lógica neoliberal vai se expandir para os diferentes países, orientado a práticas que propicie a acumulação do capital.

Sobre isso é colocado

Mas esse movimento, que é mundial, tem de ser compreendido no quadro de duas grandes forças que moldaram a sociedade contemporânea no século XX. De um lado, temos a globalização, ou o capitalismo global, isto é, o fato de o capitalismo haver-se tornado dominante, e os mercados terem sido abertos para a competição capitalista em todo o mundo. De outro lado, a democracia – esta imensa transformação política que marcou o século (PEREIRA, 2002, p. 30).

Como já apontado, no Brasil a ideologia neoliberal é iniciada com o governo de Collor, e consolidada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), principalmente, com a instauração do Plano Real. A chamada “reforma do Estado”, vai se efetivar através da instauração do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE/MARE, 1995) de formulação do ex-Ministro Luís Carlos Bresser Pereira do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

O Plano foi elaborado sobre a premissa de que a emergência da crise brasileira nas últimas décadas era consequência do até então vigente modelo de Estado, de acordo ao que colocado na apresentação do plano, (BRASIL, 1995) a crise brasileira foi, também, uma crise do Estado, decorrente do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos, o Estado se eximiu de suas funções básicas em prol do setor produtivo, acarretando na degradação dos serviços públicos, no agravamento da crise fiscal, por consequência, da inflação. Sobre tais argumentos a “reforma” do Estado apresentava-se como instrumento primordial para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento da economia.

Sobre essa afirmação, Bresser Pereira aponta que

Se perguntarmos quais foram as causas dessa crise econômica - causas que ainda não estão totalmente superadas - eu diria que houve uma causa fundamental: a crise do Estado. Venho dizendo que a causa fundamental da crise brasileira e da crise latino-americana é a crise do Estado, desde 1987, quando a percebi com clareza. Crise que se desencadeou no início dos anos de 1980, ou,

mais precisamente, em 1979, com o segundo choque do petróleo. Crise que se define, fundamentalmente, pela crise fiscal do Estado, pela crise do modo de intervenção da economia e do social, e pela crise do aparelho do Estado. [...] a crise fiscal define-se pela perda do crédito público e por poupança pública negativa. A crise do modo de intervenção, pelo esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações, que foi bem-sucedido nos anos de 1930, 1940, 1950, mas que deixou de sê-lo há muito tempo. Crise do modo de intervenção que se expressa também no fracasso em criar um Estado do Bem-Estar no Brasil, nos moldes social - democratas europeus (1995, p. 1 a 2).

A chamada de “reforma” do Estado ocorre no país a partir desse período sob o argumento de que a crise fiscal é decorrente das formas de intervenção do Estado na economia, nos gastos sociais, e da sua forma burocrática de administrar. Portanto

Reconstruir o Estado significa superar definitivamente a crise fiscal e rever as estratégias de intervenção no plano econômico e social, abandonando as intervenções diretas e adotando formas regulatórias. Conjuntamente, é preciso reformar o aparelho do Estado, e isto significa (1) tornar a administração pública mais flexível e eficiente; (2) reduzir seu custo; (3) garantir ao serviço público, particularmente aos serviços sociais do Estado, melhor qualidade; e (4) levar o servidor público a ser mais valorizado pela sociedade ao mesmo tempo que ele valorize mais seu próprio trabalho, executando-o com mais motivação (PEREIRA, 1995, p. 7).

Pereira (1995) aponta que a Constituição de 1988 tornou a administração pública rígida e burocratizada sendo necessário reformá-la, tornando-a mais flexível. Este constituirá o primeiro grande projeto da “reforma” do aparelho do Estado. Outro projeto será o da “reforma” no plano social, o Estado deverá distinguir a formulação de políticas públicas de caráter regulatório da execução dos serviços sociais, essa passara a ser descentralizada.

Podemos assim sinalizar que as principais premissas da “reforma” do Estado, relacionava-se a descentralização do setor público da esfera federal para o governo estadual e municipal, assim como para organizações não estatais. A definição do que são funções exclusivas do estado, e atividades que podem ser transferidas para o setor municipal, assim como para ao setor não estatal, com isso o Estado passa a limitar sua atuação. Definição das atividades que devem ser efetuadas por funcionários públicos e as que podem ser feitas mediante outros meios de

contratação, é diante disso que vamos ter o processo de terceirização dentro do setor estatal. Separação da formulação e da execução das políticas, e ainda vamos ter o aumento da privatização estatal de setores que produzem bens e serviços para o mercado.

Assim, a proposta de “reforma” que se dá “tendo em vista recuperar a governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar)” (BEHRING, 2008, p. 173). Irá acontecer principalmente através de programas de privatização, terceirização e publicização, na qual, segundo Bresser Pereira,

Privatização é um processo de transformar uma empresa estatal em privada. Publicização, de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal. Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio (1997, p. 19).

Para justificar a “reforma” do Estado, e efetivar suas estratégias utilizava-se de supostas preocupações com a proteção social, apresentando-a como formas de mudanças na lei, na organização, no trabalho, na administração pública, propagando a melhoria do atendimento as necessidades da sociedade. Porém, o que observamos que aconteceu é justamente o contrario.

Apropriarmo-nos agora dos argumentos de Behring (2008) para explicar o que o que de fato ocorreu com a instauração da “reforma” que para ela significou de fato a contrarreforma do Estado, da qual concordamos. A autora chama a atenção que na perspectiva da “reforma” o problema estaria localizado no Estado, fazendo-se necessário reduzir custos e ajustar distorções, porém contraditoriamente a isso, o Estado adentra de forma acelerada nos meios de financiamento, fazendo crescer as dívidas internas e externas.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), a privatização cresce no país sob o argumento de que iria atrair capitais, o que faria reduzir a dívida interna e melhorar a qualidade de serviços, atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes na mão do Estado, e de que iria obter preços mais baixos para os consumidores, porém o que observamos é a expansão do mercado, com as privatizações, paralelo a isto, ainda temos a entrega de parte considerável do patrimônio publico ao capital estrangeiro além do crescimento da dívida publica.

Bresser Pereira (1997) nos apresenta outra característica proposta pela “reforma”, a qual se refere à adoção da terceirização, argumenta-se que para o Estado legislar, regular, julgar, definir políticas, e fomentar suas ações, faz-se necessário a adoção de serviços auxiliares como de limpeza, transporte, e vigilância, que devem ser a princípio terceirizados, pois passam a ser realizados competitivamente além de significar uma economia para o Tesouro. A terceirização é uma das manifestações da precarização do trabalho mais recorrente no Brasil como já vimos anteriormente, ao tratarmos da terceirização a partir da reestruturação produtiva causando sérios problemas a classe trabalhadora, com a contrarreforma do estado essa se expande para vários outros trabalhadores que compõem o setor público.

Segundo Behring e Boschetti (2011) a “publicização”, “se expressou na criação das agencias executivas e das organizações sociais, bem como na regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas” (p. 154), através do estabelecimento de parcerias com ONGs e instituições filantrópicas. Reformar o Estado e definir seu papel, significou deixar para o setor privado e para o setor público não-estatal as atividades que não lhe são exclusivas. O que representa uma forma de desresponsabilização do Estado em sua dimensão social, “a essa nova arquitetura institucional na área social – sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade – se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas [...]” (Ibid, 2011, p. 154).

Behring (2008), aponta que a contrarreforma tem um impacto direto na capacidade de aumentar as políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica há uma forte tendência de desresponsabilização pela política social que ficam orientadas pelo o trinômio neoliberal<sup>15</sup> - privatização, focalização e descentralização a partir do processo de “publicização”.

Percebemos que principal objetivo do Estado ao adotarem a ideologia neoliberal, como no caso do Brasil, era de alcançar o crescimento econômico, e retomar a acumulação do capital. A hegemonia neoliberal não foi capaz de resolver

---

<sup>15</sup> “[...] com este triplo processo, no âmbito do “terceiro setor”, de precária intervenção estatal, de re-filantropização da “questão social”, acompanhada de uma re-mercantilização desta, desenvolvida pela empresa privada, consolidam-se três modalidades de serviços de qualidades diferentes – o privado/mercantil, de boa qualidade; o estatal/ “gratuito”, precário e o filantrópico/voluntário, geralmente também de qualidade duvidosa – para duas categorias de cidadãos: os “integrados”/consumidores e os “excluídos”/assistidos” (MONTAÑO, 2002, s/p).

a crise, porém as medidas implementadas atingiram de forma direta e negativa a classe trabalhadora e, ainda, as políticas sociais.

As características trazidas pelo neoliberalismo adquirirá ainda mais notoriedade dentro do cenário da mundialização do capital, aspecto fundamental para a acumulação capitalista, que associado às políticas neoliberais constitui um novo período de desenvolvimento do capitalismo. Mesmo pontuada em algumas de nossas falas ao tratarmos das mudanças no modo de produção e no papel do Estado, cabe apresentarmos, mesmo que brevemente, do que se trata e como se deu o processo da mundialização do capital, que vai representar o momento importante de acumulação do capital.

As mudanças após a crise de 1970 ocorreram, portanto, na economia, na produção e no Estado, não adotamos aqui uma apresentação linear desse processo, mais se torna importante deixar claro que tais momentos não podem ser pensados de forma descolada, constituem o conjunto de ações adotadas pelo capitalismo para a retomada do crescimento econômico, e são dependentes.

### **2.2.2 Mundialização do capital**

A mundialização do capital surge contribuindo ainda mais para a intensificação da precarização do trabalho. Segundo lamamoto (2012b) a mundialização do capital é incorporada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças, que tem como suporte as instituições financeiras que passam a atuar com o capital que rende juros como bancos, fundos de pensão, fundos mútuos companhias de seguros e sociedade financeiras de investimento, apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas.

Estamos diante de um novo modo de subordinação e dominação, em que o poder fica nos países centrais que passam a ditar toda a economia mundial. Aqui vai ser recorrente o processo de financeirização, na qual o capital mantém a forma dinheiro.

lamamoto (2012) salienta que os investidores financeiros através de suas ações no mercado, tornam-se proprietários acionários das empresas e passam a agir independente delas. Interferem, ainda, na forma de investimentos das empresas, na criação de novas capacidades de produção e na extensão das

relações sociais capitalistas voltadas á extração da mais-valia, na repartição de suas receitas e na definição das formas de emprego assalariado, na gestão da força de trabalho e no perfil do mercado de trabalho.

Ocorre o crescimento do desemprego em meio a todo esse processo, já que com a mobilidade do capital, este pode investir ou não no mercado o que influencia diretamente na ampliação ou redução dos postos de trabalho. O que temos diante da mundialização do capital, é o crescimento desigual entre os países, onde o desenvolvimento vai ocorrer principalmente nos países centrais, essa centralização do capital vai contribuir ainda mais para o aumento das desigualdades sociais.

Já pontuadas as principais transformações societárias ocorridas a partir da década de 1970, e apontadas algumas das principais consequências para a classe trabalhadora, consideramos necessário, dedicar um tópico deste trabalho para tratar do que entendemos por precarização do trabalho, a luz de alguns autores que se dedicaram ao tema.

Acreditamos que isso facilitará nossa reflexão nos próximos capítulos quando nos referirmos a precarização do trabalho do assistente social.

### **2.3 Precarização do trabalho como estratégia de dominação**

Diante do que foi abordado até aqui, buscaremos agora apontar o que consideramos ser a principal consequência advinda das transformações societárias para a classe trabalhadora – a precarização do trabalho. Não trataremos esse tema como algo novo, que surge com as mudanças capitalistas, mas sim consideraremos que esta ganham novas expressões, mediante as mudanças no modo de produção, na economia e no papel do Estado.

Apontaremos as expressões da precarização do trabalho no setor privado e setor público, o que fortalecerá nosso argumento no próximo capítulo, considerando que o setor público, torna-se hoje o maior empregador de assistentes sociais. Para a construção desse tópico, utilizamos das análises de autores como Druck e Alves.

Alves (2007) faz uma distinção sobre o que se entende por precariedade e precarização, para esse autor a precariedade do mundo do trabalho refere-se a uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria, pontua que desde que a força de trabalho se constitui enquanto mercadoria, o trabalho é coberto

de precariedade social. Já a precarização significa um modo de reposição sócio-histórica da precariedade. O autor faz sua análise considerando a precariedade como condição e a precarização como processo determinado pela luta de classes e pela contradição capital/trabalho.

Sobre isso

O que chamamos de *processo de precarização* do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É a explicitação da *precariedade* como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. A *precarização* possui um sentido de *perda de direitos* acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A *precarização* é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. É o conteúdo do Estado político da decadência histórica do capital. O *Estado neoliberal* tende a suceder, sob determinadas condições histórico-políticas, o *Estado social* (ALVES, 2007, p. 114).

A precarização é um processo social que faz parte da precariedade do trabalho, e que continuará apresentando novos elementos que permitam a dominação do capital. Este constitui um dos principais aspectos da precarização do trabalho, a dominação que o empregador passa a ter sob o trabalhador. A precarização tem características objetivas e subjetivas no processo de acumulação, atingido não apenas a força de trabalho, mas a subjetividade do trabalhador, manifestando novos modos de alienação e estranhamento.

Para Druck (2013), a precarização do trabalho é um processo econômico, social e político que ganhou centralidade na atual dinâmica capitalista mediante a acumulação flexível, mundialização do capital e das políticas de cunho neoliberal. Trata-se de uma estratégia patronal, quase sempre apoiada pelo Estado e seus governos, que vem sendo adotada em todo mundo, refletindo nos direitos e conquistas dos trabalhadores.

O atual mundo do trabalho passou a ter características muito semelhantes nas suas relações de trabalho nos diferentes países, pois a precarização social do trabalho se impõe como uma estratégia de dominação cada vez mais mundializada.

Assim nas palavras de Alves (2007),

O processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho são traços do novo sócio-metabolismo do capital

nas condições da mundialização financeira. Ela atinge tanto países capitalistas centrais, como países capitalistas periféricos, como o Brasil. Inclusive, no caso do capitalismo brasileiro, o *processo* de precarização do trabalho assume dimensões complexas, articulando tanto dimensões histórico-genéticas (originárias da nossa formação colonial), quanto dimensões histórico-sociais vinculadas à nova ordem da mundialização do capital (p. 111).

Enfatizamos, portanto, que a precarização do trabalho não é um elemento novo, o Brasil, por exemplo, já tem seu cenário marcado por diferentes formas de subemprego, trabalho informal e desemprego. O que temos a partir das mudanças societárias são novas formas de precarização do trabalho diante das novas necessidades do capital.

No caso brasileiro, a precarização social do trabalho foi reconfigurada e ampliada a partir desse novo contexto, assumindo um caráter que atinge todo o país de forma abrangente, tanto as regiões mais desenvolvidas como as regiões historicamente marcadas pela precarização do trabalho, como os setores mais modernos do país, a exemplo o setor industrial. Assim, o Brasil com seu traço de precarização histórico, significará um agravamento das condições de trabalho mediante as mudanças no mundo do trabalho (DRUCK, 2013).

Buscar entender a precarização do trabalho como pertencente à própria lógica do capital permite compreender que esta contribui para o processo de acumulação do capital, permeado pelo medo, ou insegurança do trabalho, frente ao desemprego, e movidos por uma lógica de coerção e consentimentos, daí consiste o que tratamos a precarização como forma de dominação.

Como bem aponta Alves (2007, p. 127) “É o medo dos “novos bárbaros” que alimenta as novas formas de consentimentos espúrios. É ela que produz a subjetividade-fetichismo do sócio- metabolismo do capitalismo flexível.” E continua ao dizer que “o medo é o maior “combustível” da indústria dos novos consentimentos espúrios da vida social. Ela constitui a precarização da subjetividade insubmissa”.

É deste modo que o capital se mantém, com trabalhadores cada vez mais flexíveis, que ficam sujeito as necessidades do mercado. Assim essa “nova” forma de ser da precarização está dada pela condição de instabilidade, de insegurança, de percas de direitos, de adaptabilidade e principalmente de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho, que se expande para todos os tipos de trabalho, é diante disso que vamos perceber que a

flexibilização do trabalho é a própria forma da sua precarização que garante ao empregador o poder frente ao trabalhador (DRUCK, 2013).

Como podemos observar,

A centralidade do trabalho e suas formas históricas justificam porque enfatizar o caráter *social* da precarização. Mas para além desta questão de fundo, é importante destacar que a precarização social do trabalho é *social* porque : i) torna-se uma estratégia de dominação do capital num determinado momento histórico, combinando a crise do fordismo e dos estados de bem-estar-social, a financeirização da economia, as políticas neoliberais e a reestruturação produtiva, que formam um novo regime de acumulação flexível ; ii) desta forma, não é um resultado da flexibilização do trabalho, conforme afirmado em muitos estudos, ela é a própria flexibilização, pois flexibilizar é precarizar e precarizar é flexibilizar. iii) é geral no sentido de que é um processo mundial, conforme já afirmado, mas é geral também porque rompe determinadas dualidades, a exemplo dos excluídos e incluídos, empregados e desempregados, formais e informais, ou seja há um processo de precarização que se generaliza para todas as regiões e para todos os diferentes segmentos de trabalhadores; como uma « institucionalização da instabilidade » ; iv) as implicações destas transformações do trabalho atingem todas as demais dimensões da vida social : a família, o estudo, o lazer e a restrição do acesso aos bens públicos (especialmente saúde e educação) ; v) se expressa não apenas no âmbito do mercado de trabalho, (contratos, inserção ocupacional, níveis salariais), mas em todos os campos, como na organização do trabalho e nas políticas de gestão, nas condições de trabalho e de saúde, nas formas de resistência e no papel do estado (DRUCK, 2013, p. 2-3).

As novas formas assumidas pela precarização trazem mudanças significativas na vida da classe trabalhadora, elevando o processo de precarização do trabalho para aqueles que estão ocupando o mercado de trabalho e, conseqüentemente, induzindo uma grande parte da sociedade a vulnerabilidade social, se considerarmos que a precarização também se manifesta para aqueles que não são absorvidos pelo mercado de trabalho.

Precisamos pontuar que as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, também atingem o Estado, e esse se apresenta como empregador de parcela expressiva de trabalhadores formais, que conforma o mercado de trabalho do setor público, inclusive os assistentes sociais. Assim, o setor público estatal também tem ocupado o espaço de precarização do emprego e de flexibilização das relações de trabalho.

A partir da “reforma” do Estado vamos ter mudanças visíveis para servidores públicos, mediante aumento da terceirização no setor estatal, criação de novos espaços de trabalho como terceiro setor, a perda de direitos postos na constituição, e perda da garantia de estabilidade no emprego. Alves (2009) aponta que a partir da década de 1990, as reformas neoliberais e o cenário macroeconômico, contribuíram para a degradação do mercado de trabalho no Brasil, com alto índice de desemprego nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais diante do crescimento da informatização e terceirização sobre o argumento de reduzir custos.

O Objetivo do Estado era reduzir os gastos reduzindo o número de servidores públicos, porém não conseguiu-se enxugar de fato o setor público como proposto pela “reforma” do Estado, já que há um aumento das demandas sociais que exigia a manutenção dos trabalhadores, no entanto, as medidas adotadas foram de precarização do estatuto salarial do empregado público, é diante disso que Alves (2009) aponta para o crescimento nas contratações assalariadas sem carteira e o recurso aos serviços terceirizados.

A década de 1990 é marcada ainda por mudanças nas greves, que seguindo a lógica neoliberal passaram a ser restrita a empresa e não a categoria de assalariados ou de classe, isso consolidará a prática sindical-corporativista, e significará na deterioração do poder da classe trabalhadora, desencadeando o processo de precarização do trabalho. É importante levar em conta não apenas a nova “forma de ser” das greves, mas o novo conteúdo das reivindicações sindicais, que compõem-se de elementos da precarização do trabalho que atinge na década de 1990 os trabalhadores, sendo esses a: usurpação de direitos trabalhistas, usurpação do tempo de vida pelo tempo de trabalho-jornada de trabalho, insegurança do emprego e restrição do direito de associação sindical (ALVES, 2009).

Outros elementos da precarização do trabalho também são vistos, como o que se refere à jornada de trabalho, que acabou se tornando segundo Alves (2009) campo de luta dos trabalhadores, visto que tem-se um crescimento da pressão por horas extras, muitas vezes nem pagas, consumindo todo o tempo dos trabalhadores.

O que queremos considerar é que a precarização do trabalho manifesta uma forma própria do capital, que permite a sua dominação sobre os trabalhadores, contribuindo com isso, para o aumento da acumulação do capital mediante o

aumento dos níveis de exploração, intensificação do trabalho, flexibilização dos contratos de trabalho e dos salários, quebra com os direitos trabalhistas, aumento da subcontratação/terceirização, redução do poder sindical, colocando o sindicato a favor do empregador. O incremento de novas tecnologias significou ainda no aumento do desemprego estrutural, que também leva a redução dos salários e precarização das condições de trabalho, indo contra todos os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Postas algumas das principais características da precarização, seguiremos no nosso trabalho apresentando as principais consequências das transformações societárias na política social, visto que está consiste principal objeto de trabalho do assistente social, e além disso analisaremos os rebatimentos dessas transformações no trabalho do assistente social considerando esse como trabalhador assalariado, que também está sujeito às formas de precarização do trabalho.

A seguir, traremos uma breve explanação do processo de trabalho do assistente social na política de Assistência social, e posteriormente como vem se gestando o trabalho do assistente social na Política de Assistência social no município de Muritiba.

### **3 A INSERÇÃO PROFISSIONAL NA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A partir de agora se torna de fundamental importância apreender os impactos das transformações societárias nas políticas sociais e no serviço social, a fim de entender como essa se manifesta na atuação profissional do assistente social.

Ainda nesse capítulo apresentaremos o trabalho do profissional de Serviço Social dentro da Assistência social, e a partir disso apresentares a realidade de Muritiba/BA.

#### **3.1 Transformações societárias, políticas sociais e seus reflexos no trabalho dos assistentes sociais.**

Em seu momento de crise, o capital remodela suas formas de exploração do trabalho, colaborando para o crescimento desigual. Assim a questão social apresenta novas determinações, e o Estado seguindo a lógica do capital acaba também por mudar suas formas de enfrentamento sobre as expressões da questão social, o que irá repercutir diretamente no trabalho do assistente social.

Para adentrarmos na discussão sobre as implicações das transformações societárias, na política social e no serviço social, consideramos necessário fazermos uma breve apresentação sobre o fundamento do serviço social, a fim de compreender a estrita relação existente entre capitalismo, serviço social e política social.

Diante disso,

Para uma abordagem do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, partimos da posição de que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares (YAZBEK, 2009, p. 3).

Para Yazbek (2009), a profissão de Serviço social emerge com a consolidação do capitalismo monopolista e se desenvolve tendo como base o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, que constitui novas classes, proletariado e burguesia industrial. É nesse contexto de hegemonia do capital que se apresenta a questão social, que se manifesta como expressão do processo de formação da classe operaria que passa a reivindicar, frente às contradições entre proletariado e burguesia, o seu reconhecimento como classe e a intervenção social por parte do empresariado e do Estado.

É diante desse cenário, de reivindicação da classe trabalhadora, que a questão social ganha a característica de problema, e o assistente social se apresenta como especialização do trabalho capaz de atuar nas suas expressões através das políticas sociais. Para Behring e Boschetti (2011) a questão social torna-se elemento constitutivo da relação entre o Serviço social e a realidade, tendo como mediação as estratégias de intervenção adotadas pelo Estado principalmente através de políticas sociais.

As autoras ainda pontuam que as políticas sociais por sua vez representam respostas e formas de enfrentamento às expressões da questão social no capitalismo, decorrentes das relações de exploração sobre o capital trabalho. Como sabemos, no sistema capitalista quem de fato produz a riqueza dela não as detém.

O Serviço Social é assim reconhecido como uma *especialização do trabalho*, parte das relações sociais que fundam a sociedade do capital. Estas são, também, geradoras da “questão social” em suas dimensões objetivas e subjetivas, isto é, em seus determinantes estruturais e no nível da ação dos sujeitos. As desigualdades e lutas sociais contra as mesmas se refratam na produção social, na distribuição desigual dos meios de vida e de trabalho, nas objetivações políticas e culturais dos sujeitos sociais. Reafirma-se a “questão social” como *base de fundação sócio-histórica da profissão*, salientando as respostas do *Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais*. Este ângulo de análise exige decifrar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano da vida social, abrangendo suas manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ideoculturais, que são a “matéria” do trabalho do assistente social (ABESS/CEDEPSS, 1997) (IAMAMOTO, 2009 p.13).

Assim, será em meio às contradições do sistema capitalista, que se colocará a prática profissional do assistente social, que por um lado tem a classe

trabalhadora, que carecem de respostas a suas demandas, e por outro os interesses do capital.

Iamamoto (2009) alerta que o Estado passa a atuar nas relações entre classe trabalhadora e empresariado, não apenas através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, o Estado busca através disto, enfrentar o processo de pauperização absoluta ou relativa, decorrentes da expansão industrial, como elemento necessário a garantia dos níveis de produtividade do trabalho. Classe trabalhadora aqui, vai significar tanto aqueles que estão ocupando os espaços de trabalho, como o exército industrial de reserva, excedente indispensável para a necessidade do capital.

Reafirma-se, pois, a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto *o movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores*. São essas forças contraditórias, inscritas na própria dinâmica dos processos sociais, que criam as bases reais para a renovação do estatuto da profissão conjugadas à intencionalidade dos seus agentes. O projeto profissional beneficia-se tanto da socialização da política conquistada pelas classes trabalhadoras quanto dos avanços de ordem teórico-metodológica, ética e política acumulados no universo do Serviço Social a partir dos anos de 1980. “O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da questão social”. Segundo essa proposta, a particularidade do Serviço Social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho coletivo se encontra “organicamente vinculada às *configurações estruturais e conjunturais da ‘questão social’ e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado*” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154) (IAMAMOTO, 2009 p.11-12).

Desse modo, percebemos que na medida em que ocorrem mudanças nas formas de exploração do trabalho, necessita-se de mudanças no posicionamento da classe dominante e sua intervenção frente à “questão social”. O que se torna interessante pensar é como o capital se manifesta de forma contraditória em toda sua ação, em síntese, exige-se por parte da classe trabalhadora a intervenção do Estado, esse por sua vez age de acordo aos interesses da classe dominante, classe essa que mediante a exploração da força de trabalho, se apropria do que é produzido pelos trabalhadores, contribuído para a acumulação do capital.

Contraditoriamente, a classe que gera essa riqueza, e dela não se apropria, está sujeito ao conjunto de desigualdades como miséria, pobreza, precarização do trabalho, etc. Isso nos mostra que a intervenção por parte do Estado, este que age de acordo aos interesses da classe dominante, vai se dá por meio de prestação de serviços, que não tem o objetivo de garantir direitos, mais sim, de garantir o consenso entre as classes.

É diante disso que Behring e Boschetti (2011) sinalizam que o que tivemos não são formas de enfrentamento da questão social por parte do Estado, mas sim a incorporação de algumas demandas da classe trabalhadora, transformando suas reivindicações em leis, que representaram melhorias muito pequenas na condição de vida desses trabalhadores, sem atingir a sua gênese.

Desta forma, entendemos que

As políticas sociais se originam de um conjunto de respostas historicamente elaboradas pelo Estado no enfrentamento da questão social que, do ponto de vista econômico, expressam um conjunto de ações dirigidas para a manutenção, dentro de limites que não comprometera a própria lógica de acumulação crescente do capital, patamares mínimos de consumo da classe trabalhadora. Ideologicamente, cumprem a função de realizar esse processo de redistribuição de parte da riqueza socialmente produzida, de modo a produzir mecanismos de estabelecimento de consenso social junto àqueles que, participando da produção dessa riqueza, não usufruam seus benefícios, assim como em relação àqueles que fora da esfera da produção possam permanecer, temporária ou estruturalmente, sem que se comprometa a continuidade desse modo de produção (ALMEIDA e ALENCAR, 2011, p. 63-64).

Fica evidente a contradição capitalista no enfrentamento das expressões da questão social, Iamamoto (2009) esclarece que o Estado para legitimar-se acaba atendendo mesmo que de forma mínima aos interesses da classe subalterna, desde que não afetem a classe dominante. A institucionalização do serviço social como profissão dentro da divisão social e técnica do trabalho está portanto, vinculada ao crescimento das instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, que são subsidiadas pelo Estado, ou seja, temos a expansão do mercado de trabalho para esses profissionais, mediante as necessidades de formulações e implementações de política sociais.

Percebemos, assim, que o Serviço Social tem relação direta com a política social, na medida que o sistema capitalista muda suas formas de exploração do

trabalho, novas demandas da classe trabalhadora também surgem, assim novos desafios para a atuação dos assistentes sociais. A partir de agora, nos deteremos a entender as consequências das transformações societárias para a política social e para serviço social, para tal análise teremos como foco principal as mudanças ocorridas no contexto brasileiro.

### **3.1.1 Transformações societárias e política social**

É fundamental fazermos algumas considerações sobre as novas relações do Estado com as políticas sociais, considerando que essas subsidiam as análises sobre o exercício profissional do assistente social que atua no âmbito estatal. Assim, colocamos que as mudanças ocorridas no papel do Estado representarão mudanças na profissão de Serviço social, diante das novas relações entre o Estado, o trabalhador e as demandas sociais.

Diante das transformações societárias, a questão social também ganha novas características, as mudanças no mundo do trabalho e no papel do Estado, marcada pela flexibilização do trabalho e a precarização exacerbada, tem contribuído no surgimento de novas expressões da questão social que demandam de políticas sociais no seu enfrentamento.

Essas transformações fazem parte das relações contraditórias instituídas pelo capital que ao criarem novas formas de exploração da força de trabalho e de acumulação do capital, coloca a sociedade diante de suas desigualdades e suas contradições. Assim exigir-se cada vez mais de novas estratégias de intervenção, sendo necessário inclusive a readequação das políticas sociais as novas necessidades e demandas sociais. Porém o que vamos observar é que seguindo o ideário neoliberal o Estado reduz sua intervenção no momento em que ocorre o aumento das demandas sociais.

Faleiros (1996) aponta que nunca houve tanta semelhança entre as políticas nacionais, para ele elas parecem cada vez mais internacionais, diante dessas transformações seguidas pelas mesmas características, com cortes nos gastos públicos, reforma do sistema de proteção social, terceirização, privatização, seguindo as orientações neoliberais privilegiando o mercado.

Dessa forma, mesmo que o país tenha vivenciado na década de 1980 um período de avanço no que tange a proteção social com a expansão das políticas sociais, a partir da década de 1990, seguindo os interesses da classe dominante, o Estado muda suas ações. Assim a Constituição de 1988 considerada como uma grande conquista é contestada a partir da entrada da lógica neoliberal no Brasil, que vai constituir um forte empecilho para efetivação dos direitos sociais.

A reformulação do papel do Estado teve impacto direto na garantia dos direitos sociais, especialmente porque houve uma redução dos gastos públicos em algumas áreas do setor social. Segundo dados apresentados pelo IPEA/DISOC (ver tabela 1), com base nos dados mensais dos sistemas SIAFI/SIDOR, apontam que durante o período que vai de 1993 a 1998 ocorreu o aumento do Gasto Social Federal *per capita*, de R\$ 618,2 para R\$ 852,8. Entretanto, se analisarmos como estão distribuídos estes gastos, percebemos que eles não são tão favoráveis para todas as áreas.

**TABELA 1 – Gasto social Federal *per capita* por área de atuação (1999).**

ÁREA DE ATUAÇÃO <sup>2</sup>	1993	1994	1995	1996	1997	1998
EDUCAÇÃO E CULTURA <sup>3</sup>	58,3	72,8	66,9	60,1	56,4	57,1
SAÚDE	97,0	107,4	134,9	114,0	134,7	115,5
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	3,7	6,2	4,3	7,4	6,4	8,0
SANEAMENTO E PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE <sup>4</sup>	6,0	3,2	1,5	5,6	6,3	5,6
PREVIDÊNCIA SOCIAL	289,9	281,0	338,3	356,3	381,1	411,5
ASSISTÊNCIA SOCIAL	20,4	8,8	9,9	10,2	16,8	17,7
EMPREGO E DEFESA DO TRABALHADOR	20,0	18,9	28,5	32,0	32,3	39,9
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3,5	4,6	10,6	9,6	11,9	12,8
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2,3	3,0	3,0	2,7	3,2	2,0
HABITAÇÃO E URBANISMO	7,3	5,6	2,6	6,2	7,2	7,3
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	0,4	0,3	0,3	0,1	0,1	0,0
BENEFÍCIOS A SERVIDORES	109,5	143,6	164,3	166,0	173,4	175,4
<b>TOTAL DE GASTO SOCIAL <sup>5</sup></b>	<b>618,2</b>	<b>655,3</b>	<b>765,1</b>	<b>770,1</b>	<b>829,8</b>	<b>852,8</b>

Fonte: IPEA/DISOC, com base nos dados mensais dos sistemas SIAFI/SIDOR.

Notas: 1. A população utilizada como denominador para calcular o gasto social *per capita* foi a população do país, não o número de beneficiários.

Posto isso, é importante lembrar que nem todas as áreas de atuação possuem integralmente programas universais. Esses dois pontos limitam o tipo de conclusão a que se pode chegar a partir da análise dessa tabela. 2. Corrigindo-se os dispêndios mês a mês. 3. Não inclui a merenda escolar nem a cota-parte de estados e DF na arrecadação do salário-educação. 4. Exclui os programas financiados com recursos do FGTS. 5. Total do levantamento do Gasto Social Federal de acordo com a metodologia adotada pela DISOC/IPEA.

Ao considerar algumas áreas de atuação, observamos que houve uma redução significativa dos gastos sociais com a Assistência Social, em 1993 o gasto per capita era de 20,4, caindo para 8,8 em 1994. Em 1998 observa-se a retomada

do crescimento onde o gasto per capita passou a ser de 17,7. Porém se comparados à previdência Social, vamos observar que os números se distanciam muito. A previdência Social em 1993 teve um gasto per capita de 289,9 que continuou crescendo nos anos seguintes, chegando a 411,5 em 1998.

A área da previdência social e de benefícios a servidores foram às áreas que mais demonstraram crescimento, em relação às outras. Sendo o conjunto dessas áreas que responde pelo crescimento do Gasto Social Federal no período considerado.

Segundo Ribeiro e Fernandes (2000) o crescimento na área da previdência social é justificado pela elevação da cobertura social gerada pela Previdência Rural. Já a área de benefícios a servidores, deve-se ao movimento do funcionalismo público em direção à inatividade, em uma fuga da reforma da Previdência, principalmente no ano de 1995. Segundo os autores para ambas as áreas, a mudança na pirâmide etária, com o envelhecimento do perfil populacional, certamente tem o seu efeito nesses dados.

Adentrando nos tempos atuais, podemos ainda comparar a distribuição dos gastos sociais em relação aos gastos federais com a dívida pública e perceber que eles correspondem à parcela muito pequena dos gastos públicos. Segundo Fattorelli e Ávila (2015) em 2014 (ver gráfico 1), o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano, o que segundo os autores corresponde a 11 vezes do que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social.

E se observados os dados de 2012 (ver gráfico 2) em relação aos de 2014 vamos observar ainda a queda com os gastos na Assistência Social. Em 2012 o gasto com a Assistência Social foi de 3,15% e em 2014 de 3,08%, assim como também ocorreu à queda na previdência social de 22,47 em 2012 para 21,76 em 2014. Observa-se que o endividamento público é o fator de maior peso nas contas públicas do nosso país.

GRÁFICO 1 – Orçamento Geral da União (Executado em 2014).

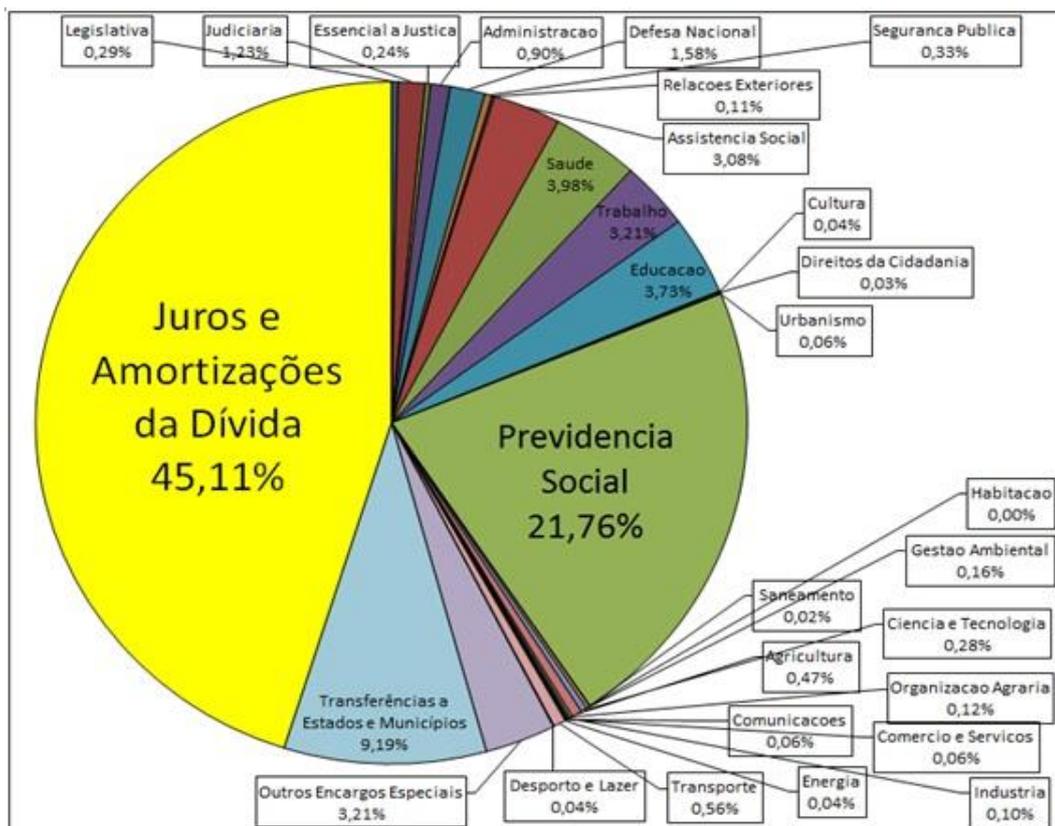
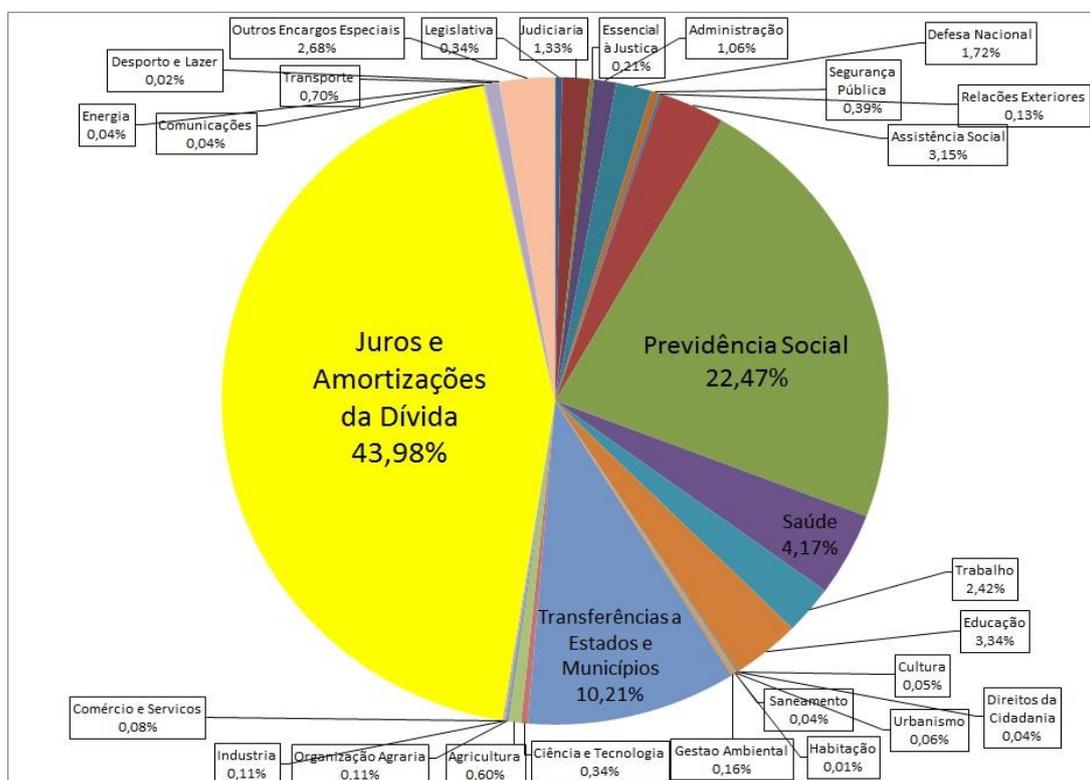


GRÁFICO 2 – Orçamento Geral da União (Executado em 2012).



Fonte: Fattorelli e Ávila (2015).

Com o aumento do gasto público com a dívida e a diminuição do gasto com o social, vamos constatar um cenário marcado pela fragilização dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história, criando assim políticas cada vez mais focalizadas e seletivas, indo contra a proposta de seguridade social da Constituição Federal de 1988 que prevê a universalidade, além disso, vamos ter o aumento exacerbado da privatização de serviços, e desresponsabilização do Estado frente às demandas da população.

As políticas sociais não são extintas no contexto neoliberal, o que ocorre na realidade é a ampliação do Estado em defesa dos interesses do capital, redirecionando os objetivos e intencionalidades o que redimensiona também as políticas sociais. O que temos é a tendência a redução de direitos, que torna as políticas sociais cada vez mais pontuais e restritivas, “[...] as possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização [...]” (BEHRING, 2008, p. 248).

Compreendemos que os serviços sociais também contribuem para o processo de acumulação do capital, e passam a ser vistos como mercadoria, orientando a longos processos de privatização, sendo esta uma das características que manifesta de forma precisa o interesse de fortalecer o mercado. Ocorre com a transferência da prestação de serviços sociais básicos às entidades privadas, é interessante notar que os principais serviços privatizados são aqueles que significam maior lucro para o capital, por serem serviços essenciais como de saúde e educação.

O Estado portanto oferece o mínimo para aqueles que não podem pagar, de forma precária e o serviço de qualidade fica a cargo da instituição privatizada, essa é a própria lógica do capital pelo qual o Estado é orientado, a partir do momento em que o Estado oferece um serviço de pouca qualidade, garante-se a demanda ao serviço privado. Isso manifesta as desigualdades e exclusão em um momento em que deveria valer o princípio da universalidade<sup>16</sup> colocado na Constituição.

---

<sup>16</sup> “As políticas sociais universais, não-contratualistas e constitutivas de direitos de cidadania são acusadas pelos neoliberais de propiciarem o esvaziamento de fundos públicos, “mal gastos” em atividades burocratizadas, sem retorno e que estendem a cobertura a toda a população indiscriminadamente. No Brasil, a jovem constituição de 1988 e sua concepção de Seguridade Social – constituída pela Previdência, Saúde e Assistência – pareceriam ser neste caso, as vilãs” (MONTANO, 2010, p. 188).

Sobre o processo de privatização dos serviços sociais,

O cenário da dualização do atendimento pode se tornar realidade se o Estado garantir apenas um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos que têm acesso ao mercado, aprofundando-se a desigualdade social. Esse mínimo de condições significa uma política pobre para os pobres, cabendo ao serviço social gerir a exclusão e não a inclusão social ou reinserção (FALEIROS, 1996, p. 23).

Como ainda coloca Montañó (2010),

Desta forma, “os serviços estatais para pobres’ são, na verdade “pobres serviços estatais”. Aqueles que tiverem condições de contrata-lo na orbita privada terão serviços de boa qualidade; quem não puder fazê-lo e, portanto, tiver que recorrer a prestação de serviços estatais, receberá um tratamento de má qualidade, despersonalizado. E essa precarização e diminuição dos serviços estatais ocorre justamente num contexto em que se desencadeia um aumento real das necessidades, carências e demandas sociais (p. 195).

O Estado se isenta das suas ações seguindo a lógica neoliberal de Estado mínimo, transferindo para outros setores a sua responsabilidade, além da grande onda de privatização dos serviços, que contribui para o processo de acumulação do capital, na medida em que torna os serviços de responsabilidade do Estado, em mercadorias, que só tem acesso quem pode comprar, o chamado de cidadão-consumidor<sup>17</sup>.

Assim, em um momento de aumento de demandas o Estado acaba por reduzir suas formas de intervenção, colocando as respostas as demandas fora da perspectiva de direito, direcionando a práticas voluntárias, filantrópicas, e de serviços comerciáveis, em que a qualidade do serviço vai depender do poder de compra ou vão ser transferidas para a sociedade civil, e a universalização vai ser substituída pela focalização e descentralização (MONTAÑO, 2010).

O assistente social na sua atuação profissional, diante da restrição de recursos tem se visto em uma postura contraditória a garantia de direitos, Faleiros (1996) refere-se a administração de casos, onde no lugar de atender a todas as demandas postas, o assistente social é solicitado a adequar a realidade aos

---

<sup>17</sup> Cf. MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995. (p. 180-193).

recursos disponíveis, assim a garantia está para aquele comprovadamente mais pobre, ocorre a visível tensão entre universalidade e focalização<sup>18</sup>.

Segundo Pereira,

Fazendo parte dos mecanismos de controle das políticas sociais focalizadas estão vícios arcaicos e anacrônicos, como os constrangedores e vexatórios *testes de meios* (comprovação de pobreza), a *fraudemania* (mania de fraude em relação aos pobres), *condicionalidades* ou *contrapartidas*, como se o alvo da proteção tivesse alguma *falta* pessoal a expiar, e o *estigma*, rebaixador do *status* de cidadania. Todos esses mecanismos não são e nunca foram veículos de inclusão social, pois têm como principal objetivo excluir e manter excluídos o máximo possível de demandantes sociais para aliviar os cofres públicos de despesas em áreas consideradas economicamente improdutivas. Os eleitos à “inclusão”, por sua vez, são efetivamente tratados como *faltosos*, pois devem sujeitar os seus direitos básicos (acesso à escola, aos serviços de saúde, aos benefícios da assistência social) a regras contratuais que prevêm contrapartidas ditadas e cobradas por governantes, que são responsáveis pela manutenção da pobreza. Tem-se aí uma inversão perversa e arrogante de valores no campo da política social, que contradiz até mesmo a lógica contratual. Os pobres que são *credores* de uma enorme dívida social acumulada, têm de oferecer contrapartida aos seus devedores, quando estes se dispõem a saldar parcelas ínfimas dessa dívida (PEREIRA, 2013, p. 3).

A focalização, portanto nas suas formas de enquadramento e condicionalidades contribuem ainda mais para o aumento das desigualdades sociais, na medida em que garante o mínimo apenas como forma de garantir a funcionalidade do próprio sistema capitalista.

O Estado tem ainda se desresponsabilizado de suas obrigações, sob o argumento de cortes dos gastos públicos transferindo para a sociedade civil a responsabilidade no atendimento às demandas sociais. Outro espaço que os assistentes sociais têm ocupado e, que tem crescido diante da desresponsabilização do Estado é o chamado “terceiro setor” que tem a funcionalidade de,

---

<sup>18</sup> Entendemos por focalização um conjunto de ações ideológicas como aponta Pereira. Para a autora, a focalização difundida pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial, apresentava-se como uma forma de aumentar a eficiência dos gastos sociais, portanto adotamos aqui uma postura crítica do termo focalização, como sendo um elemento que fragmenta os direitos, rompe com princípio da universalidade ao mesmo tempo que coloca os usuários em enquadramentos necessários para a garantia de algum benefício ou “direito”. Cf. PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Porque também sou contra a focalização das Políticas Sociais.** Disponível em: <[http://neppos.unb.br/publicacoes/contra\\_focal.pdf](http://neppos.unb.br/publicacoes/contra_focal.pdf)>.

a) justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social [...] b) desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais [...] c) despolitizar os conflitos sociais disparando-os e pulverizando-os, e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado” [...] d) criar a cultura/ideologia do “possibilismo” [...] reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego [...] f) a localização e trivialização da “questão social” e a auto-responsabilização pelas respostas a sequela (MONTAÑO, 2010, p. 233 a 239).

Assim o “terceiro setor” apresenta-se como estratégia para justificar o desmonte com a seguridade social, apresentando-se como “compensação” no atendimento das atividades precarizadas, tornando-se instrumento de aceitação da sociedade frente à desresponsabilização do Estado na intervenção das expressões da questão social. As percas sociais, são maquiadas e apresentadas como compensadas através do chamado “terceiro setor”.

No entanto a desresponsabilização estatal não pode significar que o Estado não faça parte desse movimento de transformações da modalidade de intervenção na “questão social”. *O Estado, dirigido pelos governos neoliberais, se afasta parcialmente da intervenção social, porém é subsidiador e promotor do processo ideológico, legal e financeiro de “transferência” da ação social para o “terceiro setor” é um ator destacado nesse processo. É o Estado que nos inunda de propaganda sobre o “Amigo da Escola”, que promove o Ano Internacional do Voluntariado, que desenvolve a legislação para facilitar a expansão destas ações, que estabelece “parcerias” repassando recursos públicos para estas entidades privadas etc. Desresponsabilizar-se e afastar-se parcialmente da intervenção na “questão social” não elimina o fato de o Estado ter um papel fundamental nas transformações operadas pelos governos e pelo capital sob hegemonia neoliberal (MONTAÑO, 2010, p. 236).*

Essa redução do papel do Estado ou desresponsabilização orientam cada vez mais para as respostas as manifestações da questão social sob o estímulo da solidariedade e do voluntariado. Que respondem as necessidades sociais de forma descontinuada e fragmentada. Na medida em que a política social passa a ser executada não só pelo Estado, mas também por organizações públicas não estatais, temos uma fragilização substancial das políticas públicas, que se gerem fora da perspectiva de direito, seguindo a ideia de “benesse” fragmentando-as ainda mais e precarizando o acesso da população a serviços de qualidade.

As políticas públicas, como possibilidades históricas de reconhecimento das conquistas sociais expressas na forma de direitos sociais, têm na ação do Estado uma condição fundamental de sua garantia e na dinâmica da sociedade civil um campo de manifestações de interesses e de constituição de processos políticos de controle social fundamentais. Na medida em que o reordenamento posto em marcha com a contrarreforma do Estado e o avanço do ideário neoliberal conformam as novas práticas e valores gerenciais, alicerçados no esvaziamento do significado do que é público de fato, as políticas públicas são ameaçadas nas suas funções sociais em relação a consolidação da cidadania, pois passam a ser submetidas a uma racionalidade mercantil que retira dos serviços sociais sua dimensão de direito. Por essa via, o alagamento da participação das instituições privadas, seja pela via do chamado “Terceiro Setor” ou da refilantropização, altera substantivamente os processos de trabalho nos quais os assistentes sociais se inserem no âmbito das políticas públicas (ALMEIDA e ALENCAR, 2011, p. 145).

A adoção de tais modelos, que demarcam a restrição dos gastos, e a reconfiguração dos direitos vai criar uma nova relação da sociedade civil com as políticas sociais, colocando-os como os novos “responsáveis” pela sua execução. Essas medidas são reducionistas, direcionadas para situações específicas, não são capazes de atender a todas as demandas postas e não impactam de forma significativa nos níveis de desigualdade social existentes em nosso país.

Outra característica é a descentralização político-administrativa, na qual cada ente federado possui autonomia na execução dos recursos advindos para as políticas sociais. Mas isso significou de fato a transferência sobre serviços para os níveis locais de governo na estratégia para diminuir o gasto público Federal.

Segundo Almeida e Alencar (2011) isso teve efeitos significativos tanto no plano concreto como no teórico, por que representou dilemas na forma de organização das políticas públicas, que impulsionada pela descentralização administrativa, significava para os municípios uma barreira na execução de programas e serviços sociais quando estes não detêm de recursos financeiros próprios para custeá-lo.

De acordo com Behring e Boschetti (2011) os recursos continuam concentrados e centralizados, contrariando a orientação constitucional da descentralização, os recursos além de estarem concentrados na União, também há uma concentração ou alocação dos recursos nos serviços da dívida pública, com juros, encargos e amortizações, marcada pela destinação maior que todo recurso da seguridade social.

[...] elas são também *descentralizadas administrativamente*, o que implica apenas uma desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política. Ou seja, a dita “descentralização” da atividade social do Estado, fundamentalmente realizada pela “municipalização” e transferência para as organizações locais do chamado “terceiro setor”, tem sido realizada apenas no nível do gerenciamento, e não da sua gestão e sem a necessária centralidade financeira. Assim, enquanto a “gestão” refere-se a processos tanto administrativos como decisórios (políticos) da atividade, a racionalidade neoliberal reduz este conceito ao de “gerência”, apenas ligado a administração dos fundos e da execução. Isto é, o que se transfere para a esfera local/municipal são apenas os processos administrativos, gerenciais, não os políticos e decisórios, dado a incapacidade de muitos municípios de autofinanciar sua ação social (MONTAÑO, 2010, p. 192).

Consiste, portanto, numa transferência da responsabilidade dos órgãos federais para os órgãos municipais, de uma forma que tem resultado numa maior focalização e precarização no atendimento das demandas sociais, visto que nem sempre os municípios possuem recursos próprios para subsidiarem as necessidades sociais.

Percebemos até aqui que as mudanças na relação do Estado com as políticas sociais a partir da década de 1990, com a contrarreforma do Estado, resultaram em sérias consequências para a população, com restrição dos direitos sociais, práticas cada vez mais pontuais e focalizadas, descentralização dos serviços, e aumento da privatização.

Em 2003 dar-se início ao governo petista, com o governo Lula e perdura até os dias atuais com o governo Dilma. Segundo Druck e Filgueiras (2007) o governo Lula (2003-2006), deu continuação às reformas liberais através da implementação de uma reforma da previdência dos servidores públicos, que abriu espaço para o capital financeiro, além de iniciar um processo para reformar a legislação sindical e sinalizou para uma reforma das leis trabalhistas, que iria aprofundar a flexibilização do trabalho já então vigente.

Logo no início do governo, alterou-se a Constituição, como forma de facilitar o encaminhamento da proposta de independência do Banco Central, e aprovou a lei de falências e a lei das chamadas parcerias público-privado (PPP), com o intuito de desencadear uma nova fase das privatizações.

Druck e Filgueiras (2007) aponta ainda que a política social do governo Lula, tal como a sua política econômica, é também de natureza liberal, que age em coerência com o modelo econômico vigente. O que acaba representado uma espécie de continuidade das práticas do governo anterior.

Assim, incorporou plenamente, em seu discurso e em suas ações, a defesa da 'via única' para a sociedade brasileira – que vinha sendo desenvolvida pelo governo anterior e, nessa medida, passou a justificar a necessária e inexorável adaptação à 'ordem econômica mundial', diga-se à ordem do capital financeiro internacional. É a partir dessa adesão que se pode compreender a subordinação das políticas econômicas e sociais do governo Lula à essência da lógica do capital financeiro que, para além do campo estritamente econômico, propaga-se para todas as dimensões da vida social – sustentada nas idéias-força de volatilidade e de flexibilidade, como valores e como ideologia, que passam a reger a atuação do Estado em todos os campos da sociedade (DRUCK E FILGUEIRAS, 2007, p. 32).

Assim, seguindo a lógica do capital financeiro, como é colocado pelos mesmos autores nesse contexto vão se manifestar a flexibilização, a precarização do trabalho e as políticas focalizadas e flexíveis de combate à pobreza. Todas regidas pela mesma lógica do governo anterior qual seja, do curto prazo, do imediatismo, de intervenções pontuais e precárias que, para não se contrapor à ordem econômica neoliberal e às determinações do Banco Mundial, continuam agindo sem mudar e intervir sobre as causas estruturais dos problemas da sociedade brasileira.

Segundo Lesbaupin (2006 apud Freitas, 2007, p. 67) “[...] as políticas sociais são compensatórias. Como sugere o Banco Mundial, elas não desenvolvem o país, mas impedem sua população pobre de morrer de fome, evitando ao mesmo tempo o risco de convulsão social”.

Portanto, como podemos identificar, as políticas sociais desde 1990, quando ocorre a implantação da ideologia neoliberal, vem tendo características pontuais e focalizadas pelos diferentes governos brasileiros, atuando de uma forma que não tem atingido a estrutura que esta posta, pois segue sendo orientada pelos interesses do capital.

De acordo com Freitas (2007) apesar do governo Lula continuar a priorizar o capital financeiro, ele não é considerado por muitos como uma oportunidade perdida, o qual concordamos, visto que o governo petista tem proporcionado

grandes conquistas para a população, o que evidencia sua diferença com o governo FHC.

Buscamos aqui ressaltar, a partir desses autores, que mesmo após o fim do governo FHC e com a entrada do governo Lula, a política social permaneceu e permanece, no governo Dilma, ocorrendo de forma precária e focalizada. Porém não podemos negar que muitas conquistas foram lançadas a classe trabalhadora, através das intervenções governamentais, a qual não cabe elencarmos nesse momento.

Buscaremos, a seguir, apontar como está se desenvolvendo a atuação profissional dos assistentes sociais, enquanto vendedores de sua força de trabalho, sujeito a precarização do trabalho ao tempo em que seu instrumento de trabalho – as políticas sociais, também estão ocorrendo de forma precarizadas.

### **3.1.2 Transformações societárias e serviço social**

As transformações que ocorrem em todos os países capitalistas a partir da década de 1970 com a crise do capital, produzem alterações como já vistas em todo o mundo do trabalho, contribuindo para o aumento da precarização do trabalho. Além disso, as mudanças estratégicas apresentadas pelo Estado neoliberal, colocam uma nova relação do Estado com as políticas sociais, que tornam-se sucateadas, tal conjunto de mudanças vão atingir diretamente a profissão de Serviço Social, diante do redimensionando das políticas sociais como o próprio mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Assim, o que buscaremos enfatizar a partir de agora, são os principais rebatimentos das transformações societárias no serviço social, sendo que este se insere nos espaços sócio-ocupacionais como vendedor da sua força de trabalho, e constituem-se como profissão especializada no atendimento das demandas sociais.

Netto (1996) sinaliza que o atual momento é demarcado por transformações societárias que afetam o conjunto da vida social e rebatem sobre as profissões nas suas funções, nas áreas de intervenção, no conhecimento e forma de implementação da sua ação. Com isso, atinge também o serviço social, pois

O fenômeno, enquanto tal não tem nada de enigmático: as transformações societárias, reconfigurando as necessidades

sociais dadas e criando novas (Heller, 1978), ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimento, modalidade de formação e de práticas, sistema institucional-organizacionais etc.) (NETTO, 1996, p. 88-89).

O autor aponta ainda, que o problema do fenômeno, ao se referir as transformações societárias, está em analisar os impactos desta na particularidade prático-social de cada profissão. As profissões não podem ser entendidas apenas como resultado dos processos sociais, mas devem ser pensadas dentro de um conjunto teórico e prático, que constituem projetos sociais e articulam respostas com os processos sociais.

Segundo Netto (1996) as alterações profissionais são derivadas das transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e no complexo (teórico, prático, políticos e cultural) que constitui cada profissão, e ainda aponta que praticamente todas as profissões estão marcadas por confrontos, diversidade e tensões. É diante disso que ao analisarmos a profissão de Serviço Social, precisamos considerar a própria dinâmica da sociedade.

As transformações capitalistas mudam todo o mercado de trabalho alterando a relação entre excluídos/incluídos, introduzindo novas modalidades de contratação mais flexíveis com empregos precários. Conservam-se os modos de exploração do trabalho característica dos antigos modos de produção, mas não se pode negar que estas se apresentam a partir de agora de forma mais acentuada (Ibid., 1996).

De acordo com Netto (1996), no cenário brasileiro as transformações societárias com a flexibilização proposta pelo capitalismo, ocorre atrelado às sequelas específicas que demarcaram o período da “modernização conservadora”<sup>19</sup>, que agravam nossa posição nesse cenário, “enfrentamos, no curto e médio

---

<sup>19</sup> A “modernização conservadora” refere-se ao período pós-64 vivenciado no país, que significou um período de desenvolvimento econômico sem romper com os elementos tradicionais que marcam o país, trata-se de um desenvolvimento dependente e continuado. Nas palavras de Netto (2009) “A projeção histórico-societária de que deveria encarregar-se o Estado ditatorial estava inscrita, como necessário desenvolvimento da sua programática econômico-política, já, na implementação da continuidade do padrão de desenvolvimento dependente e associado – tratava-se de operar para a criação, no espaço nacional, das condições ótimas, nas circunstâncias brasileiras, para a consolidação do processo de concentração e centralização de capital que vinha se efetivando desde antes. [...] analisando quantitativa e qualitativamente o período ditatorial, não resta nenhuma dúvida de que esta projeção histórico-societária, a que cabe perfeitamente a caracterização de *modernização conservadora*, realizou-se exemplarmente, amarrando toda a ordenação da economia brasileira” (p. 30-31).

prazos, um cenário econômico e sociopolítico nada favorável – mas tendencialmente o único que nos reserva a inserção, sob a hegemonia burguesa, no mundo “globalizado” pelo capital” (NETTO, 1996, p. 106).

O Brasil adentra no processo de transformações societárias sem seguir o mesmo tempo histórico dos países centrais, tendo características históricas que serão agravadas a partir da década de 1990, e que impactará diretamente aos assistentes sociais.

Diante disso

A dinâmica das relações capitalistas no marco nacional (periférico e heteronômico), as implicações da brutal concentração da propriedade e da renda, os padrões arraigadamente estabelecidos de inclusão/exclusão social, os profundos impactos de uma urbanização veloz e inteiramente descontrolada, a ruptura acelerada de relações familiares tradicionais, o perfil demográfico do país, a necessidade de mecanismos de cobertura e proteção macro e microssociais em larga escala – tudo isso garante espaços aos assistentes sociais, que operem com “o paradigma das relações de força, poder e exploração” (FALEIROS, 1993: 126 e ss). É evidente, porém, que hegemonias políticas diferentes, concretizando projetos sociais diversos no marco nacional, direcionarão distintamente o processo social Brasileiro e demandarão diferenciadas perspectivas e estratégias de ação profissional (NETTO, 1996, p. 115).

As características da sociedade brasileira atual garantem os espaços de atuação dos assistentes sociais, em meio as contradições capitalistas que são postas, Netto (1996) aponta que a demanda social como possibilidade objetiva, posta pelo cenário social brasileiro e pela particularidade histórica do Serviço Social no Brasil se revestiu. As repostas a tais demandas dependerão da dimensão política adotada pela profissão ou mais precisamente pelo profissional, que dependerá da articulação do seu significado social com os projetos sociais.

[...] a particularidade de que as transformações sociais se revestem numa sociedade como a nossa (a ordem tardo burguesa periférica, a que aludi atrás) tende também a imbricar, no campo das atividades profissionais, as demandas “tradicionais” e as “novas”, tornando o universo de usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo e exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia operativa. Mesmo que o nosso conhecimento sobre o mercado de trabalho seja precário, não parece observar: 1) a crescente segmentação das atividades profissionais, requerendo uma definida especialização dos profissionais; 2) a diferenciação progressiva das condições de trabalho nas instituições estatais e nas

“iniciativas privada”, estas com esquemas de controle e aferição mais estritos do desempenho profissional (NETTO, 1996, p. 121).

As transformações societárias no cenário brasileiro colocam novos desafios aos assistentes sociais, já que nossa sociedade já é marcada pela desigualdade e as formas de precarização, assim temos a mistura de velhas demandas sociais as novas demandas, diante da fragmentação e flexibilização dos trabalhadores.

Netto ao sinalizar as tendências da “reforma” do Estado para a sociedade e para os serviços sociais, já apontava que esta constituiria em perdas de direitos sociais, com ampliação da desproteção social, com a redução do Estado enquanto espaço de inserção profissional para os assistentes sociais, através dos cortes públicos, e sucateamento do aparelho estatal nas coberturas públicas. Vamos nos deparar com a segmentação do mercado de trabalho, com restrição da cobertura estatal seguindo os moldes da flexibilização.

Para Iamamoto (2009) as transformações societárias tem profundas implicações nas políticas sociais na sua forma de focalização, descentralização, privatização com o desmantelamento dos direitos do trabalho anteriormente conquistados, como visto anteriormente, o que acaba por redimensionar também as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho, enquanto força de trabalho especializada no enfrentamento da expressões da questão social.

As transformações que demarcam a sociedade a partir da década de 1990 afetam a condições de vida, o que representará o aumento das demandas postas aos assistentes sociais, enquanto profissionais especializados que atuam nos diferentes espaços sócio ocupacionais intervindo na questão social.

Rachelis (2011) pontua que o assistente social se relacionará prioritariamente com os segmentos mais vulnerabilizados em consequência da questão social, que buscam nas políticas sociais programas e serviços que atendam as suas necessidades. É diante disso que irá se configurar o mercado de trabalho para os assistentes sociais, como agentes executores de políticas sociais.

As principais mediações profissionais (que não são as únicas) são, portanto, as políticas sociais que, apesar de historicamente revelarem sua fragilidade e pouca efetividade no equacionamento das respostas requeridas pelo nível crescente de pobreza e desigualdade social, têm sido a via por excelência para as classes

subalternas terem acesso, mesmo que precários e insuficientes, aos serviços sociais públicos (RAICHELIS, 2009, p. 4).

Raichelis (2009) aponta ainda que é diante disso que o Estado torna-se o impulsionador da profissionalização do assistente social, sendo responsável pela ampliação do mercado de trabalho nacional, cada vez mais vasto e diversificado, acompanhando a dinâmica de desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira. Porém, temos que considerar que tais profissionais se inserem nesses espaços enquanto trabalhadores que vendem sua força de trabalho, estando sujeito, portanto as novas relações de trabalho postas pelos interesses da classe dominante.

As ações profissionais são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil que impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho profissional, já que o Estado, além de ser seu maior empregador, tem uma função destacada nos processos de formulação e operacionalização das políticas públicas. Como expressões das estratégias de enfrentamento da questão social e dos mecanismos institucionais que asseguram os direitos sociais conquistados a partir das disputas societárias, as políticas encerram condições sócio institucionais, nas quais o trabalho do assistente social se efetiva, que dependem da dinâmica entre Estado e Sociedade civil (ALMEIDA e ALENCAR, 2011, p. 142).

Mas para além da incidência das mudanças do papel do Estado nas políticas sociais e no mercado de trabalho, o assistente social, este também se vê envolto pela reestruturação produtiva, ao considerarmos este como pertencente à classe trabalhadora.

Raichelis (2009) demarca que o processo de reestruturação produtiva atinge também o mercado de trabalho do assistente social, com a redução de postos governamentais, principalmente nos níveis federal e estadual, e a sua transferência para os municípios em virtude dos processos de descentralização dos serviços públicos. Atrelado às orientações neoliberais ampliam-se a subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, com caráter temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais.

Temos ainda, o aumento da terceirização no setor público, o que se torna um problema grave na atuação dos assistentes sociais, que por não terem a garantia de

permanência no emprego, nem sempre conseguem garantir a continuidade do atendimento e permitir aos usuários o acesso aos seus direitos.

Raichelis (2009) coloca que essas mudanças vem implicando na quebra das instituições de representação coletiva em todos os níveis, a progressiva diminuição do alcance e da qualidade das políticas sociais, a redução dos espaços de negociação, levando a conformação da esfera pública na defesa de direitos.

O trabalho do assistente social assume diferentes fases de aproximação, apreensão e enfrentamento das expressões da questão social, através de técnicas e instrumentos que lhe permitam analisar a realidade posta e, assim, planejar e executar respostas às demandas apresentadas. Porém mesmo que este profissional tenha atribuições próprias, a materialização de sua prática profissional não depende apenas da sua ação profissional, pois atuam mediante ao órgão empregador que é quem lhe oferece os elementos necessários para tal (ALMEIDA e ALENCAR, 2011).

Por isso que devemos considerar que o assistente social é um trabalhador assalariado como qualquer outro, que ao inserir-se no mercado de trabalho, torna-se vendedor da sua força de trabalho. Para o capital essa força de trabalho transforma-se em mercadoria que submete o trabalhador a todas as formas de exploração.

Nessa relação de compra e venda da força de trabalho específica do assistente social, o profissional entrega ao seu empregador seja ele privado ou estatal, o valor de uso de sua força de trabalho qualificada que propõe a transformação de uma matéria de trabalho, porém para isso, este depende dos meios necessários á sua efetivação nos vários espaços profissionais em que estão inseridos, mas, estes por sua vez não tem disposto de todos os meios e condições necessários para a efetivação de seu trabalho, o processo de trabalho tem implicado nele, as necessidades do empregador (IAMAMOTO, 2012b).

Assim,

São os empregadores que fornecem instrumentos e meios para o desenvolvimento das tarefas profissionais, são as instituições empregadoras que têm o poder de definir as demandas e as condições em que deve ser exercida a atividade profissional: o contrato de trabalho, a jornada, o salário, a intensidade, as metas de produtividade (RAICHELIS, 2011, p. 428).

Devemos levar em conta a condição assalariada dos assistentes sociais no seu cotidiano profissional, pois a condição de trabalhador assalariado faz com que

os profissionais de Serviço Social não disponham nem tenham controle sobre todas as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional.

A condição assalariada - seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não-envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que o trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem ainda, o background de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições ,impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contatuais (salário, jornada, entre outras) que condicionam o contudo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades a realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO, 2012b, p. 218 a 219).

Dados da pesquisa sobre perfil do assistente social no Brasil promovida pelo conjunto CFESS/CRESS (2005)<sup>20</sup> demonstram que a 10 anos atrás os assistentes sociais eram em sua maioria trabalhadores assalariados, principalmente de organismos governamentais, com maior incidência nas políticas de saúde e assistência social. Dos assistentes sociais que compreende a pesquisa 78,16% atuavam em organizações de natureza estatal, 40,97% na esfera municipal, 24% nos estados e 13,19% em âmbito federal. Os dados da pesquisa comprovam que os assistentes sociais atuam principalmente no setor estatal e estão inseridos nesses espaços na condição de assalariados CFESS (2005 apud RAICHELIS, 2010).

Iamamoto (2012a) coloca que é nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se desenvolve a atuação profissional. Ainda que os profissionais tenham no mercado de trabalho, uma relativa autonomia na condução de suas atividades é dependente dos empregadores que estrategicamente articulam

---

<sup>20</sup> Importante destacar que o CFESS estará realizando uma nova pesquisa do perfil profissional a ser iniciada em março de 2016.

um conjunto de condições que interfere na possibilidade de realização do seu processo de trabalho.

Desta forma o assistente social ao atuar em uma instituição seja ela estatal ou privada, não atua conforme a sua vontade estando inclusive sujeito às formas de precarização do trabalho, o que dificulta o trabalho do profissional. A precarização do trabalho passa a ser vivenciada pelos assistentes sociais, cotidianamente, pelas suas formas de flexibilização.

Raichelis (2010) nos diz que a dinâmica da precarização atinge o trabalho profissional do assistente social, que se vê afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, rotatividade no emprego, falta de perspectiva profissional de ascensão na carreira, falta de políticas de qualificação profissional.

Martinelli (2011) pontua que este cenário coloca como desafio reconhecer a profissão como um tipo típico de trabalho, como forma de especialização do trabalho coletivo, que tem uma dimensão política que lhe é essencial e que se expressa até no menor ato de nossa vida cotidiana. Que nessa mesma perspectiva deve-se reconhecer que a profissão tem significado sócio-histórico, sendo impactada pelas transformações societárias, ao mesmo tempo em que produz impactos diretos nos processos sociais, na formulação de políticas e nos próprios padrões de intervenção profissional frente às desigualdades capitalistas.

O que temos que considerar, segundo Netto (1996), não é apenas que as transformações societárias vão representar o aumento das demandas sociais, e consequentemente garantem o trabalho do assistente social, mas pensar quais estratégias estão sendo pensadas para seu enfrentamento, pois se seguirmos enquanto profissionais a lógica instituída pelo capital, acabamos por contribuir para a neutralização da questão social, na medida que damos respostas as demandas de forma direta e simples.

Somente uma perspectiva teórico-crítica que permita apreender o movimento histórico constituído nas transformações societárias, perspectiva esta que deve está vinculada a um projeto social anticapitalista pode assegurar os componentes emancipadores da profissão. A profissão deve, portanto criar estratégias que possam reforçar os direitos e ampliar a participação da classe trabalhadora (NETTO, 1996).

O que enfatizamos, é que as transformações ocorridas na sociedade colocam novas situações ao mercado de trabalho, com mudanças nas relações de trabalho dos assistentes sociais, estes passam ter maiores demandas ao mesmo tempo em que estão sujeitos as formas de exploração do trabalho, com intensificação da jornada de trabalho, cobrança de que se atinjam metas, baixos salários, ocupam os espaços na condição de contrato temporário, terceirizado, são colocados a responder a questões que fogem de suas atribuições, tem a condição de trabalho precarizada pela falta de recursos financeiros e materiais. O assistente social precisa reinventar-se frente às condições de trabalho, para que consiga garantir os direitos dos usuários ao tempo que tem seus próprios direitos violados.

A seguir apresentaremos alguns elementos sobre o processo de trabalho dos Assistentes sociais dentro da Política de Assistência Social, considerando seus principais desafios e avanços.

### **3.2 O processo de trabalho do assistente social dentro da política de assistência social**

Até aqui buscamos tratar sobre os rebatimentos das transformações societárias no trabalho dos assistentes sociais, a partir de agora tentaremos abordar o processo de trabalho do assistente social dentro da política de Assistência Social.

Rachelis (2011) aponta que desde que a Política de Assistência Social foi incorporada ao tripé da seguridade social da Constituição Federal de 1988, essa vem passando pelo movimento reformador, desencadeado com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/1993, assumindo novos modos com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2005 e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS/2006 e as mudanças na LOAS ocorridas recentemente com a Lei 12.435/2011.

A Assistência Social, como um conjunto de ações estatais e privadas para atender a necessidades sociais, no Brasil, também apresentou nas duas últimas décadas uma trajetória de avanços que a transportou, da concepção de favor, da pulverização e dispersão, ao estatuto de Política Pública e da ação focal e pontual à dimensão da universalização. A Constituição Federal de 1988 situou-a no âmbito da Seguridade Social e abriu caminho para os avanços que se

seguiram. A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos/as assistentes sociais (CFESS, 2011, p. 11).

Assim entendemos que a Assistência Social desde seu surgimento tem desafiado os profissionais que nela atuam, porém não podemos deixar de reconhecer que em meio aos desafios, muitos avanços foram conquistados dentro dessa política. Onde a consolidação do direito do usuário se dará a partir do compromisso e da direção política, daqueles que compõem a Assistência Social.

As orientações trazidas pela Norma Operacional Básica NOB/SUAS aponta que torna-se necessária a reflexão da política de gestão do trabalho no âmbito da Assistência Social, já que esta representa o eixo delimitador e imprescindível à qualidade da prestação de serviços da rede socioassistencial. Em que para se alcançar os objetivos propostos na PNAS/2004 torna-se fundamental tratar a gestão como questão estratégica. Sendo necessário para tal o caráter público da prestação dos serviços, onde se demanda da existência de servidores públicos responsáveis por sua execução. Conforme a NOB/RH (2011, p. 15) “a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS”, aponta ainda que,

A gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve também:

- garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização;
- garantir a educação permanente dos trabalhadores;
- realizar planejamento estratégico;
- garantir a gestão participativa com controle social;
- integrar e alimentar o sistema de informação (NOB-SUAS, 2011, p. 17).

A efetivação do trabalho dentro da política de Assistência Social vai ser determinada, portanto pela condição de trabalho que os trabalhadores estão inseridos. No entanto entendemos que a NOB-SUAS mesmo apresentando uma série de avanços encontra na prática dificuldades para serem concretizadas, a exemplo das próprias contratações profissionais precarizadas nos municípios, interferindo no cotidiano profissional dos profissionais que formam as equipes de referência.

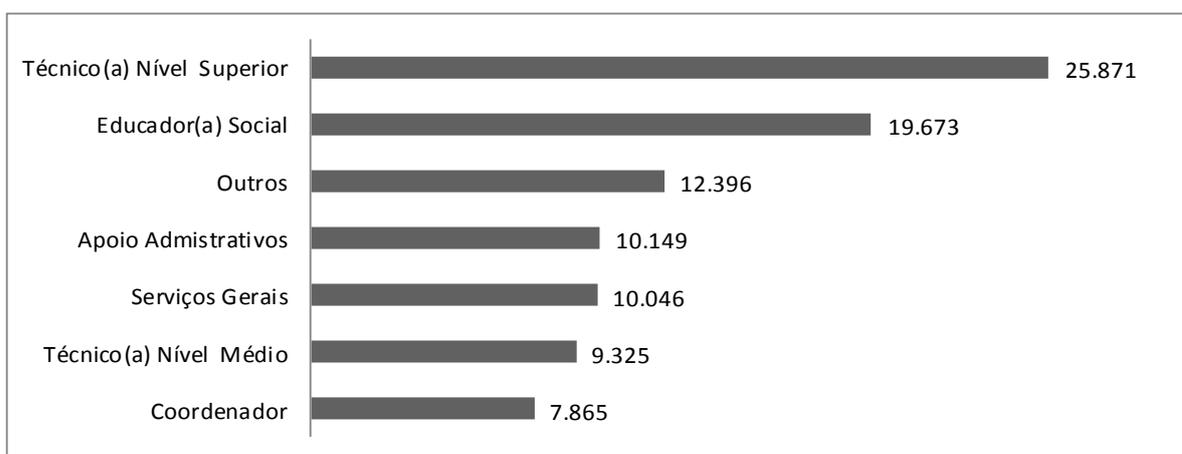
No que se refere as equipes de referência, segundo a NOB-SUAS devem ser composta por categorias profissionais de nível superiores orientadas por códigos de ética, que devem ser considerados ao se implantar as ações no espaço institucional.

Constituem as equipes de referência os servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando em conta o número de indivíduos e de famílias referenciados, as aquisições que devem ser garantidas aos usuários e o tipo de atendimento prestado (NOB-SUAS, 2011).

Os dados do Censo SUAS (2014) apontam que ao longo dos últimos anos, houve gradativo aumento em números e trabalhadores nas Secretarias Municipais de Assistência Social no Brasil. Os dados mostram que em 2010 tínhamos um quantitativo de aproximadamente 221 mil trabalhadores, já em 2014 esse número passou para mais de 256 mil nas Secretarias Municipais de Assistência Social no país, o que representa incremento de 36 mil novos profissionais atuando nos municípios.

Em 2014 foram registrados pelo Censo SUAS os seguintes quantitativos de trabalhadores: 95.325 nos CRAS, 22.082 nos CREAS, 3.028 nos Centros POP, 75.613 nas Unidades de Acolhimento e 94.108 nos Centros de Convivência. Ao observarmos os gráficos 3 e 4 podemos verificar como estavam divididos os trabalhadores da Assistência Social no ano de 2014 no CRAS E CREAS (BRASIL, 2015).

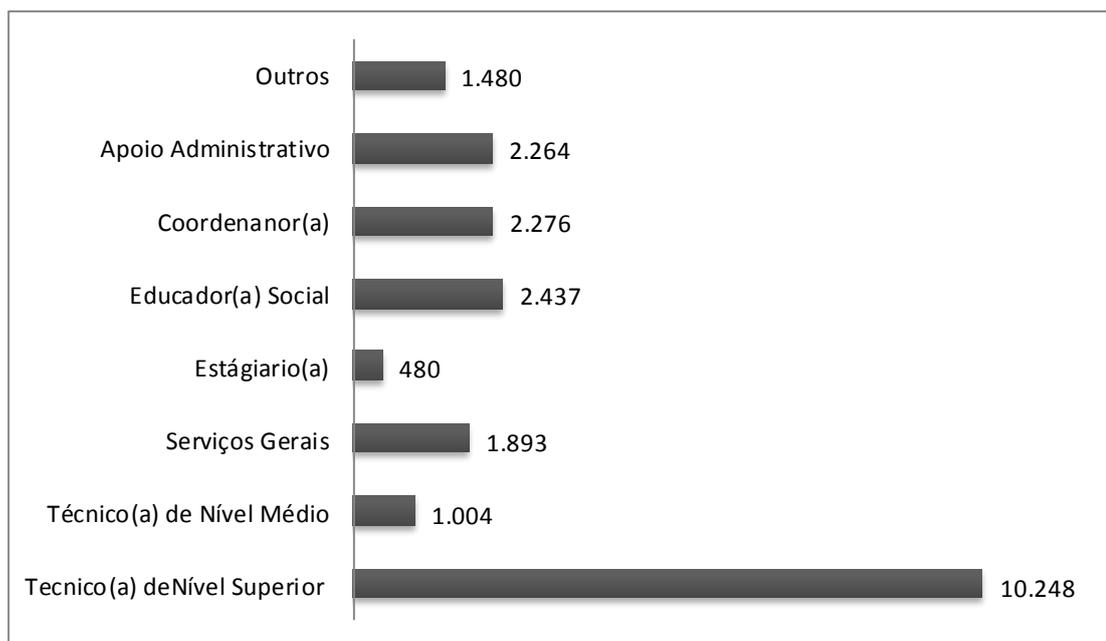
**GRÁFICO 3 – Quantidade de funcionários no CRAS segundo a função exercida 2014.**



Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Censo SUAS 2014: **análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social**. Brasília, DF:

MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

**GRÁFICO 4 – Quantidade total de funcionários no CREAS segundo função exercida (2013 e 2014).**



Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Censo SUAS 2014: **análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

Em relação aos coordenadores, os dados do Censo SUAS (2014 apud BRASIL, 2015) apontam para uma redução do número de CRAS sem coordenador, assim como ocorreu no período de 2012 a 2014 a redução de coordenadores que assumem mais de uma função no CRAS. Em 2014, 18,5% acumulava as funções de coordenador e de técnico do CRAS, o que pode ser caracterizado como um trabalho multifuncional, porém temos um número mais expressivo, de 70% que assumem apenas a função de coordenador. No CREAS também houve uma redução.

Em relação à composição de trabalhadores no CRAS a maioria, correspondente a 26.038, está na categoria identificada como sem formação (que enquadra todos sem especificidade declarada), 23.934 profissionais de nível médio, e 17.567 assistentes sociais. Os assistentes sociais, dentre os profissionais que

compõem os técnicos de nível superior, representam o maior número. O CREAS possuía o total de 5.420 trabalhadores assistentes sociais.

Os dados apontam que houve, também, uma retração do percentual de servidores estatutários, ao mesmo tempo em que houve aumento de trabalhadores com outros vínculos (terceirizados, consultores, estagiários, etc.) nas Secretarias Municipais de Assistência Social. Em 2014, esses percentuais foram de 35,1% e 37%, respectivamente. Porém, os profissionais que possuíam vínculos efetivos também apresentaram crescimento, mesmo que em menor escala.

Ocorreu, ainda, uma queda gradual no número de trabalhadores na Assistência Social em âmbito estadual. Em 2010, havia 19.785 trabalhadores, enquanto em 2014 eram 13.713. A municipalização dos serviços de proteção básica, deslocando-os do âmbito estadual para os municípios pode ser um dos fatores que justifica esse fato.

Ao integrar a equipe dos trabalhadores da política de Assistência Social, os profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento às situações postas, e reafirmar a luta por uma nova sociedade, mais justa. Pela sua formação e experiência profissional, os assistentes sociais têm uma função estratégica na análise crítica da realidade, no sentido de fomentar o debate sobre o reconhecimento e defesa do papel da assistência social.

A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo (a) profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os(as) trabalhadores(as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, p. 18).

A política de Assistência Social se constitui a partir de equipes de trabalho interprofissionais, sendo que a formação, e a forma de intervenção do profissional de Serviço Social nessa política social não só os habilitam a compor as equipes de trabalhadores como lhe atribuem o papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania (CFESS, 2011).

Ao analisar as atribuições e competências dos/as profissionais de Serviço Social, tanto do âmbito da política de Assistência Social como de outro espaço sócio-ocupacional, o CFESS (2011) aponta que estas são orientadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser respeitados pelos profissionais de Serviço Social como pelos demais profissionais que constituem a equipe de trabalho e pelas instituições empregadoras.

Sendo que segundo o Código de Ética no seu artigo 2º constituem direitos dos Assistentes Sociais,

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Os assistentes sociais ao assumirem um compromisso com o Código de Ética da profissão devem buscar romper com as práticas tradicionais da profissão, assim como em seu cotidiano profissional ir contra a propostas abusivas que lhe podem ser postas pelo órgão empregador que possam ferir os princípios que os orientam.

Contudo, ao tempo que este tem direitos assegurados, o Código de Ética também coloca deveres a estes profissionais no seu exercício profissional. Que constam no artigo 3º do referido Código, a saber:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

- c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Além do compromisso ético com a profissão, a atuação do assistente social, deve se dá levando em conta as contradições postas na sociedade “demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais” (CFESS, 2011, p. 18). A intervenção orientada por uma perspectiva crítica permite fazer a leitura da realidade, e formular junto ao Estado respostas as contradições postas, reconhecendo os direitos da classe trabalhadora, fomentando a luta desses por seus direitos.

No que se refere as competências e atribuições dos assistentes sociais, na política de Assistência Social, com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisita-se do profissional, algumas competências gerais que são essenciais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção. Desta forma cabe ao profissional a apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais levando em conta sua totalidade e assim identificar demandas e formular repostas para o enfrentamento da questão social (CFESS, 2011).

Segundo o CFESS (2011), a materialização do trabalho do assistente social pode se desdobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos, o profissional no seu espaço de atuação:

- Realiza pesquisas, formula e executa os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social;
- Elabora, executa e avalia os planos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social;
- Formula e defende a constituição de orçamento público necessário à implementação do plano de Assistência Social;
- Favorece a participação dos/as usuários/as e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público;

- Planeja, organiza e administra o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);

- Realiza estudos;
- Presta assessoria e consultoria;
- Estimula a organização coletiva;
- Orienta os usuários/as e trabalhadores;
- Socializa informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação;

- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social;

- Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;

- Organizar os procedimentos e realiza atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS;

- Exerce funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social;

- Participa nos Conselhos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social;

- Organiza e coordena seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para materialização da política de Assistência Social;

- participa na organização, coordenação e realização de conferências municipais, estaduais e nacional de Assistência Social e afins;

- Elaborar projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos/as usuários/as;

- Aciona os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos/as usuários/as;

- Supervisiona direta e sistematicamente os/as estagiários/as de Serviço Social.

As atribuições dos assistentes sociais se dão em um processo de trabalho que envolve o trabalho interdisciplinar dentro do espaço sócio-ocupacional, com os psicólogos, pedagogos, advogados dentre outros profissionais que compõem a

Assistência Social, na qual o fazer profissional do Assistente Social se dará mediante uma ação reflexiva que envolve os diversos atores sociais, assim como a própria dinâmica da sociedade, que determinam o seu objeto de trabalho, assim como os instrumentos e meios pelos quais estes irão desenvolver seu trabalho profissional.

As possibilidades de atuação profissional dependerá das condições materiais, institucionais, físicas e financeiras para a execução do trabalho, além dos meios e instrumentos necessários ao exercício profissional, estes são fatores fundamentais na perspectiva de efetivar a Política de Assistência Social e materializar o acesso do usuário aos direitos sociais (CFESS, 2011).

### **3.3 A realidade da Assistência Social em Muritiba/BA.**

Buscaremos a partir de agora apresentar uma breve caracterização da política de Assistência Social no município de Muritiba/BA, a fim de situar o espaço delimitado para essa pesquisa.

Muritiba é datada de 1559, quando exploradores portugueses e jesuítas atingiram a região de Cachoeira e São Félix. Em 1889, por decreto assinado pelo Governador do Estado da Bahia, Dr. Manoel Vitorino, São Félix foi desmembrado do Município de Cachoeira, tornando Muritiba Distrito de São Félix. Já a partir da Lei nº 1349, de 08 de agosto de 1919, Muritiba foi elevada à categoria de Vila e município, como território desmembrado de São Félix<sup>21</sup>.

Segundo informações do Censo Demográfico 2010, Muritiba possui 28.899 habitantes, com 62,42% das pessoas residentes em área urbana e 37,58% em área rural. O Município está classificado como de Pequeno Porte II, segundo a PNAS.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, no município, a taxa de extrema pobreza da população era de 45,96%. De acordo com informações do MDS (2015) o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2015 no município era de 6.521, sendo 4.738 com renda per capita familiar de até R\$ 77,00. O programa Bolsa Família destinado a pessoas inscritas no Cadastro único, beneficiou no mês de dezembro de 2015, 3.942 famílias, representando uma cobertura de 115,3 % da estimativa de famílias pobres no município (MDS, 2015). Tem-se, ainda, 775

---

<sup>21</sup> Dados retirados do site da Prefeitura municipal

peças recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destes 141 beneficiários idosos, e 634 beneficiários pessoas com deficiência.

A Assistência Social de Muritiba, conta de acordo com os dados do MDS (2015) com 01 CRAS<sup>22</sup>, com 3.500 famílias referenciadas e 01 CREAS<sup>23</sup>. Além disso, vale destacar que o município possui espaço físico destinado para o CADÚnico<sup>24</sup>/Bolsa Família<sup>25</sup>, sendo alocados um na sede do município e outro na zona rural no distrito de São José do Itaporã.

O quadro profissional da Assistência Social no Município atualmente é composto por 59 funcionários, segundo dados obtidos na própria Secretaria de Desenvolvimento Social.

É importante enfatizar que no município de Muritiba a maioria dos trabalhadores que compõem a assistência não tem vínculo empregatício permanente, não encontramos dados precisos sobre os números de terceirizados e contratados, porém isso fica evidenciado apenas em conhecer a realidade de trabalho no município. Tal fator torna-se um problema, já que as equipes de trabalho são compostas de acordo a gestão vigente. O que já manifesta um desafio para a atuação profissional, no que se refere a manutenção das equipes de referência.

A seguir evidenciaremos como vem ocorrendo o trabalho dos assistentes sociais inseridos na política de Assistência Social no município de Muritiba.

---

<sup>22</sup> O CRAS é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizados em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinados à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação Inter setorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

<sup>23</sup> O CREAS é a unidade pública da política de Assistência Social, que deve ofertar o trabalho social especializado às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

<sup>24</sup> Segundo dados do MDS(2015) O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. E está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas.

<sup>25</sup> De acordo com o MDS(2015) O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias com renda mensal por pessoa até R\$ 77,00 e aquelas com renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 a R\$ 154,00.

## **4 O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM MURITIBA/BA**

As discussões feitas até aqui, subsidiam nossa análise sobre a precarização do trabalho dos Assistentes Sociais que compõem a Assistência Social no Município de Muritiba. Dividimos nossa análise em dois eixos, sendo que no primeiro buscaremos apresentar uma “*Análise sobre as formas precarizadas de inserção profissional na política de Assistência Social*”. E no segundo eixo evidenciar “os desafios postos ao exercício profissional em Muritiba/BA”.

### **4.1 Análise sobre as formas precarizadas de inserção profissional na política de Assistência Social**

Reafirmamos que consideramos interessante conseguirmos entrevistar 100% das assistentes sociais que compõem a política de Assistência Social, inclusive a coordenadora do CRAS, que tem formação em Serviço Social e que na falta do profissional na instituição acaba fazendo atendimentos. Isso ocorre, também, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social, onde a assessoria acaba fazendo atendimentos, já que a instituição não tem uma assistente social específica para tal.

É colocado na fala da assistente social ao se referir à postura da gestão, que “ela não entendeu que houvesse essa necessidade então falou não, como já tem uma assistente social aí, eu não vou contratar mais outra, ela pode tá fazendo a mesma função, não entendeu a diferença” (Pôr do sol). Assim, percebe-se desde já o trabalho multifuncional, característica própria do processo de precarização do trabalho.

De todos/as os/ as entrevistados/as 05 afirmaram trabalhar no município durante 30 horas semanais<sup>26</sup>, sendo que apenas 01 afirmou trabalhar 40 horas, consideramos que tal resposta pode estar relacionada à função assumida, já que esta está empregada na instituição como coordenadora.

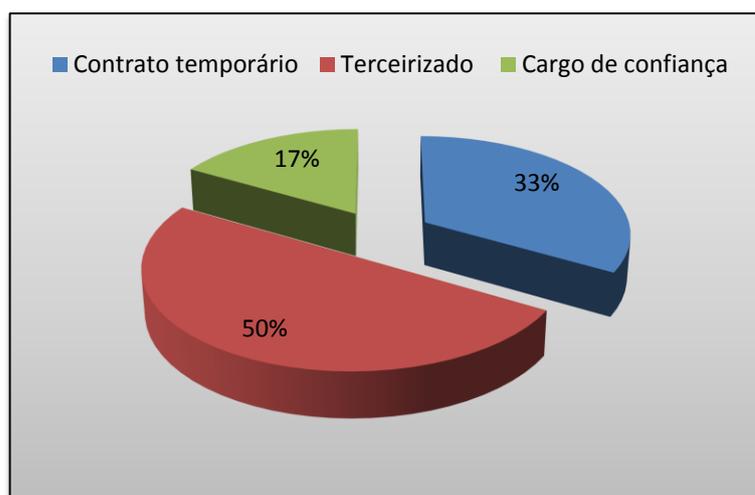
Observa-se que a precarização do trabalho já se manifesta desde o momento em que os/as Assistentes Sociais se inserem na política de Assistência Social. Ao analisamos a forma como estes profissionais estão contratados, percebemos que

---

<sup>26</sup> O município está condizente com a jornada semanal de trabalho do assistente social que deve ser de, no máximo, 30 horas semanais, de acordo com a Lei 8.662/1993.

50% das entrevistadas são terceirizadas, 33% contrato temporário, sendo que 01 dos/as entrevistados/as pontua que apesar de responder que está na forma de contrato temporário, este contrato é feito por meio de uma cooperativa<sup>27</sup>, que presta serviços para prefeitura, por tanto acaba sendo, também, uma forma de terceirização, apenas 01 dos/as entrevistados/as que correspondem a 17% respondeu ser cargo de confiança<sup>28</sup>, conforme gráfico 5.

**GRÁFICO 5 – Forma de contratação das Assistentes Sociais em Muritiba/BA.**



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Esses dados demonstram que a precarização do vínculo empregatício é algo recorrente no município de Muritiba, sendo que a maioria dos entrevistados são terceirizados.

<sup>27</sup> O Art. 442 da CLT, em seu parágrafo único diz que qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela. Segundo Andrade (1999, apud PICCININI, 2004) o que temos é a viabilização da terceirização, fortemente marcada nos dias atuais, que leva a flexibilização das leis trabalhistas, já que perante a lei não existe vínculo empregatício, e os pagamentos são combinados pela cooperativa e repartidos entre os associados, de forma proporcional às operações realizadas, nas palavras do mesmo autor o trabalhador que se associa a uma cooperativa é considerado autônomo pela lei. As cooperativas de trabalho, tornam-se instrumentos para baratear, e reduzir ou até mesmo para a inexistência de direitos trabalhistas. Como ocorre no município que é objeto deste trabalho, os trabalhadores contratados que segundo conversa informal com uma das entrevistadas compreende a praticamente todos os funcionários do município, estão contratados por via da cooperativa, e não tem direitos assegurados.

<sup>28</sup> Em relação às funções de confiança, o inciso V, do art. 37 da Carta Constitucional traz a seguinte redação: V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Sabe-se que terceirização é uma forma de precarização do trabalho muito recorrente no nosso cenário brasileiro, inúmeros trabalhos já foram feitos destacando os principais problemas trazidos por essa forma de trabalho.

Druck (2015) aponta que a terceirização no setor público brasileiro, a qual ela compreende como a administração pública e empresas estatais, tiveram a expansão através dos programas de privatização de empresas e de serviços públicos implementados nos anos 1990 e a “reforma” do Estado iniciada em 1995, através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, do Ministério da Reforma do Estado (Mare), do qual já tratamos anteriormente.

A referida autora aponta ainda que seguindo a linha da “reforma” do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), cujo objetivo é reduzir as despesas com o funcionalismo público, inibiu a realização de concursos públicos e incentivou a terceirização, já que a subcontratação de empresas, a contratação temporária, e de comissionados não são computadas como pessoal.

Com isso, vamos ter o aumento da precarização no setor público, em que os trabalhadores deixam de ser contratados via concurso público e, expande-se o número de contratação terceirizadas por via de cooperativas de trabalho, parcerias, ONGs.

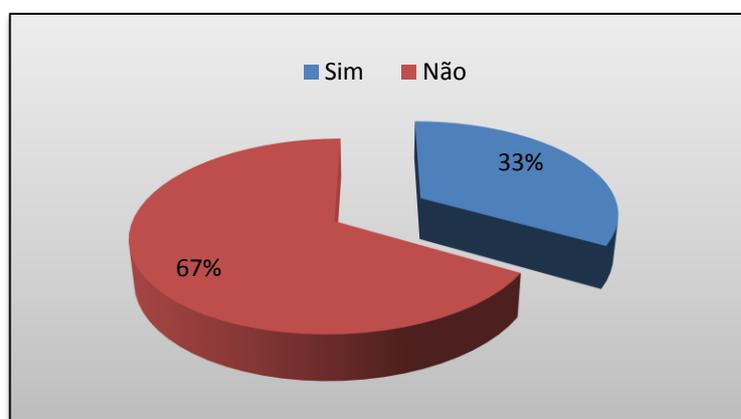
No plano do mercado de trabalho, no qual se estabelecem as relações de compra e venda da força de trabalho, as formas de inserção, os tipos de contrato, os níveis salariais, as jornadas de trabalho, definidos por legislação ou por negociação, expressam um recrudescimento da mercantilização, no qual o capital reafirma a força de trabalho como mercadoria, subordinando os trabalhadores a uma lógica em que a flexibilidade, o descarte e a superfluidade são fatores determinantes para um grau de instabilidade e insegurança no trabalho, como nunca antes alcançado. Assim, a terceirização assume centralidade na estratégia patronal, já que as suas diversas modalidades (tais como cooperativas, pejetização, organizações não governamentais, além das redes de subcontratação) concretizam “contratos” ou formas de compra e venda da força de trabalho, nos quais as relações sociais aí estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas ou travestidas em relações interempresas/instituições, além do estabelecimento de contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes e as quase sempre imprevisíveis oscilações de mercado que desestruturam o trabalho, seu tempo e até mesmo a sua sobrevivência (ANTUNES e DRUCK, 2013, p. 219-220).

O fato é que a terceirização, antes presente principalmente em setores industriais, e em empresas privadas, vem se alastrando no setor público, os dados do Município de Muritiba nos demonstram isso quando observamos que cerca de 50% das entrevistadas responderam que são terceirizadas, sendo que nenhuma das entrevistadas são concursadas.

Além disso, percebemos que o município de Muritiba não está condizente com o que é posto na NOB/SUAS na qual estabelece que o acesso a carreira deve estar condicionado à aprovação em concursos público de provas ou de provas e títulos.

Cerca de 33% das entrevistadas além de atuarem no município de Muritiba, atuam em outro Município, conforme gráfico 6, ao serem questionadas de como dividem seu tempo, uma das entrevistadas relata que atua pela manhã em um município, e a tarde em outro. Já o/a segundo/a entrevistado/a disse que divide seu tempo, ficando 03 (três) dias em Muritiba, com isso tem os outros dias livres. Esse dado demonstra que as condições salariais precárias, têm levado os assistentes sociais, a buscar dois ou mais empregos.

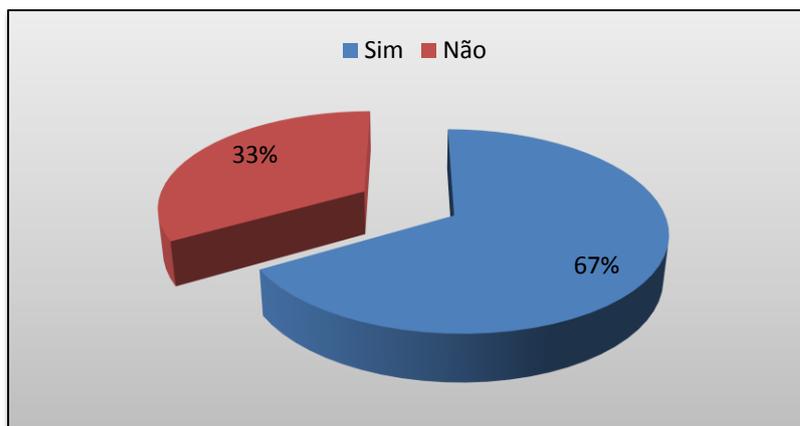
**GRÁFICO 6 – Distribuição dos/as assistentes sociais por ter ou não outro emprego.**



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Sobre pretender mudar de emprego, 67% dos/as entrevistados/as afirmaram que sim, que pretendem mudar de emprego, enquanto 33% disseram que não, conforme o gráfico 7.

**GRÁFICO 7 – Distribuição de Assistentes Sociais sobre a pretensão de mudar de emprego.**



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

As justificativas dadas, por preterem mudar de emprego, são muitas vezes referente à própria condição de trabalho, como podemos verificar nas seguintes falas, “por conta do vínculo empregatício, salário, precarização” (Chuva), o/a entrevistado/a Vento foi direto/a em sua resposta afirmando que o motivo que a leva a querer mudar de emprego é justificado “pela precarização”, Pôr do sol disse que “gosto do que faço, mas o espaço que trabalho não me dá condições para viver devido ao salário” e Arco-íris afirma se encontrar “sem motivação diante da gestão”.

O que observamos é que os fatores apresentados na fala dos/as Assistentes Sociais, significa que estes estão em um espaço de trabalho coberto por formas de precarização, sendo este o principal fator para quererem mudar de emprego, os motivos perpassam principalmente pelo tipo de vínculo empregatício e pelo salário.

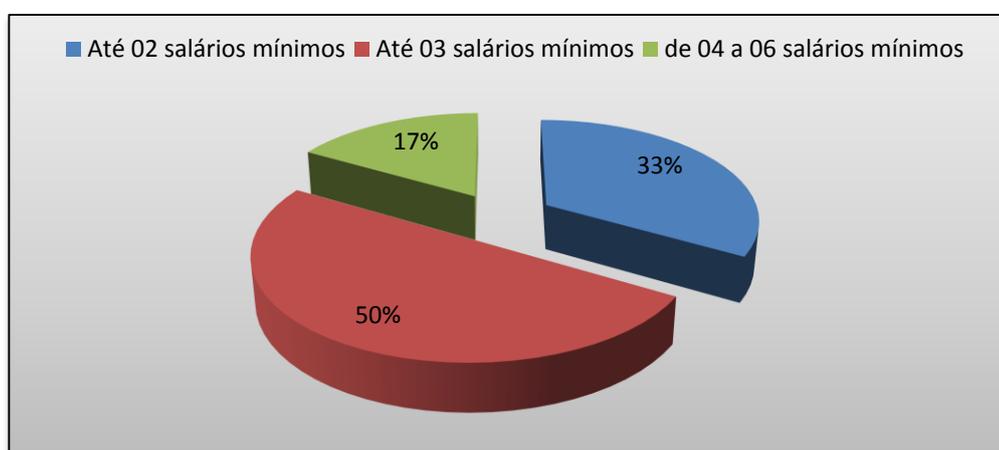
No município de Muritiba, observamos (ver gráfico 8) que 33% recebem até 02 salários mínimos, 50% recebem até 03 salários mínimos, e 17% de 04 a 06 salários mínimos, cabe destacar que as diferenças salariais vão se dá de acordo com a função que estes profissionais assumem. Outra questão a se observar em relação ao salário, é que a profissão ainda não tem um piso salarial<sup>29</sup>, o que permite a

<sup>29</sup> Segundo informações retiradas do site do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de acordo com dados do Salariômetro, do Governo de São Paulo, e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a média salarial da categoria é de R\$ 2.000,00, porém existem projetos de lei na Câmara dos Deputados reivindicando um piso em torno de R\$ 4.000,00. O CFESS, disponibiliza ainda uma tabela de honorários que devem ser pagos aos assistentes sociais, que servirá de parâmetro para prestação dos serviços profissionais do profissional Assistente Social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada. Conforme o § 2º do artigo 1º da Resolução CFESS Nº 418/2001, que instituiu a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS, alterada pela Resolução CFESS Nº 467, de 17 de março de 2005, institui-se os valores: Graduados/as: R\$ 116,17; Especialistas: R\$ 130,47; Mestres: R\$ 164,42; Doutores/as: R\$ 185,88.

flexibilidade dos salários dentro das prefeituras, colocando aos assistentes sociais sujeitos a salários relativamente baixos que não levam em conta a importância que tem o profissional de Serviço Social.

Os baixos salários podem ser justificados inclusive pelo tipo de vínculo empregatício dos profissionais, em que os salários são sempre menores, torna-se baixo também se comparados com outras categorias profissionais, que estão inseridas no serviço público como pode ser observado na fala de Pôr do sol “hoje qualquer pessoa ganha um salário de assistente social, no município, infelizmente essa é a realidade”.

**GRÁFICO 8 – Salário dos/as Assistentes Sociais em Muritiba/BA.**



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Assim, nesse primeiro momento, já conseguimos identificar as primeiras formas de precarização do trabalho vivenciada pelos assistentes sociais. Porém, consideramos importante identificar a partir de suas falas, se consideram que existe precarização do trabalho no seu espaço de trabalho, 05 (cinco) dos/as 06 (seis) entrevistados/as responderam que identificam precarização do trabalho, e apenas um entrevistado/a respondeu não identificar a precarização do trabalho no seu dia a dia, porém vai se observar uma contradição em sua resposta,

No meu espaço de trabalho eu não vejo precarização, no meu espaço físico, mas eu vejo precarização na parte de qualificação profissional dos atendimentos das pessoas que estão a frente, né, dos programas sociais (Eclipse).

O que percebemos ao analisar a fala deste/a entrevistado/a, é que o/a mesmo/a considera que não existe precarização do trabalho apenas no que se

refere ao espaço físico em que atua, porém observa que existem outros tipos de precarização.

Existem coisas que podem ser melhoradas, como a própria política de assistência social, a gente tem algumas dificuldades com recursos financeiros, mas que, podem ser melhorados, mas não existe uma precarização aqui no espaço de trabalho (Eclipse).

Partimos do entendimento que a precarização não se limita a estrutura física e que se existe precarização nos programas sociais, falta recursos, e na qualificação profissional como citado, isso acaba por interferir também nas condições de trabalho do assistente social.

Além disso, a precarização do trabalho faz parte do processo de compra e venda da força de trabalho, com isso, o assistente social precisa assumir uma postura crítica, a fim de identificar que as contradições presentes no mundo do trabalho são manifestadas em diversas formas de precarização, que atinge todos os trabalhadores, inclusive aos assistentes sociais que insere-se no mercado de trabalho como vendedores de sua força de trabalho.

Já dentre as que afirmaram com convicção que existe precarização do trabalho, foram citados elementos em suas falas que reafirmam o que já foi apontado anteriormente, a/o entrevistado/a “Neve” considera que existe precarização do trabalho principalmente no âmbito municipal, em decorrência do processo de descentralização. A descentralização vai significar o aumento dos espaços de trabalho para o assistente social no setor público municipal, porém isso vai significar, também, novos espaços de trabalho precarizados. Como podemos verificar nas demais falas

Acho que no geral é isso, recursos materiais, baixo salário, atraso salariais, e além disso você fica meio que submetido a esses ditames, de dizer que você tem que fechar o equipamento e te avisar hoje, pra você fechar amanhã, e aí você não tem condição de articular com os usuários (Chuva).

Precarização em tudo que diz respeito na política de Assistência Social, a gente identifica, grande precarização, hoje o quadro de profissionais no município ainda não é completo, [...] como também esse assédio moral, que é constante [...] E a questão salarial, que é também desfasadíssima (Pôr do Sol).

Primeiro a falta de espaço físico [...] é o item principal, porque a gente não tem sala de atendimento individual, não tem sala de coordenação, não tem sala de grupo ampla porque nossos grupos aqui tem que ter no máximo 12 pessoas pra ficar um espaço adequado. [...] temos apenas duas salas, que são utilizadas para grupos, grupos pequenos, e uma sala de atendimento que é a mesma sala da coordenação. A questão da falta de transporte também não temos um transporte nem próprio nem coletivo (Arco-íris).

[...] não tem acessibilidade, não tem equipamentos suficientes, aqui é uma parte, ainda tem a zona rural, não estou entrando na parte de carro, que aí é mais complicado, atraso de salários, então o vínculo empregatício da gente aqui, eu não tenho vínculo empregatício nenhum com a prefeitura, porque aqui o vínculo empregatício é com uma cooperativa, é como se fosse uma terceirização (Vento).

O que observamos segundo as falas, é que a precarização do trabalho se manifesta no cotidiano profissional dos Assistentes sociais, no referido município, nas formas de baixo salário, atraso do pagamento dos salários, na estrutura local, falta de salas adequadas para o atendimento<sup>30</sup>, falta de sala para trabalhos com os grupos, falta de recursos materiais para desenvolver as atividades, e falta de transporte.

É interessante notar que estes elementos são citados por praticamente todos os profissionais. Observa-se que o município está em contraposição, portanto ao que é posto pela NOB/SUAS quando versa sobre as “Atribuições e Responsabilidades dos Gestores Municipais” que aponta como responsabilidade da gestão municipal da Assistência Social “oferecer condições adequadas de trabalho quanto ao espaço físico, material de consumo e permanente” (2011, p. 79).

Diante do que foi apontado pelos/as entrevistados/as, questionamos se o vínculo empregatício interferia na sua atuação profissional, 03 (três) dos/as entrevistados/as apontam que interfere, como podemos verificar

Com certeza, com certeza interfere porque a gente já tem a atuação limitada no sentido da gente não ter os meios e aí quando você tem um vínculo precário, isso piora porque você é flexível no trabalho, então a hora que o empregador quiser te mandar embora ele vai te mandar embora, então não cobre muito (Chuva).

---

<sup>30</sup> Apenas uma das entrevistas foi feita na sala de atendimento da Assistente Social, todas as outras foram feitas em outros espaços da instituição por motivos diversos, por questões de privacidade, por exemplo, visto que a maioria dos profissionais entrevistados não dispõe de sala própria. Outra questão observada no processo de pesquisa, é que as instituições funcionam em espaços com estrutura de casas, o justifica a falta de espaço físico adequado.

[...] mas o vínculo, ele é ruim [...] próximo ano nova gestão, se entrar outra pessoa então muda tudo, se rompe, então a pessoa que a gente tava acompanhando, vai começar do zero com a outra, então nem sempre aquela pessoa vai conseguir, ter um encaminhamento adequado, apesar de ter prontuário, apesar de ter tudo, mas não é a mesma relação, não é o mesmo vínculo, com certeza o vínculo tem a quebra, a ruptura de confiança de tudo que envolve a relação profissional (Pôr do sol).

Na verdade o vínculo no município, ele é a maioria, eu digo assim, político, ou político por indicação [...] mas assim infelizmente, é a realidade ainda da Assistência, que a gente não tem concurso público[...]e o que torna ainda pior a situação do assistente social, e a situação até do usuário, porque quando o profissional ele é efetivado, ele não quebra a referencia com usuário, aquele usuário vai ter a certeza que o profissional, que vai ter realmente uma referencia (Arco-íris).

Já dentre os que responderam que não interfere na sua atuação consideram,

[...] deveria interferir, já interferiu em outros colegas meus de outras politicas, o CAPS, por exemplo, está sem atendimento do médico e do psicólogo, por falta de repasse dos salários (Vento).

[...] Não me prejudica no vínculo empregatício (Eclipse).

O/a entrevistado/a “Neve” justifica o porquê considerar que não interfere pontuando “[...] os assistentes sociais têm com função construir propostas de trabalho tendo em vista a garantia dos direitos”.

O vínculo empregatício representa, portanto, para parte desses profissionais à insegurança no trabalho, como podemos verificar na fala do/a entrevistado/a “Chuva” que diz que o empregador pode colocar para fora a qualquer momento, e coloca ainda que “a gente não tem, por exemplo, direito a férias, a décimo terceiro, a gente não tem direito trabalhista, o que a gente recebe é o salario puro e seco, e não recebe certo”. De acordo a entrevistado/a “Eclipse”, o vínculo empregatício não o/a prejudica, pela função que assume na instituição.

Porém, entendemos que o vínculo precário não só interfere no fazer profissional, como garante a dominação do empregador sob o trabalhador, mediante a ameaça de ser facilmente substituído.

Percebemos ainda nas falas, que os/as entrevistados/as apontam para a perca do vínculo com o usuário, pois a contratação temporária, e a terceirização não

garantem a continuidade do trabalho algo imprescindível no trabalho do assistente social.

Observamos mais uma vez que o município de Muritiba não está em consonância com o instituído pela NOB/SUAS que aponta que a gestão deve “realizar concurso público para contratar e manter o quadro de pessoal necessário à execução da gestão dos serviços socioassistenciais, observadas as normas legais vigentes” (2011, p. 79). Isso garantiria inclusive, a diminuição da rotatividade dos profissionais.

Sobre a discursão da fragilidade do vínculo empregatício, questionamos a alguns/as dos/as entrevistados/as sobre a questão da rotatividade que é posta as profissionais sem vínculo efetivo,

É horrível para os usuários, é horrível para a gente, porque a gente se estrutura, a gente tende a ficar no lugar onde a gente tá trabalhando, porque a gente, até o reconhecimento de referência se torna um vínculo a mais, então a gente tá aqui amanhã pode não tá, o usuário tá aqui tem a confiança no profissional, de repente é elencado para a secretária, para o CREAS, para o CRAS, para outra organização, para outro órgão, então, as vezes acaba atingindo diretamente na qualidade dos serviços que é prestado (Vento).

“Arco- íris” traz também,

Realmente, o vínculo que se demora para ser construído, e que a gente por ser cargo político a qualquer momento pode sair, pode ser transferido, como aconteceu aqui[...] recentemente do profissional conseguiu ser referência no equipamento, quando realmente conseguiu ter a confiança com os usuários, foi transferido de uma hora para outra, sem satisfações nenhuma, então realmente está questão política dificulta muito o trabalho do assistente social (Arco-íris).

A rotatividade representa, também, um elemento das formas precárias de trabalho vivenciado pelos assistentes sociais no município. No município ocorreram trocas de funcionários de um equipamento para outro, interferindo diretamente na continuidade do serviço naquele espaço que anteriormente atuava. Institui-se um sentimento de insegurança, não só em relação a ser demitido ou não, mas se vai conseguir continuar um trabalho ou projeto iniciado naquele local de trabalho, e, além disso, a cada transferência os profissionais também precisam se reorganizar, e

retomar o trabalho do início em outro local, numa espécie de recomeço a todo o momento.

Através de conversas informais com os/as entrevistados/as percebemos que alguns/as dos/as assistentes sociais não entraram na Política de Assistência do Município atuando no mesmo equipamento, ou cumprindo a mesma função que cumprem hoje, e que segundo a fala dos/as mesmos/as, estas reconhecem que isso atrapalha muito, já que se constrói um referencia com o usuário, inclusive foi pontuado em conversa informal com um/a dos/as entrevistados/as que já aconteceu de usuários, que eram referenciados na instituição que ele/ela trabalhava anteriormente, o procurarem no local de trabalho no qual esta atuando agora.

Diante de tudo que já foi apresentado até aqui, nas falas dos/as entrevistados/as, e por consideramos que esta atinge todos os trabalhadores, independente do espaço no qual eles estão inseridos, consideramos importante analisar isso do ponto de vista dos/as Assistentes Sociais que compõem a Assistência Social, com isso perguntamos se eles consideram que tais condições de trabalho são exclusivas da Política de Assistência Social,

Não. Hoje não é exclusiva da Assistência [...] (Vento).

Não, em Muritiba 70% dos profissionais, acho que foi até uma pesquisa feita por essa consultoria, que tá tendo ai, que apontou isso, que 70% dos profissionais são terceirizados, então é saúde, assistência, outras políticas, que são terceirizadas, as enfermeiras todas das unidades de saúde, médicos que são contratados via cooperativa, então é isso (Chuva).

Não é exclusiva da política de assistência [...] (Pôr do Sol).

Atinge, todas as políticas, infelizmente a gente fala de gestão, e quando se fala em gestão municipal, vai acontecendo em todas as políticas[...] (Arco-íris).

O/a entrevistado/a “Pôr do Sol”, ao apontar porque não considera exclusiva da política de Assistência Social, deixa claro que ainda assim, a política de Assistência Social tem suas particularidades, por ser mais recente e que devem ser consideradas,

[...] a gente reconhece que a política de assistência ainda é recente no Brasil, ainda é vista como ajuda, caridade, então isso é uma luta diária, às vezes as próprias pessoas que trabalham com a gente acham ainda que é assistencialismo, que é por conta da política, que

é pra prefeito tal ganhar, vamos ajudar na época da política, então eu acho que ainda existe, essa questão, esse mito, esse retrocesso, a gente já tem desde a constituição de 88, desde as leis, da LOAS, enfim, todas as leis que a gente tem até a lei do SUAS que foi de 2011, vários avanços que a gente teve graças a Deus, mas a gente infelizmente ainda tem muita coisa exclusiva da assistência, apesar de ser uma luta da categoria, por exemplo de piso salarial, de melhorias de condições, mas tem coisas que são peculiares no meu ponto de vista, da política de assistência, pela própria história, que veio da igreja, da caridade, as pessoas ainda não conseguem se desvincular e olha que já avançamos bastante.

Concordamos com o/a entrevistado/a, quando se refere a questão histórica da Assistência Social, que é ainda muito confundida, inclusive pelos profissionais que atuam dentro da política, como assistencialismo, e acabam direcionando as práticas profissionais a perspectiva da ajuda, colocando os direitos sociais como favores, de modo a favorecer ao prefeito, isso é muito recorrente nos municípios, e não é difícil encontrar assistentes sociais que acabam submetendo o trabalho profissional a essa lógica.

Quando analisamos nos capítulos anteriores, as transformações societárias percebemos que a precarização do trabalho e os desafios para os trabalhadores estão presentes em todo o mercado de trabalho, com isso atinge aos trabalhadores submetidos à lógica de compra e venda de sua força de trabalho em qualquer espaço onde esteja inserido.

Assim, entendemos que os assistentes sociais tem conseguido ter clareza disso no município, ao observar que as condições de trabalho por eles vivenciadas não estão presentes apenas em seu espaço e, mais especificamente, na política na qual atua, mas atinge também aos profissionais de outras políticas.

O/a entrevistado/a “Arco-íris” cita que e “o CAPS está sem assistente social, sendo que o assistente social do CRAS que atende a demanda do CAPS”. Observamos inclusive, nessa fala, a manifestação da precarização do trabalho em duas políticas a da Saúde e a da Assistência Social, na Política de Saúde, através do CAPS, diante da falta de assistente social, assim a equipe encontra-se incompleta, e no CRAS, a precarização atinge diretamente o/a assistente social, já que este acaba exercendo e respondendo pelas demandas de outra política.

De acordo, com o/a entrevistado/a “Vento” que “assistente social lá não tem a três anos, desde quando o prefeito entrou não tem assistente social. Porque o CRAS, como o CRAS é próximo de lá, muitas vezes acaba tapando buraco de lá”.

Podemos portanto, dizer que os assistentes sociais tem tido seu cotidiano profissional marcado por formas precárias de trabalho, com isso trago a reflexão do/a Assistente social “chuva” que diz que “o trabalho precarizado deixou as fábricas e me atingiu né, deixou , não é mais só o chão da fábrica de Ricardo Antunes , né, ele deixou lá e veio pra cá, eu tô aqui, brigando pelo direito do outro e sem direito, não tenho direitos”.

Diante disso, buscaremos no próximo tópico, evidenciar os desafios postos aos profissionais no seu cotidiano profissional.

#### **4.2 Os desafios postos ao exercício profissional em Muritiba/BA**

Outro elemento a ser identificado durante esse processo de análise da precarização do trabalho, dentro da política de Assistência Social no Município de Muritiba, refere-se a entender se os/as profissionais entrevistados/as tem tido autonomia profissional no seu dia a dia de trabalho na instituição.

Assim, ao serem questionados como identificam sua autonomia no seu cotidiano profissional frente às condições de trabalho, relatam:

Eu identifico que tenho total autonomia na elaboração de projetos e programas, sabendo-se que a gente segue uma hierarquia que tem que ser encaminhado a secretária que devidamente vai ser liberado com o gestor municipal (Eclipse).

Eu identifico, como uma autonomia relativa, nossa própria profissão ela nos dá isso, uma autonomia relativa, mas especificamente no trabalho por depender de outras condições, por conta da burocracia (Pôr do Sol).

[...] a autonomia é totalmente relativa (Vento).

Na fala do/a entrevistado/a “Eclipse”, percebemos que reconhece ter autonomia no processo de elaborar projetos e programas para o município, porém a execução de tal, só se dá mediante a autorização da gestão, tanto na figura da Secretária como do prefeito, assim entendemos que a autonomia também se torna relativa.

Na fala de “Chuva” vamos observar que ele/a considera que sua autonomia se mantém no atendimento do usuário, visto que é ele/a quem determina como será esse atendimento.

A gente tenta [...] no geral quem estabelece as prioridades sou eu, eu que digo, olha isso aqui é prioridade pra visita, isso aqui é prioridade, então assim, consigo minimamente. No atendimento, não tem interferência das pessoas de como é que eu vou conduzir, se eu vou falar mais firmemente, se eu vou falar de uma outra forma, se a abordagem para aquela situação vai ser numa perspectiva ou em outra, então sou eu quem decido, a minha autonomia é mantida nesse sentido.

Porém, a mesma completa ao dizer que tem sua autonomia atingida quando ela define as prioridades, possui seu objeto, mas não detém dos meios de intervenção.

Ela é prejudicada quando por exemplo, quando eu preciso, e aí eu priorizo, e eu não consigo acessar, aí é prejudicado, eu me limito, mas isso é próprio do processo de inserção nossa no mercado, a gente não detém dos meios da intervenção, a gente detém o objeto, que são as manifestações da questão social, mas a gente não detém os meios, a gente não tem o meio de fazer com que a gente acesse. Então nesse sentido, não consigo, aí minha autonomia se relativiza muito em decorrência disso (Chuva).

Já sobre a fala do/a entrevistado/a “Arco-íris”, observamos que considera não ter autonomia no seu trabalho diante das posturas adotadas pela gestão,

Quando existe uma gestão que não conhece a política de Assistência, realmente, eu como assistente social, eu sei que não tenho autonomia nenhuma aqui no meu campo de trabalho.

Podemos observar ainda a partir das falas de outros/as entrevistados/as que a postura adotada pela gestão<sup>31</sup>, tem representado um dos elementos que mais tem interferido na autonomia profissional do Assistente Social do Município e na sua atuação profissional,

[...] então tem horas que a autonomia rebate com a estrutura de gestão, porque muitas vezes a gente depende da gestão, então como a gestão fica às vezes a mercê, a gente também fica a mercê, aí não tem autonomia (Vento).

---

<sup>31</sup> A gestão aos quais os assistentes sociais se referem é a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social.

[...] a secretaria às vezes marca reunião no dia que eu tenho atendimento, e aí é uma reunião urgente, que você não pode deixar de ir, que você não pode deixar de comparecer, e aí como é que eu faço para desmarcar meus usuários, que eu já marquei para aquele dia, então compromete, interfere o tempo todo, é uma relação de ida e de volta o tempo todo, a interferência da minha autonomia (Chuva).

[...] a gente aponta quais são os caminhos a serem seguidos, mas nem sempre esses caminhos eles são seguidos pela gestão, pela gestora, que é quem assina quem leva até o prefeito, quem leva, quem sensibiliza mais o prefeito (Pôr do Sol).

Segundo Raichelis (2011) o profissional contratado pelas instituições empregadoras ingressa no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho especializada, conquistada por meio de formação universitária que o legitima a exercer um trabalho complexo em termos da divisão social do trabalho, pois tem qualificação específica para o seu desenvolvimento. Porém

[...] ainda que o Serviço Social tenha sido reconhecido como “profissão liberal” nos estatutos legais e éticos que definem a autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política na condução do exercício profissional, o trabalho do assistente social é tensionado pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada (RAICHELIS, 2011, p. 428).

Assim, como bem coloca Raichelis (2011), a mercadoria “força de trabalho” só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais são estes: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional.

Isso interfere diretamente na autonomia do profissional, que não conseguem desenvolver seu trabalho de forma efetiva, pois se encontram sujeitos aos ditames da gestão, que segundo a fala de alguns entrevistados não consegue entender a importância do trabalho do assistente social.

Alguns/as dos/as entrevistados/as apontam ainda em suas falas, sobre as dificuldades encontradas para realizar visitas domiciliares, e que isso rebate inclusive na sua autonomia, e manifesta de forma precisa elementos da

precarização no processo de trabalho do assistente social, tal problema vai ser apresentado pelos profissionais nas seguintes falas,

[...] então a gente não tem feito visita, dois meses a gente não tem feito visita, a visita que a gente conseguiu fazer foi uma visita conjunta, CRAS, CREAS e bolsa família (Chuva).

[...] apenas uma visita a cada 15 dias e assim com muita dificuldade, porque quando um usuário vem solicitar qualquer auxílio a gente tem que fazer a visita para assim gerar o parecer (Arco-íris).

Percebemos nas falas, que os Assistentes Sociais não têm conseguido realizar visitas domiciliares no seu cotidiano profissional, pois tem se esbarrado com a falta de transportes<sup>32</sup>. Inclusive os assistentes sociais apontam terem feito visitas a pé no centro do município “esses dias fui fazer uma visita com *Carla*<sup>33</sup> meio dia, debaixo de um sol massa, na ultima rua do bairro Santana, que tinha boi, tinha cavalo, tinha tudo, a rua totalmente desregular” (Vento).

Isso acaba, segundo os/as entrevistados/as, interferindo na sua autonomia, e na efetivação do seu trabalho, visto que só conseguem fazer visitas em lugares próximos da instituição, normalmente no centro e não conseguem fazer visitas nas zonas rurais, essas quando são feitas, é um único transporte que leva os assistentes sociais do CREAS, CRAS e CadÚnico/Bolsa família, enquanto um profissional faz a visita, os demais ficam no carro esperando, isso torna-se um problema maior por que a possibilidade de visita é medida pela disponibilidade de carro e não pela demanda do usuário, segundo “Chuva”,

[...] por exemplo a política de Assistência Social diz que eu tenho que dá equidade no meus atendimentos, eu não consigo isso porque o pessoal da zona rural eu não consigo acessar, o nosso código de ética também diz isso que a gente tem que primar pela igualdade, mas a gente não tem condição realmente de cumprir, então interfere muito”.

---

<sup>32</sup> Segundo uma das entrevistadas houve redução da frota de transportes que fica alocada na Secretaria de Assistência Social do município de Muritiba, com isso tem-se encontrado dificuldades para realizar as visitas domiciliares, algumas das entrevistadas apresentaram em suas falas que já fazerem visitas a pé, o que representa de forma clara que tais profissionais estão em um espaço de trabalho coberto de formas precárias de trabalho.

<sup>33</sup> Utilizamos nomes fictícios nas falas dos entrevistados.

No decorrer da entrevista, a partir da fala de alguns entrevistados, foram apresentadas algumas das dificuldades encontradas para manter o sigilo profissional. Entendemos que

O sigilo profissional é um dos aspectos mais polêmicos do Código de Ética. Ele não envolve apenas o que é confiado ao profissional pelo usuário; é parte da ética profissional a preservação do usuário de todas as informações que lhe digam respeito, mesmo que elas não lhe tenha sido revelada diretamente (BARROCO e TERRA, p. 91).

Fica posto ainda no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, no seu Art. 16 que “o sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”.

As dificuldades de manter o sigilo profissional no seu cotidiano profissional podem ser representadas nas seguintes falas,

[...] então assim é muito difícil, dentro de uma cidade pequena, manter isso, e aí o que é que eu faço, eu não me culpo, por que não sou eu que conto, eu não tô contando a ninguém o que eu fiz com a usuária durante o atendimento, eles pressupõe que e comentam sobre (Chuva).

A sala da coordenação é a mesma sala de atendimento, ou seja, acaba quebrando a privacidade (Arco-íris).

Não é só da minha sala, é da realidade que eu vivencio, do sigilo profissional, de você tá atendendo ao usuário, e já pedi para a pessoa que compartilha da minha sala para sair, mas além disso eu preciso trancar minha porta, mesmo assim as pessoas ainda ficam batendo na porta, e acham que outras coisas são prioridades (Pôr do Sol).

Assim é apresentado por “Chuva” como estratégia para manter o sigilo profissional,

[...] o que a gente tenta fazer é quando tem reunião de equipe é dizer, olha gente isso não é legal, ficar comentando na frente de outras pessoas, e o próprio usuário aí na frente já chega dizendo o que é, começa a falar lá mesmo, então o que eu tento fazer é atender o mais rápido possível, pra não ficar comentando lá fora e tento dizer a pessoa, olha, o que a gente conversou fica aqui, você não leve pra ninguém, só as orientações, no mais fica aqui, é um segredo meu e seu, então eu venho fazendo isso.

Torna-se um desafio para os assistentes sociais entrevistadas manterem o sigilo profissional, diante das formas de precarização do trabalho, visto que algumas das entrevistadas compartilham da sala de atendimento, além disso, como demonstrado nas falas, estas ainda tem o atendimento interrompido, pelos demais funcionários do local, outro elemento apontado tanto na entrevista, quanto em conversas informais com as entrevistadas, é a o fato de Muritiba ser uma cidade pequena, pelas pessoas se conhecerem, faz-se muitos julgamentos, sendo colocado por “Chuva” que “as vezes quando a pessoa sai, a pessoa chega aqui, é isso, isso e isso, e fala, fala, fala coisas que a pessoa até nem teve coragem, condições de me dizer” [sic].

Considerando que não só as condições de trabalho estão sendo precarizadas, mas inclusive as políticas sociais, perguntamos como os/as assistentes sociais observam as políticas sociais no atendimento das demandas dos usuários,

Ineficientes, quase que inexistentes, precárias, precarizadas, se você for analisar toda a política social que hoje tem no Município, eu costumo dizer que os municípios eles não trabalham com a política eles trabalham com os serviços sociais, é, saúde, educação, assistência, infraestrutura, todos eles sofrendo rebatimentos sérios (Vento).

Não estão dando conta [...] as políticas ainda, são feitas de forma pontual, como eu tinha dito anteriormente, as pessoas que estão lá na base, como eu digo, elas não entendem da política, acaba que o que acontece é que quem sofre com isso são os usuários, então realmente as políticas ela acaba não atendendo as demandas dos usuários (Arco-íris).

Já na fala do/a Assistente Social “Pôr do Sol” ele/a demonstra ter empenho nas suas tarefas, indo até o limite profissional em busca de resposta, porém coloca que,

[...] as políticas sociais elas precisam de estrutura, não precisa só das políticas em si, da gente ter o conhecimento, da gente buscar participar, mas a gente precisa também de condição mínima de trabalho, condição mínima para que essas políticas sejam efetivadas, então no que diz respeito à assistência social e no que depende da gente, a gente consegue encaminhar, consegue fazer atendimento, consegue fazer um grupo para ser trabalhado, mas por si só as políticas, eu acredito que seja a estrutura que não dá para as políticas sejam efetivadas.

As políticas sociais, como já apontadas anteriormente no capítulo 2, a partir da contrarreforma do Estado, tornaram-se cada vez mais seletivas e focalizadas de forma que não garantem acesso à população demandante em sua totalidade, no município esse problema é justificado principalmente pela falta de uma gestão comprometida com a garantia dos direitos sociais, com isso os profissionais não conseguem dá respostas efetivas no atendimento das demandas que chegam no local onde atuam.

Diante do que foi pontuado até aqui, perguntamos quais são os principais avanços e limites para o exercício profissional. Dentre os principais avanços é colocado

[...] ter uma equipe que compreenda o seu trabalho, que entenda a importância da sua atuação naquele lugar, naquele espaço sócio ocupacional, é imprescindível pra que você consiga avançar, por exemplo, a agente avançou nessa perspectiva das pessoas compreenderem mais [...] a gente avançou muito, na organização interna do [...] e nessa relação com a comunidade, a gente avançou (Chuva).

Avanço é complicado, avanço tem assim, como eu sou novo/a, eu tenho 1 ano de formado, então tudo pra mim foi novo, um avanço foi eu conhecer a política, é um avanço, do conhecimento da prática [...] (Vento).

Eu acredito que o serviço Social vem avançando muito desde a criação do SUAS, que é o Sistema Único da Assistência Social, e eu acredito que a cada dia a gente vai conquistando novos espaços na política pública, mas os avanços estão sendo, está sendo construído (Eclipse).

Como já falei dos avanços, já obtivemos em quase tudo com relação ao entendimento, as normativas, das leis, do cofinanciamento, acho que a gente teve inúmeros avanços (Pôr do Sol).

Visivelmente apenas eu vejo a carga horária (Arco-íris).

O/a entrevistado/a “Chuva” ao tratar dos avanços exemplifica, pontuando alguns trabalhos que foram feitos na instituição, principalmente no que se refere ao trabalho de divulgação, o que permitiu que novas demandas chegassem até a instituição. O/a assistente social “Neve” apontou como principais avanços os serviços que a instituição na qual atua vem desenvolvendo.

Percebemos nas falas dos/as entrevistados/as, a dificuldade encontrada para situar os avanços, isso é notório também, no que se refere aos limites, sendo que nem todos responderam a essa questão.

[...] os desafios, são postos pra gente diariamente de todas as formas, profissional, de todas as formas que a gente se coloca de acordo com o local que a gente trabalha, não ta vindo na minha mente enumerar mas são muitos desafios diários (Pôr do Sol).

[...] os limites no sentido que você avança, você divulga, mas aí você se esbarra no limite de conseguir apreender a demanda, por que não é só ele chegar e você ouvir o que é que ele esta demandando, é você articular os meios e poder operacionalizar, é de fazer a visita, de entender outras questões que existe, em torno da comunidade, ou dentro da casa dele e tal, uma serie de coisas que não é só o carro, mas é também você encaminhar a demanda para o assistente social lá da secretaria, ou você encaminhar lá para a secretária, e você não da o retorno (Chuva).

[...] a gente tem que ter essa noção de rede, se uma coisa para o resto também vai parar (Vento).

Os principais limites apresentados pelas entrevistas estão relacionados ao limite de efetivar o seu trabalho e, conseguir garantir o direito do usuário, já na fala de “Vento” ele/ela se refere ao trabalho em rede, colando que se um serviço para, isso impacta diretamente no trabalho do outro, então torna-se um desafio conseguir desenvolver um trabalho em rede.

Consideramos que são muitos os limites postos aos/as assistentes sociais no município de Muritiba, sendo necessário adotar uma postura crítica. “Pôr do Sol” coloca que o assistente social deve,

[...] tentar se impor, digo o tempo todo é se impor, é não aceitar tudo, não ser permissível com tudo, apesar da gente sofrer tudo isso, não se calar, ou tentar buscar estratégias para que o usuário seja o menos penalizado, nossa busca o tempo todo é para que o usuário, consiga determinado direito que foi violado dele, que ele não tem conhecimento, e acessar através de outras políticas, então a gente tentar que essas coisas não interfiram.

Percebemos que mesmo diante das limitações esses profissionais assumem um compromisso com a profissão, visando os interesses dos usuários, como podemos observar na fala de pôr do sol “a gente vai buscando novas estratégias, a gente vai tentando realmente contribuir com o usuário”.

Por fim, buscamos entender diante das formas precárias que estão postos nas instituições e dos desafios colocados ao fazer profissional, quais estratégias vindo sendo utilizadas por estes profissionais na articulação da intervenção profissional e a defesa do projeto ético-político,

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatuto profissionais (NETTO, 2006 , p. 144 apud RAICHELIS, 2010, p. 754).

Nas falas dos/as entrevistados/as, fica explícito que apesar das dificuldades, os/as assistentes sociais vêm buscando materializar o projeto ético-político a sua atuação, assim

[...] eu vejo que a articulação entre as políticas é uma possibilidade real de materializar, assim como a parceria com as associações, com as entidades locais, com as organizações sociais, ela é uma possibilidade real, da gente empoderar o usuário, da gente fortalecer ele enquanto sujeito coletivo, contribuir, a gente não fortalece, mas a gente contribuir pra esse fortalecimento enquanto eles, enquanto sujeitos coletivos e aí é isso, a gente, é um esforço né, que a gente faz, mas é difícil materializar, dá materialidade, se a gente entender o código de ética, o nosso projeto ético-político enquanto um direcionador a gente morre menos, se a gente entender ele enquanto um projeto que a gente tem que dá materialidade a gente morre mais, então nosso posicionamento político vai dizer muito de que lugar eu falo e em que perspectiva eu atuo, as minhas ações ela vai ser direcionada nessa perspectiva, de entender também do meu limite, é claro que tenho que ter clareza disso, de qual é meu limite(Chuva).

“Pôr do Sol” acrescenta a fala de “Chuva” colocando a importância de

Ter a visão crítica, saber o que a gente tá fazendo, ter posse, ter conhecimento daquilo que a gente tá fazendo, e não ser permissível mesmo, se impor [...] vamos empoderar nossos usuários, a importância que é deles ouvirem, deles entenderem o que que a política, para eles cobrarem, não só a gente porque se agente tá buscando um direito do usuário, ele tem que entender também, ele tem que fazer parte do processo ele é peça chave, a gente tem que

buscar junto com o usuário, e não para o usuário, então eu acho que parte um pouquinho daí, resume nessa questão.

Assim, corroborando com Raichelis (2010) o trabalho profissional na perspectiva do projeto ético-político, exige um profissional capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores, seja ele privados ou públicos, e defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais.

Já “Vento” coloca como um desafio efetivar o projeto ético-político, pois

[...] projeto-ético-político, norteio profissional, é complicado [...] a gente falar disso aí, de projeto ético político em uma estrutura que a gente tá aí, totalmente capitalizada, totalmente neoliberal, que a gente vem com uma perspectiva que a gente vai contra esse ideário, e a gente, como já falei com vocês, a gente não vai conseguir revolução nenhuma, como categoria profissional, até porque uma das categorias profissionais, que mais tem brigas são as das assistentes sociais [...] nós somos, extremamente heterogêneos, a gente está extremamente um contra o outro a todo momento, então trabalho em rede ele funciona de certa forma, mas também não funciona, a gente tá toda hora falando de democracia, de participação, disso e daquilo, mas a própria categoria ela é heterogênea, ela não é homogênea, o próprio CFESS ele é heterogêneo.

Behring e Boschetti (2011) aponta que a categoria de assistentes sociais não se constitui de um bloco homogêneo, em que todos possuem a mesma concepção de direitos, cidadania e política social.

“Vento” coloca ainda que,

Eu tento ao máximo operar o projeto ético-político, mas a gente coloca o chapéu onde o braço alcança, tem determinados momentos que, nosso projeto ético-político ele é muito, não vou dizer revolucionário, mas ele vai de embate com as políticas que está aí, então se uma classe vai de embate com a política que tá aí, quando digo a política que tá aí, não só na questão macro, não só no município e no estado, mas também na nação, a gente acaba sendo refém do que vem imposto muitas vezes.

“Neve” aponta como estratégia o trabalho em rede com a saúde, educação, Judiciário, conselho tutelar, previdência, e o judiciário. “Arco-íris” coloca que, “[...]”

olha, eu digo assim, as nossas estratégias aqui, é não deixar que estas coisas interfiram no nosso trabalho [...]”.

Na fala do/a entrevistado/a “Eclipse” é colocado que não precisa está fazendo a articulação, pois atua na elaboração de projetos e programas, assim,

Então eu não preciso está fazendo a articulação, porque a articulação vai ser feita no momento em que vai ser executado esses programas e projetos, e ai já vai ser por outros assistentes sociais (Eclipse).

Observamos durante as falas, que alguns/as dos/as entrevistadas tiveram dificuldade em falar do projeto ético-político, outros/as apontam na sua fala as dificuldades para materializa-lo. Não queremos fazer nenhum tipo de julgamento, pois percebemos, durante tudo que foi apresentado até aqui, as dificuldades encontradas pelos assistentes sociais no seu cotidiano profissional. Consideramos ainda existir uma incompatibilidade entre a proposta de intervenção profissional pautada no do projeto ético político com os interesses postos pelas instituições empregadoras. Assim o projeto ético político do Serviço social acaba tendo nas relações de poder postas no espaço de trabalho os entreves para sua viabilização.

Assim entendemos que o resultado prático de nossas ações nem sempre ocorre conforme foi idealizado e que “não controlamos todos os aspectos que incidem sobre a realidade, que a sua alteração/mudança/transformação não depende *apenas* de nossos atos e de nossas ações.” (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p.10).

No entanto os Assistentes sociais entrevistados também vislumbram possibilidades para a condução do projeto ético político no seu cotidiano profissional. Sendo apontados por estes a necessidade de uma postura crítica, onde a postura adotada pelo profissional direcionará a prática profissional. Dessa forma apesar dos limites postos a atuação profissional a dimensão política da profissão permite ao profissional “escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais.” (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p. 11)

Segundo Behring e Boschetti (2011) a estratégia de viabilização do nosso projeto passa por resgatarmos e exercitamos algumas perspectivas que orientam esse projeto desde sua origem. Consiste em ter uma visão histórico-processual da

realidade, o que significa que devemos reconhecer os limites dados pela estrutura econômica capitalista, mas que ao mesmo tempo, devemos acreditar que todas as coisas e, todas as ideias se movem, se transformam, se desenvolvem, por que são processos e só se tornam processos pela ação de homens e mulheres, sujeitos coletivos, capazes de transformar a história e tecer no seu cotidiano as condições objetivas e subjetivas para materializa-lo.

E, além disso, é preciso entender o Estado como contraditório, e acreditar que toda a ação terá implicações, mesmo que não apareça no imediato, assim as mudanças construídas no cotidiano terão implicações em sua totalidade, pois “fazer a história requer lutas coletivas, exige situar o individuo e a atuação profissional nas lutas mais gerais dos trabalhadores” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 199).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho buscou-se evidenciar as principais consequências das transformações societárias para a classe trabalhadora, enfatizando seus rebatimentos no serviço social.

O capital busca retomar o crescimento econômico e aumento da produtividade, adotando a flexibilização e precarização do trabalho, o que acaba por ter claros rebatimentos para a classe trabalhadora, ao atingir todo o mercado de trabalho. Flexibiliza-se os contratos, os salários e os direitos dos trabalhadores.

Ocorrem mudanças organizacionais, tecnológicas e ideológicas, tendo em vista extrair o máximo de trabalho possível de seus trabalhadores e garantir o poder do capital sobre eles.

A partir de então, vamos ter o aumento das terceirizações, que representam uma nova forma de alocação da força de trabalho, que obscurece sua relação de compra e venda, e que não garante direitos trabalhistas, colocando o trabalhador a uma vulnerável condição de trabalho.

As estratégias adotadas provocaram mudanças diretas nas formas de organização da classe trabalhadora, fazendo perder o poder de reivindicação e organização dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, ocorre ainda a quebra com o poder sindical o que permite o capital garantir o seu processo de exploração da força de trabalho.

Ao nos referirmos as alterações que ocorreram no modo de produção com o toyotismo, buscamos deixar claro que estas se iniciam no interior da fábrica, porém se espalham para todo o mercado de trabalho.

As transformações societárias que demarcam a sociedade a partir da década de 1970, não se limitaram ao modo de produção, ocorreram também mudanças no Estado e na economia, através da ideologia neoliberal e da mundialização do capital. Tais transformações vão impactar ainda mais a classe trabalhadora, com a redução dos gastos sociais e com relações de trabalho cada vez mais precárias.

No Brasil, isso ocorre com a contrarreforma do Estado, que resulta na diminuição do quadro de trabalhadores e redução dos gastos sociais, o que rebate diretamente nas políticas sociais, que vão passar a serem restritivas e focalizadas, tais rebatimentos atinge, também, o trabalho do assistente social. Isso ficou evidente na fala dos assistentes sociais de Muritiba que destacam que a implantação das

políticas sociais não tem dado conta das demandas. O que vem desafiando o assistente social no seu cotidiano profissional, que tem que criar estratégias, tendo em vista a garantia dos direitos do usuário.

Além disso, vai ocorrer o aumento das privatizações e terceirizações no setor público. O que tem colocado o setor público também sujeito a flexibilização das relações de trabalho.

Assim a precarização está dada pela condição de instabilidade, de insegurança, de percas de direitos, de contratos temporários, terceirização e principalmente pela fragmentação dos trabalhadores.

Percebemos que nenhum setor está imune a essas mudanças, e que essas atingem o trabalho dos assistentes sociais de duas formas principais, primeiro pela necessidade emergente da sua atuação por meio de políticas sociais no atendimento das demandas sociais. E segundo, quando ele próprio como trabalhador assalariado tem seu trabalho e seus direitos comprometidos.

Diante disso, percebemos que os assistentes sociais estão inseridos em espaços de trabalho tendo em vista a garantia dos direitos do usuário, ao tempo em que tem tido seus próprios direitos negados e desrespeitados. Estamos diante do que Raichelis (2011) chama de assistentes sociais frente à violação de seus próprios direitos.

Buscamos, portanto, considerar que o assistente social é um trabalhador assalariado como qualquer outro, que ao inserir-se no mercado de trabalho, torna-se vendedor da sua força de trabalho. Para o capital essa força de trabalho transforma-se em mercadoria, que submete o trabalhador a todas as formas de precarização.

Ficou evidenciado nos dados da pesquisa, que os assistentes sociais que compõem a assistência social do município de Muritiba, vêm sendo diretamente impactados pelas transformações no mundo do trabalho. E que os profissionais reconhecem existir precarização no seu espaço de trabalho, e que as formas pelas quais ela é manifestada, tem refletido de forma direta na sua atuação profissional. As dificuldades por estes vivenciados têm interferido ainda, na sua autonomia profissional, autonomia essa que vem sendo relativa nos diferentes espaços independente da função assumida.

A precarização se manifesta para esses profissionais, a partir do momento em que estes são contratados, sendo a terceirização e o contrato temporário as formas de contratação mais recorrentes, o que tem sido um dos principais problemas

enfrentados pelos assistentes sociais no município, pois tem seu cotidiano ameaçado pelo risco de ser demitido.

Observamos que devido à precariedade dos vínculos empregatícios, ocorre ainda, uma grande rotatividade dentro da própria política de Assistência Social, recentemente os assistentes sociais foram realocados para outros equipamentos, desarticulando as equipes e interferindo na continuidade do trabalho.

Os assistentes sociais tem ainda, sua atuação profissional limitada pelas condições de trabalho, na medida em que não tem tido recursos materiais suficientes para o desenvolvimento de suas ações, como a falta de transporte e falta de sala para atendimento o que tem interferido inclusive no sigilo profissional.

Os profissionais enfrentam no seu cotidiano profissional uma série de desafios. São atingidos diretamente por estarem em espaços marcados por formas precárias de trabalho, sem perspectiva de ascensão na carreira, sem garantias trabalhistas, permeados pela insegurança da continuidade no trabalho, que serve inclusive como barganha para o empregador, que limita o trabalho profissional de acordo aos seus interesses.

Portanto, atuar em meio a esse contexto exige um comprometimento com o projeto ético-político do serviço social, para que o profissional não se veja limitado a atuar a favor do empregador. Cabendo uma interpretação crítica da dinâmica conjuntural e estrutural do capitalismo, já que o assistente social como qualquer outro trabalhador, também está submetido aos processos de alienação do capital.

Assim, segundo Lamamoto (2012) os assistentes sociais estão sujeitos como qualquer outro as tendências do mercado de trabalho, sendo inócua qualquer iniciativa isolada na defesa de seus direitos. Essas contradições e formas precárias de trabalho, aos quais os trabalhadores estão sujeitos exigem profissionais com capacidade de articulação e organização mais ampla do coletivo de trabalhadores, indo contra a proposta do capital que buscou e busca desarticular a organização de classe.

Rachelis (2011) inclusive aponta que se observa com mais frequência o assistente social analisar e indignar-se frente à exploração, que estão submetidos os trabalhadores assalariados, estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e não de pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe.

Levar em conta o assistente social enquanto trabalhador assalariado, não significa desconsiderar os casos específicos que afetam o mercado de trabalho dos

Assistentes Sociais, sendo uma delas a atuação numa realidade contraditória em meio ao aumento da demanda e redução de investimento nas políticas sociais. Mas considerar a importância do reconhecimento do próprio assistente social, enquanto classe trabalhadora.

Problematizar, ter uma visão crítica sobre a realidade é um importante passo na luta por melhores condições de trabalho. As formas precárias as quais os profissionais então sujeitos, não podem impedir os assistentes sociais de se articularem, no sentido de fortalecer a luta na defesa da garantia dos direitos.

Por fim, o estudo aqui proposto não encerra a discursão sobre a dupla dimensão que o trabalho dos assistentes sociais assume, e as formas precárias as quais estão sujeitos. Consideramos esse trabalho apenas parte desse debate, e pontuamos ser pertinente, que novos estudos sejam feitos a fim de traçar as reais condições de trabalho dos assistentes sociais em outras cidades, para que fique claro que os elementos aqui apontados não se restringem a cidade de Muritiba e, assim, fortalecer a luta por melhores condições de trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de e ALENCAR, Mônica Maria Torres de Alencar. **Serviço Social: Trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo e DRUCK, Graça. A terceirização como regra? **Revista TST**. vol. 79, n. 4. Brasília: out/dez, 2013.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. vol. 25, n. 87. Campinas, 2004. p. 335-351.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva, Sylvia, Helena Terra. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história.9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Ministério da Administração e de Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília: 1995.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Censo SUAS 2014: **análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência**

**social.** Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

CFESS, **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília: CFESS, 2011.

DRUCK, Graça. A terceirização no setor público e a proposta de liberalização da terceirização pelo PL 4330. Disponível em: <[http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/a-terceirizacao-no-setor-publico-e-a-proposta-de-liberalizacao-da-terceirizacao-pelo-pl-4330/#\\_ftnref2](http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/a-terceirizacao-no-setor-publico-e-a-proposta-de-liberalizacao-da-terceirizacao-pelo-pl-4330/#_ftnref2)>. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, 2011.

DRUCK, Graça. Precarização social do trabalho. In: **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão social: 81 problemáticas contemporâneas.** IVO, Anete, coord. São Paulo: editora Annablume, 2013.

DRUCK, Graça e FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. In: Políticas sociais no governo Lula: promessas e realidade. **Revista Katálysis.** v. 10 n. 1. Florianópolis , 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. In: **Serviço social e sociedade** , n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

FATTORELLI, Maria Lucia e ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado. 2015.** Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. In: Políticas sociais no governo Lula: promessas e realidade. **Revista Katálysis.** v. 10 n. 1. Florianópolis , 2007.

GIL, A. Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 16.ed. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMOMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 26. Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LAURELL, Asa Cristina. Para um novo estado de bem-estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, p.187-204, 1998.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **PL 4.330/04: maldade explícita e ilusão**. Acesso em: 22 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/06/pl-4-33094-maldade-explicita-e-ilusao/>>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social e a Consolidação de Direitos: Desafios Contemporâneos. **Revista Serviço Social & Saúde**. v. X, n. 12 Campinas: UNICAMP, 2011.

MENDES, Daniela Leonel de Paula. **Serviço Social e cotidiano: reflexões sobre o exercício profissional do Assistente Social**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. IN: ANTUNES, Ricardo (orgs). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente da intervenção social**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**. n. 8. São Paulo: PUC/SP, 2002.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social no século XXI. **Revista Serviço social e sociedade**. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: Questão social Expressões Contemporâneas. **Revista Serviço social e sociedade**. n. 111. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Miguel. **PL 4330 da terceirização**: a quem interessa o empobrecimento da classe trabalhadora? Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/pl-4330-da-terceirizacao-a-quem-interessa-o-empobrecimento-da-classe-trabalhadora>>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Porque também sou contra a focalização das Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2003. Disponível em: <[http://nepos.unb.br/publicacoes/contra\\_focal.pdf](http://nepos.unb.br/publicacoes/contra_focal.pdf)>. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Aparelho Do Estado e a Constituição Brasileira**. Brasília: ESAF, janeiro de 1995.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Uma Resposta Estratégica Aos Desafios Do Capitalismo Global e da Democracia. In: **Balanço da Reforma do Estado no Brasil**: A Nova Gestão Pública. Brasília: Seges, 2002.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**. [online]. 2011,

n.107, pp. 420-437. ISSN 0101-6628. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>>.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RIBEIRO, José Aparecido e FERNANDES, Maria Alice. Acompanhamento e Dimensionamento do Gasto Social Federal: considerações metodológicas e resultados gerais para os anos 90. IN: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n. 1, IPEA 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio - histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
Centro de Artes Humanidades e Letras  
Colegiado de Serviço Social

**Pesquisa: A Atuação Profissional do Assistente Social na Assistência Social frente à precarização do Trabalho: uma reflexão sobre a realidade de Muritiba.**

### 01.DADOS GERAIS:

1.1. Nome: \_\_\_\_\_

1.2 Idade: \_\_\_\_\_ 1.3. Sexo: ( ) Fem ( ) Mas

1.4 Onde reside: \_\_\_\_\_

1.5. Ano que formou: \_\_\_\_\_ 1.5. Tempo de exercício profissional: \_\_\_\_\_

1.6. Fez ou faz

( ) especialização

( ) mestrado

( ) doutorado

( ) cursos

Outro \_\_\_\_\_

1.7. Onde atua dentro da política de assistência social:

( ) CRAS

( ) CREAS

( ) Cad único/Bolsa Família

( ) Assessoria

( ) Projetos com criança e adolescente

( ) Gestão

( ) Projetos com idosos

( ) Projetos pessoas deficientes

( ) Outros:

\_\_\_\_\_

1.8. Você tem outro emprego? ( ) Não ( ) Sim – Qual?

\_\_\_\_\_

1.9. Se você tem outro emprego como divide seu tempo de trabalho?

\_\_\_\_\_

1.10. Quantas horas semanais você trabalha? \_\_\_\_\_

1.11. Qual a forma de contratação?

- Concursada/efetiva
- Concursada/em estágio probatório
- Contrato temporário
- Terceirizado
- Cargo de confiança
- Outros: \_\_\_\_\_

1.12. Salário

- Até 02 salários mínimos
- Até 03 salários mínimos
- 04 a 06 salários mínimos
- 07 a 09 salários mínimos
- Acima de 10 salários mínimos

1.13. Pretende mudar de emprego? ( ) Não ( ) Sim

Se sim, porquê?

---

2. Você identifica que existe precarização do trabalho em seu espaço ocupacional? Por que ou Quais?

3. Como identificam sua autonomia frente as suas condições de trabalho?

4. Você acha que a forma que se dá seu vínculo empregatício, interfere na sua atuação profissional?

5. Você acha que tais condições de trabalho são exclusivas da política de assistência social? Por quê?

6. Como você considera as políticas sociais no atendimento das demandas dos usuários?

7. Quais os avanços e limites para o exercício profissional?

8. Quais são as estratégias utilizadas na articulação entre sua intervenção profissional e a defesa do projeto ético político?

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor(a) está sendo convidado como voluntário para participar da pesquisa de monografia “Assistentes sociais da Assistência Social em Muritiba: o reflexo da contratação temporária na atuação profissional” do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A pesquisa tem por objetivo analisar como a precarização do trabalho traz rebatimentos na atuação profissional do Assistente Social dentro da Assistência Social de Muritiba/Ba, analisando os desafios e possibilidades deste campo de atuação. Nesse sentido, sua participação é fundamental. Esta pesquisa poderá contribuir para a reflexão de como se desenvolve o trabalho profissional no Município de Muritiba/ Ba, etapa fundamental para compreender as condições, os desafios, os limites e possibilidades estabelecidas ao exercício profissional na conjuntura contemporânea. Para a coleta de informações será utilizada a entrevista semi-estruturada, que de acordo com seu consentimento, será gravada em aparelho de celular. O conteúdo desta entrevista será arquivada em CD-ROM, durante dois anos pelo professor orientador, Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo. Após esse período, os CDs terão seu conteúdo apagado. Garanto que a sua identidade será mantida em sigilo através de nomes fictícios e suas respostas utilizadas apenas para trabalhos e artigos científicos. Havendo qualquer desconforto durante a entrevista, esclarecerei dúvidas, reagendarei a entrevista ou aceitarei sua desistência em participar. As entrevistas acontecerão em local privativo e horário combinado, podendo você desistir da mesma a qualquer momento ou retirar seu consentimento sem sofrer nenhuma penalização. Esta pesquisa possui fins acadêmicos, não trará qualquer gasto financeiro para aqueles que aceitarem participar da mesma e não oferece qualquer risco para o seu trabalho. Para concordar em participar deste estudo, você deverá assinar duas cópias deste documento, que também será assinado por mim. Uma das cópias ficará com você e outra comigo. Como responsável pela coleta de informações, estarei disponível para esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, no e-mail rafa\_samo02@hotmail.com ou pelo telefone celular (75) 98166-7375. Você também pode contatar meu orientador o Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo, através do telefone (75) 99225-7090 ou pelo e-mail fhenriquecr@gmail.com. Esclarecidas as condições, convido você a participar de forma voluntária no estudo, conforme resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Deixo o convite da apresentação da defesa desse trabalho a ser marcado em hora e data definida pela banca examinadora informando-a com antecedência.

Assinatura do (a) Participante \_\_\_\_\_

Assinatura da Pesquisadora \_\_\_\_\_

Assinatura do Orientador da Pesquisa \_\_\_\_\_

Cachoeira-BA, \_\_\_\_\_ de novembro de 2015.